



**Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL)**

**Michel Foucault articula os conceitos de Governo Econômico de
População e Biopolítica Liberal e Neoliberal**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Discente: Héden Salomão Silva Costa
Matrícula: 20142587010

Belém-Pará, Brasil,

2016

Michel Foucault articula os conceitos de Governo Econômico de População e Biopolítica Liberal e Neoliberal

Por

Héden Salomão Silva Costa

Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL), Área de Concentração em **Filosofia Contemporânea**, da Universidade Federal do Pará (UFPA- PA), como requisito total para a obtenção do grau de Mestre.

Professor-Orientador: Dr. Nelson José de Souza Jr.

Belém-Pará

2016

Costa, Héden Salomão Silva

Michel Foucault articula os conceitos de governo econômico de população e biopolítica liberal e neoliberal / Héden Salomão Silva Costa. - 2016.

Orientador: Nelson José de Souza Júnior

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Belém, 2016.

1. Foucault, Michel, 1926 – 1984 – crítica e interpretação. 2. Filosofia francesa. 3. Ciência política – França – Filosofia. 4. Biopolítica. I. Título.

CDD 22. ed. 194



**Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL)**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado.

**Michel Foucault articula os conceitos de Governo Econômico de
População e Biopolítica Liberal e Neoliberal**

Elaborado Por: Héden Salomão Silva Costa

Como requisito total para a obtenção do grau de **mestre**.

Comissão examinadora:

Pós-Dr. Ernani Pinheiro Chaves (Membro Interno)

Dr. Heraldo de Jesus Miranda (Membro Externo)

Dr(a) Maria Jovelina Ramos de Souza (Membro Interno: Suplente)

Dr. Nelson José de Souza Jr.
Professor/Orientador

Belém-Pará, 31 de Agosto de 2016

“Mais do que legitimar uma teoria, trata-se por ora de estabelecer uma possibilidade” (FOUCAULT apud LAGASNERIE, **A última lição de Michel Foucault**, 2013, p. 9).

“Pois bem, creio que é aí que se colocam as questões fundamentais do liberalismo. Foi aí que o liberalismo colocou a questão fundamental do governo, e o problema está em saber se todas as formas políticas, econômicas, etc. que se quis opor ao liberalismo podem efetivamente escapar dessa questão e da formulação dessa questão da utilidade de um governo num regime em que a troca é que determina o valor das coisas” (FOUCAULT, *Curso no Collège de France de 1978-79: Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 64).

“O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo. Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico – então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia” (FOUCAULT, *As Palavras e as coisas*, 1999a, p. 536).

Dedicação:

DEDICO ESTA DISSERTAÇÃO AO MEU PAI MANOEL COSTA (IN MEMORIAM) E A MINHA MÃE RAIMUNDA SILVA POR SEMPRE ME APOIAREM NOS ESTUDOS AO LONGO DE MINHA FORMAÇÃO COMO 'ETERNO ESTUDANTE' E TAMBÉM ELES SEMPRE ME MOTIVARAM A NUNCA DESISTIR DOS MEUS OBJETIVOS. FORAM SEMPRE PRESENTES EM MINHA FORMAÇÃO E SEMPRE SERÃO (...)

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará (PPGFIL), aos professores do Programa e a bolsa da CAPES pelo financiamento da pesquisa. Com efeito, em especial agradeço a Professora e Coordenadora do Programa Jovelina Ramos pela amizade e o incentivo; também ao professor Eduardo Ramos que foi o maior incentivador para minha entrada de fato neste Programa. Agradeço também ao Professor Ernani Chaves pelas dicas e críticas na Dissertação no qual foi de fundamental importância para que eu pudesse pensar de uma forma mais crítica a minha própria escrita; a minha mãe e aos meus irmãos. Por fim, pela grande amizade e ajuda do meu amigo Elder Nascimento nas discussões e nos estudos críticos da filosofia contemporânea e também ao meu Orientador que me deu a total liberdade para escrever sem que eu ficasse preso aos “sistemas” filosóficos.

Resumo

Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL)

Michel Foucault articula os conceitos de Governo Econômico de População e Biopolítica Liberal e Neoliberal

AUTOR: HÉDEN SALOMÃO SILVA COSTA
ORIENTADOR: NELSON JOSÉ DE SOUZA JR.

Data e Local da Defesa: Laboratório de Filosofia: Belém-Pará, 31 de Agosto de 2016.

No Curso denominado *Nascimento da Biopolítica* de 1978-79 proferido por Michel Foucault no *Collège de France*, o mesmo investiga os conceitos de *governo econômico de população* e *biopolítica liberal e neoliberal*. Sob esse aspecto, quando Foucault apresenta ao “grande público” no *Collège de France* o conceito de *biopolítica*, tal conceito levou aproximadamente duas décadas para poder ser compreendido pelo público e por outros autores. Ora, é importante identificarmos que no último capítulo da *História da Sexualidade I*, e na Aula de 17 de Março de 1976, proferido por Foucault no outro Curso intitulado *Il faut défendre la société* (1997a) – o conceito de *biopolítica* já era amplo e de extrema importância para ser compreendido em relação a esta nova tecnologia de racionalização que aparece sobre os corpos. Então, dentro da perspectiva da *biopolítica* e *governo econômico de população*, será se já se ampliou um estudo consistente a respeito da transformação entre uma *biopolítica liberal* que se estrutura dentro de um mercado de troca e a *neoliberal* que se moldura em um empreendimento do próprio indivíduo como *empresário de si mesmo*? Neste caso, pretendemos investigar esta transformação a partir do contexto político, econômico, social, biológico e filosófico dentro da perspectiva do Estado moderno.

Palavras-chave: *biopolítica, liberal, neoliberal e governo de população.*

Resumé

Qualification de Dissertation de Maîtres
Université Fédérale du Pará
Institut de Philosophie et des Sciences Humaines
Post-Graduation en Philosophie (PPGFIL)

Michel Foucault introduit les concept de Gouvernement Économique des Population et Biopolitique Libéral et Néolibérale

AUTEUR: HÉDEN SOLOMÃO SILVA COSTA
SUPERVISEUR: NELSON JOSÉ DE SOUZA JR.

Date et lieu de la défense: Philosophie Laboratoire: Belém Pará, 31 Août de 2016.

Dans le Cours intitulé *Naissance de la biopolitique* de 1978-1979 proférént par le philosophe français Michel Foucault en *Collège de France*, il étudie le concepts de *biopolitique libéral*, *néolibéral* et *gouvernement économiques des population*. À cet égard, lorsque Foucault présente au «grand public» au *Collège de France* le concept de *biopolitique*, le concept a pris environ deux décennies pour être compris par le public et par d'autres auteurs. Il est important d'identifier dans le dernier chapitre de *Histoire de la sexualité I* et dans la Leçons de 17 Mars 1976 proférént par Foucault dans un autre Cours intitulé *Il faut défendre la société* (1997a) le concept de *biopolitique* était déjà grande, extrêmement important pour cette nouvelle technologie de rationalisation qui se affiche sur les corps. Donc, du point de vue de la *biopolitique* et *gouvernement économique de la population*, est maintenant élargi une étude cohérente sur la transformation entre la *biopolitique libéral* qui est structuré au sein d'un marché de négociation et la néolibérale ce cadre dans une entreprise de sa propre individu comme *entrepreneur de lui-même?* Dans ce cas, nous avons l'intention d'enquêter sur cette transformation du contexte politique, économique, sociale, biologique et philosophique au sein de l'Etat Moderne.

Mots-clés: *biopolitique, libéraux, néolibérales et gouvernement de la population.*

Sumário:

Primeiras Considerações	11
1. Apresentação sobre o tema	14
2. Relação contextual sobre os conceitos referente ao Tema e os Capítulos	15
Capítulo 1: Introdução às condições da possibilidade da Biologia e Teoria Política	19
1.1. Condições da População no Campo da Biologia	21
1.2. Teoria do Estado	32
1.2.1. Natureza Política	40
1.2.2. A Possibilidade de Aproximação da Biologia, Política e da Filosofia	44
Capítulo 2: Introdução ao Conceito de Biopolítica	47
2.1. Teoria da Soberania	50
2.2. Sobre a tecnologia do Panoptismo a partir da obra <i>Vigiar e Punir</i>	53
2.3. Classificação sobre as Disciplinas do Poder	59
2.4. Analítica do Poder	64
Capítulo 3: “Introdução” ao conceito de Biopoder	69
3.1. Governamentalidade	71
3.2. Biopolítica Liberal: <i>Homo Oeconomicus</i>	80
3.3. A Crítica Foucaultiana sobre a relação de <i>biopolítica, biopoder</i> e racismo de Estado	94
Capítulo 4: Governo econômico de população	101
4.1. <i>Biopolítica</i> Neoliberal: <i>Homo Oeconomicus II</i>	106
4.2. Genética	114
4.3. Genealogia do Capital humano	115
4.4. O Indivíduo como Empreendedor de Si mesmo	118
4.5. Como aparece a ideia de Homem a partir do neoliberalismo	119
4.6. A governamentalidade do <i>Homo Oeconômicus II</i>	124
4.7. A crítica de Foucault a Teoria do capital humano	128
Considerações Finais	136
Referências Bibliográficas	140

Primeiras Considerações:

– Nas sociedades humanas, não há poder político sem dominação. Mas ninguém quer ser comandado, mesmo se os exemplos são numerosos de situações nas quais as pessoas aceitam a dominação. Se examinarmos, de um ponto de vista histórico, a maior parte das sociedades que conhecemos, constataremos que a estrutura política é instável. Não falo das sociedades não históricas, das sociedades primitivas. Sua história não se parece em nada com a nossa. Mas todas as sociedades que pertencem a nossa tradição conheceram instabilidade e revolução (FOUCAULT, 2014e, pp. 344-45).

A citação acima evoca-nos um modo de pensar que “foge da órbita” dos críticos da tradição filosófica no que se refere a política. Com efeito, a postura foucaultiana leva em consideração fundamental o deslocamento de uma sociedade em relação a outra. Neste parecer, Foucault é bem direto quando se trata de diferenciá-lo a sociedade em que ele vive e a sociedade em que não segue a lógica da sociedade Ocidental do qual Foucault participou. Pois bem, vale a pena mencionar que, a crítica de Foucault parte do contexto de sua sociedade, uma vez que, os pressupostos lançados por Michel Foucault estão dentro de um contexto no qual ele se inseriu, no qual ele vive. Ora, a *sociedade disciplinar* cujo termo foi cunhado pelo filósofo surgiu devidamente da sociedade em que ele foi educado; dessa maneira, a citação de outrora, mostra justamente essas tais diferenças entre sociedades em que se distinguem em várias maneiras de pensar, de se relacionar, de raciocinar etc., na medida em que suas culturas são diferentes. Logo, não gostaríamos de fazermos a diferença dessas culturas no qual foi ilustrado na citação anterior, mas tentamos compreender que os conceitos criados por Foucault foram advindos da cultura em que o pensador francês interagiu.

Antes mesmo de articularmos o pensamento de Michel Foucault, é de fundamental importância elucidarmos que a nossa investigação chega a um Curso proferido por um professor do *Collège de France* que ministra suas Aulas pela manhã na quarta-feira. Além do mais, não ministra Aulas para alunos e sim para ouvintes como o professor Foucault gostava de falar. Pois bem, é importante também enfatizarmos que os Cursos de Foucault não eram feitos com intuito de serem publicados¹ (NOGUERA-RAMÍREZ, 2013, p. 72), somente depois da morte de Foucault que estes Cursos serão levados as editoras e serão publicados, por isso, não é uma obra, um livro, e sim um Curso que tem suas lacunas não preenchidas por não ter uma

¹ “Esse é um aspecto que considero particularmente importante, pois devemos levar em consideração que seus cursos, ainda que publicados, não são propriamente livros: não se trata de livros; não foram escritos para serem publicados como tal. Trata-se de palestras cujo destino, ainda que tivessem um apoio escrito, era o numeroso auditório que cada quarta-feira lotava a sala de aula para escutar o professor apresentar os desenvolvimentos das suas pesquisas. Nesse sentido, ler seus cursos como livros é reduzir as possibilidades de apreciar a riqueza do trabalho do professor Foucault” (NOGUERA-RAMÍREZ, *A governamentalidade nos cursos do professor Foucault*, 2013, p. 74).

articulação rigorosa no sentido que tem uma obra, com cuidados e revisões. Neste sentido, o Curso do Professor² Foucault não garante uma sistematização filosófica, porém, a pesquisa deste professor é fundamental para pensarmos o problema da atualidade seja a de Foucault ou a nossa. Dessa maneira, é importante resumir esta noção do Curso proferido por Foucault, e também entender ele como professor do *Collège de France*, para entendermos isso, eis o que escreve Carlos Ernesto Noguera-Ramírez:

Mas em que consiste tal riqueza? Na sua possibilidade de observar a oficina do pensamento foucaultiano. Nos livros, não é possível observar tão claramente esse aspecto, pois eles têm uma formatação específica: trata-se de escritos dirigidos para um público anônimo, mais ou menos especializado, muito amplo, desconhecido em grande parte; além disso, os livros devem manter uma coerência e certa linearidade; eles devem apresentar conclusões, resultados, implicando um trabalho bem delimitado e finalizado. Pelo contrário, as aulas são mais livres; ainda que sejam planejadas, encontramos um Foucault mudando de ideia entre uma e outra aula, anunciando um tema para a aula seguinte que depois não é retomado; várias coisas são abandonadas, esquecidas, e outras, acrescentadas, criadas no próprio transcurso da aula. Se lermos os cursos levando em conta essa diferenciação, será possível apreciar neles questões como: as estratégias de apresentação dos avanços da pesquisa; alguns conceitos e noções utilizados como ferramentas explicativas ou elaborados no desenvolvimento da pesquisa, mas não retomados nas publicações; assinalamentos ou esboços, rascunhos (às vezes, implícitos) de possíveis problemas para aprofundar e de temáticas para pesquisar (2013, *ibid.*, p. 74).

No entanto, a nossa presente problematização terá como objetivo articular o pensamento de Foucault a partir de seu contexto cultural, de tal maneira que, o pensador francês faz uma crítica de sua própria sociedade, claro, se tratando do viés da política no qual foi construído esse tipo de mentalidade política em que Foucault usou um instrumento muito importante taxado como *governamentalidade*. Nesse sentido, que o título dessa dissertação tem como análise articular os conceitos essenciais usados por Foucault que é *governo econômico de população* em relação a construção de uma análise sobre a *biopolítica liberal e neoliberal* no qual o Curso proferido por ele intitulado *Naissance de la biopolitique (Nascimento da biopolítica)* é a ferramenta essencial para que possamos entender tal transformação.

Dessa maneira, podemos evocar, portanto, que o seu pensamento é muito atual, ou seja, ele diagnostica, ou melhor, diagnosticou seu tempo presente, ou como descreve o próprio Foucault: uma “ontologia do presente” pela qual o ser humano se depara com seus problemas filosóficos, sociais, históricos, biológicos e políticos. Nesse sentido, ele já previa a questão da manipulação *genética*, da transformação do ser humano em um tipo de ser em que potencializa seu biológico a partir das técnicas precisas da *Engenharia genética* no qual este ser humano

² “Os Cursos nos mostram um rosto ou perfil não só de um filósofo ou de um historiador, mas, sobretudo, de um professor. E é parte desse semblante que eu quis explorar ao elaborar este texto” (NOGUERA-RAMÍREZ, *A governamentalidade nos cursos do professor Foucault*, 2013, p. 72).

biologicamente perfeito potencializará ainda mais o fluxo do capital econômico se estiver uma *genética* mais resistente ao meio, assim, a *biopolítica* se apresentará como um verdadeiro *panoptismo*³. Em virtude desta questão, depois de seis anos da morte do filósofo, quer dizer, do professor do *Collège de France* veio aflorar na década de 1990 o *Projeto genoma humano*. Com efeito, é nessa articulação que podemos pensar junto com Foucault a *biopolítica neoliberal* tendo como pano de fundo a articulação sobre o *governo econômico de população*; temas importantíssimos que constituíram o movimento ilustre da nova ordem do capital econômico em que o ótimo sistema biológico do ser humano é fundamental para este mercado. Na verdade, a postura de Foucault em relação ao título em que a nossa pesquisa se lançará, convém com o Foucault dos Cursos proferidos no *Collège de France*. Claro, o Curso principal desta pesquisa é, sem dúvida, *Naissance de la biopolitique (Nascimento da biopolítica)* de 1978-79, embora, os Cursos *Il faut défendre de la société (Em defesa da sociedade)* de 1975-76 e *Segurança, território e população* de 1977-78 e as obras: *O nascimento da Clínica, As palavras e as coisas, Vigiar e punir* e *História da Sexualidade I* publicadas respectivamente em: 1963, 1966, 1975 e 1976 são os pontos de referência em que esta pesquisa terá sua “rotação” conceitual a partir de um pensador em que se envolve com a política de sua época e seus questionamentos. Na verdade, Foucault vai ao passado para reescrever sua história, pensar, indubitavelmente, seu presente na medida em que os novos sujeitos construídos em seu presente são o modelo que foram projetados na tradição. No entanto, é importante salientar que Foucault toma uma postura crítica em relação a esses sujeitos em que foram construídos dentro do modelo de uma *sociedade disciplinar* que usa uma forma governamental para controlar os indivíduos que formam uma população específica. Esta população específica nada mais é que a população economicamente europeia, precisamente dos países: França, Alemanha, Inglaterra etc., incluído os Estados Unidos⁴ que está fora do eixo europeu, mas com uma participação direta com esses países; não é à-toa que Foucault faz a diferença do neoliberalismo alemão do neoliberalismo dos EUA nas respectivas Aulas do Curso *Naissance de la biopolitique*: Aula de 7, 14 de Fevereiro de 1979 e 14 e 21 de Março deste mesmo ano. Pois bem, dentro desse quadro marcado por vários conceitos, o tipo de pesquisa que será articulado aqui, indubitavelmente, é fazermos uma diferença entre os tipos de *governamentalidade* que disciplina uma determinada sociedade.

³ “O *Panóptico* é um local privilegiado para tornar possível a experiência com homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles. O *Panóptico* pode até constituir-se em aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos. Em sua torre de controle, o diretor pode espionar todos os empregados que tem a seu serviço: enfermeiros, médicos, contramestres, professores, guardas; poderá julgá-los continuamente, modificar seu comportamento, impor-lhes métodos que considerar melhores; e ele mesmo, por sua vez, poderá ser facilmente observado” (FOUCAULT, *Vigiar e punir*, 2010c, p. 193).

⁴ Localizado na América do Norte.

Neste caso, os modelos de *governamentalidade* se justificam na envoltura da *biopolítica liberal* frente à *biopolítica neoliberal*.

1 Apresentação sobre o tema:

Seguindo os traços do pensamento de Michel Foucault, a linha de pensamento que esta dissertação tomará como ponto de investigação é pensar os conceitos de *biopolítica liberal* e *neoliberal* indo a reboque sob a temática que é, justamente, o *governo econômico de população*. Antes de mais nada, é importante enfatizarmos que, Foucault trabalha também com o conceito de *genética*, de modo que, o ponto de referência de tal questão são o Curso *Naissance de la biopolitique* precisamente na Aula de 14 de Março de 1979 (2004b) e os *Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (2013) de Foucault, na medida em que, ele mostrou a questão da *genética* e do crescimento e multiplicação dos indivíduos segundo os traços da noção de um programa de que sua envoltura e contorno girou por via do campo da biologia (FOUCAULT, 2008a, p. 312-315); (idem., 2013, p. 265-272). Sob este conceito de *genética* desenvolvido na Aula de 14 de Março de 1979 podemos relacioná-los intrinsecamente com o mapeamento da Engenharia genética na medida em que a nossa problemática é mostrar como a *genética* é também importante no pensamento de Foucault. Ademais, para que nesta pesquisa, possamos pensar estas duas problemáticas no que diz respeito a *biopolítica* e o *governo econômico de população* é importante pensarmos as “condições de possibilidade da biologia” em relação próxima à teoria política. Esta relação desembocará em um dos aspectos do conceito de *biopolítica* que foi gerado, criado, pensado, repensado, contornado de maneira calculável através de uma tecnologia de pensamento em que sua envoltura fundamental estava centralizado na esfera política. Neste caso, é importante pensarmos o corpo da população, no qual este conceito foi criado e melhor trabalhado por Foucault de forma inovadora na década de 70 do século XX.

Sob esse contexto, o artigo de André Duarte intitulado *A biopolítica de Foucault ao século XIX* foi a porta de entrada para que nessa pesquisa pudéssemos desenvolver de forma mais clara a temática lançada por Duarte que é a “articulação inovadora de Michel Foucault nos conceitos de *biopolítica*, *biogenética* e *governo econômico de populações*” (DUARTE, 2014, p. 1, *nossos grifos*). Ora, no que se refere este contexto, a diferença fundamental da nossa pesquisa comparada a de Duarte, é justamente que pretendemos buscar em Foucault precisamente no Curso de 1978-79 é, sem dúvida, entender a transformação de uma *biopolítica*

liberal à vista de uma *biopolítica neoliberal*, pois, esta é uma problemática em que não está diretamente indicada por Foucault neste Curso de 1978-79 e também não é precisamente indicada no artigo de André Duarte, porém, a partir de uma leitura atenta do Curso ministrado pelo filósofo francês, podemos notar esta transformação quando Foucault relaciona o *homo oeconomicus* parceiro da troca e o *homo oeconomicus empresário de si mesmo*. Neste caso, a nossa pesquisa traduziu respectivamente como *homo oeconomicus I* e *homo oeconomicus II* ao passo que este segundo *homo*, sua retribuição mais ampla gira em torno da *genética* como uma maneira *sine qua a non* tendo em vista a rentabilidade desse novo sujeito que foi construído na segunda metade do século XX. Então, sob esta perspectiva, caberá pensar, dessa forma, como o mapeamento *genético* deste possível *homo oeconomicus II* em que entra no cálculo econômico do sistema capitalista atual – a saber – o *neoliberalismo* no qual é de fundamental importância para complementar seu fluxo de renda. Antes de mais nada, é importante assinalar que o *homo oeconomicus II* vai aparecer de forma bem articulada no pensamento de Foucault no final da década de 70 do século passado. Ao passo que o *homo oeconomicus I* para Foucault apareceu como parceiro da troca, precisamente na segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XX.

2 **Relação contextual sobre os conceitos referente ao Tema e os Capítulos:**

Seguindo o raciocínio da pesquisa, essa dissertação se dividirá em quatro Capítulos. É importante enfatizar que, cada um desses Capítulos serão articulados de forma temática no qual se justificarão de acordo com os problemas lançados por Foucault em seus Cursos e também as relações vinculadas com suas obras, se possível com suas conferências etc., na verdade, o que esta pesquisa quer mostrar, é que o Foucault dos Cursos se torna de certa forma uma espécie de *autor-metamorfose*, isto é, Foucault prepara seus Cursos para proferir no *Collège de France* sem ficar preso ao rigor sistemático da filosofia. É neste sentido que esta dissertação tem como objetivo principal articular cada Capítulo levando em consideração posições conceituais que se relacionam, **itens** e **subitens** que aparecem um distante do outro, porém, possuem relações muito importantes que não aparecem objetivamente; pois, é preciso que o leitor, o pesquisador, o crítico etc., se esforce o bastante para entender as *relações de poder* que existem entre os conceitos e suas problemáticas no sentido de que sempre é possível reescrever cada problemática “escavando” e descobrindo propostas e conceitos que não foram problematizados anteriormente. Neste caso, cada conceito, as várias maneiras de pensar e repensar as múltiplas facetas da *governamentalidade* política no qual a investigação foucaultiana pressupõe com a

ideia de *engenharia de pensamento* cuja as técnicas são precisas tanto para gerenciar vida quanto para dizimá-la.

Com efeito, no primeiro Capítulo desta dissertação se concentrará alguns trechos do *Nascimento da clínica* na medida em que Foucault articula sobre a noção de política; também neste Capítulo aparecerá alguns trechos da obra *As palavras e as coisas* isso na década de 60 e também o Foucault da primeira década de 70 que prepara ainda de forma introdutória as problemáticas sobre as *relações de poder*. Pois bem, podemos dizer neste Capítulo que a abordagem foucaultiana se desenvolve mediante as questões da biologia, da história e suas relações com a política principalmente do final do século XVIII e XIX, tendo como seu interlocutor fundamental no processo biológico o taxionomista Cuvier. Por conseguinte, podemos evocar que este Capítulo condiz com os pressupostos fundamentais na seguinte preparação do conceito de *biopolítica* e sua relação com a noção de população, este tem uma relação essencial com as questões do campo biológico.

No segundo Capítulo, a pesquisa tomará como foco principal a noção do funcionamento da *biopolítica* de tal modo que possamos entender como a *sociedade disciplinar* se organiza. Isto, pois, se refere que, Michel Foucault tenta pensar, justamente, a *relação de poder* que o Estado a partir de sua tecnologia de poder em que vigia a sociedade a partir de um olhar abrangente. Enfim, nós nos ocuparemos em saber como, a noção de *biopolítica* se apresenta em diversas partes da sociedade, como ela funciona efetivamente. Com efeito, neste Capítulo é importante enfatizarmos a ideia de Soberania, no qual, vai ser fundamental para que possamos entender a relação de *biopolítica* em relação com a postura da Soberania. E por quê? Porque a Soberania não vai ser eliminada, ela vai penetrar e se modificar diante desse novo modelo de organização da sociedade, isto é, uma vigilância total. Neste sentido, que o **item 2.3** se justifica a respeito da tecnologia do *Panoptismo*, pois, convém dizer que os **itens** que se segue até o final deste Capítulo marcam o eixo sobre as relações de disciplinas em que a obra *Vigiar e punir* se mantém em relação fundamental com as relação do *biopoder* e a tecnologia de pensamento, ao passo que, nos conduzirá para entendermos a analítica foucaultiana cunhada sob o termo *sociedade disciplinar* em que o corpo é, sem dúvida, o instrumento fundamental de exemplificação e controle para que a *neosoberania* possa operar como se quer.

Já no terceiro Capítulo tal pesquisa tomará como ponto central a noção de *biopolítica liberal*. Neste caso, buscar-se-á compreender o *homo oeconomicus I*, isto é, o parceiro da troca. Na verdade, este Capítulo é o ponto de rotação em que a dissertação se diferenciará de outras pesquisas, pois aqui, tal pesquisa vai penetrar no âmbito do discurso da *governamentalidade*

liberal, uma vez que, a *biopolítica liberal* se justifica notadamente sob a aparência desse *homo oeconomicus I* que é o parceiro da troca, aquele, pois, que se envolve com o mercado de relações entre parceiros, onde o trabalho se desenvolve mediante a troca justa. Então, podemos dizer que este Capítulo é central no que diz respeito ao eixo principal dessa dissertação devido iniciar aqui a “nossa crítica sobre a noção de *biopolítica liberal*”; além do mais, é importante enfatizarmos que a Aula de 14 de Março é um dos instrumentos que justificam a ideia do *homo oeconomicus I*, uma vez que, nesta Aula será também uma das ferramentas fundamentais para entendermos a noção de *biopolítica neoliberal* que será a articulação fundamental do quarto Capítulo.

No presente Capítulo percorreremos um caminho mais problemático dessa dissertação. E, por quê? Ora, como este quarto Capítulo finaliza a dissertação, nele deve conter os pressupostos levantados nos Capítulos anteriores, na medida em que, terá o objetivo de justificar a pesquisa mostrando que Foucault trabalha no Curso o *Naissance de la biopolitique* (1978-79) se referindo em dois campos de investigação. Uma que corresponde com a *biopolítica liberal* e outra em que o filósofo francês trabalha com a noção de *biopolítica neoliberal*. Com efeito, é importante mencionar que Foucault não escreve diretamente sobre tal diferença. Cabe, portanto, uma leitura atenta deste Curso de 1978-79 fazermos, assim, tal diferença. Pois bem, tal pesquisa opinou em colocar o *governo econômico de população* como o conceito essencial para que possamos justificar o Capítulo e a pesquisa, pois, é aí que conseguiremos notar que o *governo econômico de população* é justificado mediante a *biopolítica neoliberal*; é importante também dizer que o *homo oeconomicus II* se apresentará a partir de uma nova *governamentalidade*, isto é, o sujeito se transforma em *empreendedor de si mesmo*, ou como estar na tradução de Eduardo Brandão – *empresário de si mesmo*, aquele, pois, que produz seu próprio capital; à medida que Foucault nos evoca que a sociedade se torna uma *empreendedora de si mesma*. Por conseguinte, vale a pena dizer que a crítica de Foucault ao *neoliberalismo* vai atravessar principalmente pós-década de 50 do século XX, quando ele nota a transformação do *homo oeconomicus I*, *parceiro da troca* para o *empresário de si mesmo*; neste sentido que, o filósofo vai em Gary Becker justificar sua crítica a partir da noção de Teoria do capital humano, resumindo, portanto, a ideia de que essa Teoria não passa de uma teoria da programação ficcional em que se construiu esse tipo de homem. Nas palavras de Foucault a construção de um novo sujeito.

Portanto, vale a pena enfatizar que o discurso de Foucault sobre esses temas como: a política, a sexualidade e os instrumentos das *relações de poder* começaram a ser articulados e pensados de forma ainda embrionária na Aula Inaugural no *Collège de France* em 02 (dois) de

dezembro de 1970 intitulado *A ordem do discurso*. Pois bem, é empreender que Foucault lança seu projeto de investigação sem saber quais são os instrumentos necessários para uma possível investigação. As obras de grande expressão já tinham sido publicadas como *O nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) *Arqueologia do saber* (1969) etc. Sob esse aspecto, a partir dos anos 70 do século XX, Michel Foucault vai produzir e se envolver nos Cursos e nas pesquisas no *Collège de France*. Vale a pena notar que, os Cursos proferidos por ele não foram objetivos de publicações, isso é tão eficaz que somente o Curso que foi publicado enquanto Foucault estava vivo foi a Aula inaugural denominada *A Ordem do discurso* de 1970 e publicada em 1971 (CASTRO, 2014, p. 154). O que significa dizer? Significa que nesta pesquisa trabalharemos como ponto fundamental um Curso proferido por Foucault no *Collège de France* em que tal Curso escapa do poder sistemático e da elaboração mais organizada em relação a uma Obra.

Capítulo 1: Introdução às condições da possibilidade da Biologia e Teoria Política.

Dentro desse quadro, para que nós possamos problematizar este primeiro capítulo, precisamos articular a modulação da possibilidade da biologia e da teoria política. Claro! Sempre pensando de uma forma possível, no sentido de que existe uma história biológica, do mesmo modo que existe uma história política; na verdade, “o que é importante, o que permiti articular em si mesma a história do pensamento, são suas condições internas de possibilidades” (FOUCAULT, 1999a, p. 379). Neste caso, o Taxionomista Cuvier vai ser muito importante para Foucault, quando o filósofo articula o sentido da história biológica no arcabouço da noção de possibilidades. Mas, aqui tem um ponto chave para Foucault! Ele vai tomar a história biológica e a história política do ponto de vista de uma *arqueologia* – de uma *genealogia*. Quer dizer, do ponto de vista de um método *arqueológico* e *genealógico*, de modo que, nesta pesquisa optaremos em desenvolver mais precisamente o método *genealógico*. Este método segundo Foucault não pode indicar a história em seu sentido universal, isto, portanto, equivale tanto quanto à existência de uma história biológica, tanto quanto para a história política. Segundo esse modo de pensar, podemos dizer de acordo com Foucault que é uma história no sentido particular, no sentido de uma história específica, em que também pode ser pensada na atribuição do contexto moderno desembocada, portanto, no relato foucaultiano da *biopolítica liberal* em que tal pesquisa foi pensada precisamente na segunda metade do século XVIII, XIX e até meados do século XX, sendo que a *biopolítica neoliberal* se configura e se localiza a partir da segunda metade do século XX e, claro, o nosso século XXI; entendemos, por via dos fatos dessa maneira.

Ora, sabemos que este **primeiro capítulo** converge com o pensamento foucaultiano principalmente no início da década de 70 do século XX onde ele ainda não tinha proferido as Aulas sobre os Cursos: *Em defesa da sociedade* de 1976 (1997a), *Nascimento da biopolítica* de 1978-1979 (2004b) no *Collège de France* e também a obra *História da sexualidade I* onde aparece a questão dessa nova *governamentalidade* que manipula e vigia os corpos. Este Foucault, de sorte que, em seus *Ditos e Escritos II* (2013) põe, por conseguinte, um método *arqueológico* em suas investigações, porém, é importante enfatizar que o método mais adequado para Foucault no Curso de 1978-79 é justamente o *genealógico*, onde esta pesquisa tomará como “modelo” principal de investigação, na qual, introduzimos, primeiramente, um Foucault que faz de certo modo o sentido histórico da *biopolítica*, ou seja, histórico-específico-biológico.

Entretanto, mencionamos alguns aspectos da *biopolítica*, e falamos pouquíssimo da possibilidade da teoria biológica e política nas articulações de Foucault. Pois bem, o interessante não é escrever a respeito de uma teoria biológica ou uma teoria política, mas saber como foi possível o funcionamento destas teorias em que foi possível alimentar à manipulação do corpo, diante de um corpo em que a política conseguiu perceber a importância deste corpo biológico para ser um objeto de vigilância, de um objeto de controle, de um objeto de manipulação a partir da tecnologia de racionalização em que se moldurou o poder político europeu. Então, caberia à pergunta: por que a política se voltou para o controle da vida? Mas, diz Foucault, já lá no outro curso proferido por ele no *Collège de France* de 1976 intitulado *Il faut défendre la société*⁵ (1997a) da vida biológica especialmente. Daí, a importância de tal pesquisa ir ao contexto da época para poder entender como foi o panorama desta estrutura política de que Foucault o taxou como *biopolítica*. Ou seja, a *biopolítica* está vinculada da seguinte maneira: pensar o presente, de questionar seu presente, de atuar em seu presente, de tal forma que busque compreender por via da regras o fundamento de se expor, de trabalhar, de se interessar pela vida, pois, esta é a base para o sistema econômico que se instaura de maneira a investir na vida em suas múltiplas formas e a qualquer preço. A saber, política-economia-biologia estão intrinsecamente relacionadas.

Por conseguinte, o leitor e crítico desta dissertação, começa a entender que o nosso objetivo principal não é falar de uma maneira geral e dedutiva sobre a teoria biológica e teoria política, mas, saber como elas funcionam, como elas podem ser relacionadas, de tal forma que, exibem possibilidades em suas condições de existência, onde a pequena vida da célula entra como fator calculável no programa do *biopoder*, isto, pois, se explica a partir da biologia moderna em que entrou como fator preponderante na política liberal, e principalmente na política neoliberal. Para melhor entender esta noção, eis o que escreve o autor de *As Palavras e as Coisas*:

A historicidade, pois, introduziu-se agora na natureza – ou, antes, no ser vivo; mas ela aí é bem mais do que uma forma provável de sucessão; constitui como que um modo de ser fundamental. Sem dúvida, na época de Cuvier não existe ainda história do ser vivo, como a que descreverá o evolucionismo; mas o ser vivo é pensado, logo de início, com as condições que lhe permitem ter uma história. É do mesmo modo que as riquezas receberam, na época de Ricardo, um estatuto de historicidade que ele tampouco formulara ainda como história econômica. A estabilidade próxima dos rendimentos industriais, da população e da renda tal como a previra Ricardo, a fixidez das espécies afirmada por Cuvier podem passar, após um exame superficial, por uma recusa da história; de fato, Ricardo e Cuvier só recusavam as modalidades da sucessão

⁵ Tradução do Curso: “Em defesa da sociedade” ou “Para defender a sociedade”.

cronológica tais como foram pensadas no século XVIII (FOUCAULT, 1999a, pp. 380-381).

1.1 Condições da População no Campo da Biologia:

No Curso de 1977-78 intitulado *Segurança, território e população* proferido por Michel Foucault no *Collège de France*, este Curso aparece de forma bem articulada sobre a questão da problemática da população em relação à biologia. “Foi portanto a problematização da população no interior dessa análise dos seres vivos que permitiu passar da história natural à biologia. A articulação história natural/biologia deve ser buscada na população” (FOUCAULT, 2008b, p. 102). Então, a partir desta concepção foucaultiana, ele fará uma filosofia da biologia no campo da população? Sob este aspecto, Foucault não tem a pretensão de fazer uma filosofia da biologia, mas, saber como a filosofia é capaz de problematizar à biologia, no entanto, o inverso também pode ser pensado, isto é, a biologia disciplina do século XIX pode muito bem lançar questões problemáticas em que os filósofos irão debater de tal forma que os mesmos serão instigados e criticados, uma vez que, esta não é a questão mais importante na literatura foucaultiana, porém, pode ser problematizado. Entretanto, gostaríamos de voltar a falarmos sobre a questão da passagem da história natural à biologia para que possamos entender junto com os nossos leitores e críticos como Foucault escapa de uma filosofia da biologia⁶, mas que não a despreza, porém, analisa tal questão sobre outra ótica na qual vai aparecer tal questão no Curso proferido pelo filósofo francês denominado *Segurança, território e população* de 1977-78:

Creio que, para resumir tudo, poderíamos dizer que, se quisermos procurar o operador de transformação que fez passar da história natural à biologia, da análise das riquezas à economia política, da gramática geral à filologia histórica, o operador que levou todos esses sistemas, esses conjuntos de saberes para o lado das ciências da vida, do trabalho e da produção, para o lado das ciências das línguas, será na população que deveremos procurá-lo (...) é um jogo incessante entre as *técnicas de poder* e o objeto

⁶ “A filosofia da biologia é um campo de pesquisa relativamente novo, apesar de o tema da vida ter sempre interessado aos filósofos. Ela vem se desenvolvendo desde as décadas de 1960 e 1970 e é fruto do interesse despertado pelas ciências biológicas devido, principalmente, às pesquisas relacionadas à evolução, à genética, ao desenvolvimento, à ecologia comportamental, entre outros. Alguns dos principais tópicos abordados pela filosofia da biologia são voltados para o domínio de questões que dizem respeito diretamente ao objeto da biologia – a vida – e tratam de temas relacionados com a natureza, a diversidade e a evolução dos organismos, das populações e das espécies, incluindo a espécie humana. Outro conjunto de questões volta-se mais para a natureza da biologia enquanto ciência, sua especificidade e autonomia, como o problema do reducionismo. O *reducionismo* em geral é apresentado como certo tipo de *fisicalismo* – o *reducionismo* epistemológico, por exemplo, sustenta que todas as coisas vivas, por serem primeiramente coisas físicas, podem ter sua explicação biológica substituída pela explicação física, e que, dessa forma, a biologia poderia ser reduzida a essa área. Essa posição não é considerada a mais adequada, uma vez que se reconhece haver relações e processos em biologia que não seriam explicitados ao se fornecer sua descrição física” (CHEDIAK, *filosofia da biologia*, 2008, pp. 7-8).

destas que foi a pouco recortando no real, como campo de realidade, a população e seus fenômenos específicos (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 102-103, *nossos grifos*).

Sob esta citação, podemos evocar que a população pensada por Foucault foi constituída a partir de *técnicas de poder* no qual foi possível abrir consideravelmente os domínios de outros objetos de pesquisa e de outros saberes; Ora, a partir dessas outras *tecnologias de poder* que a população entrou de maneira privilegiada em uma multiplicidade de mecanismo de poderes de que somente foi possível segundo Foucault dentro de uma modalidade nova que ele taxou-a como *governamentalidade* (FOUCAULT, *ibid.*, p. 103).

Não obstante, a noção de população, território pode ser também pensado na obra *O nascimento da clínica*, uma vez que, o ambiente poluído e com risco a saúde da população deve ser logo desprovido de poluição. Ora, é importante entendermos que Michel Foucault quando publica *O nascimento da clínica* em 1963, ele tinha por via das regras denunciar o modo como a política da época se referindo ao século XVIII e XIX, como essa sociedade disciplinava e controlava os doentes mentais, os tuberculosos, os leprosos ou qualquer indivíduo que tivesse adquirido alguma doença em virtude do ambiente ou coisa do tipo. Esses indivíduos eram isolados em um ambiente geográfico sem que estes doentes pudesse manter contato com os ditos sadios. Pois bem, *O nascimento da clínica*, Foucault busca entender como os espaços são importantíssimos no modo como se controla uma população. Então, seguindo esse raciocínio, *O nascimento da clínica* foge da ideia de que é um espaço somente para entender às doenças de uma determinada época, na qual, era possível afetar uma população. Na verdade, a problematização foucaultiana vai muito além do sentido denotativo da doença. O filósofo busca compreender como os espaços se transformam e são objetos essenciais para a *governamentalidade* política. Portanto, podemos dizer que a “Clínica” pensada por Foucault é um meio ou uma estratégia de pensar a política e a formação de uma população específica. Sob esse aspecto, é de fundamental importância entender que Foucault se desdobra em seu pensamento para escavar os pontos de significação da doença. Ora, para que possamos entender tal perspectiva, eis o que escreve o filósofo francês:

L'analyse d'une épidémie ne se donne pas pour tâche de reconnaître la forme générale de la maladie, en la situant dans l'espace abstrait de la nosologie, mais de retrouver, au-dessous des signes généraux, le processus singulier, variable selon les circonstances, d'une épidémie à l'autre, qui de la cause à la forme morbide tisse une trame commune chez tous les malades, mais singulière en ce moment de temps, en ce lieu de l'espace ; Paris, en 1785, a connu des fièvres quarts et des synoques putrides, mais l'essentiel de l'épidémie, c'était une « bile desséchée dans ses couloirs, devenue mélancolie, le sang appauvri, épaissi, et pour ainsi dire poisseux, les organes du bas-ventre engorgés et devenus les causes ou les foyers de l'obstruction » (1) : bref, une sorte de singularité globale, un individu à têtes multiples mais semblables dont les traits ne se manifestent qu'une seule fois dans le temps et l'espace. La maladie

spécifique se répète toujours plus ou moins, l'épidémie jamais tout à fait⁷ (FOUCAULT, 2015, pp. 27-28).

Dentro do projeto inacabado de Foucault, a biologia aparece na perspectiva do filósofo como ponto chave para as manipulações no campo do *biopoder*. Ora, segundo Foucault, o século XVIII e XIX é importante para compreendermos o momento de uma história específica –, se tratando da vida biológica da população onde o meio foi também de fundamental importância para tecer as articulações da noção foucaultiana entre população e biologia. Neste contexto, vejamos, então, uma marca desta questão sobre: população, meio e biologia. Eis a citação:

E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania –, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles” (idem; *ibid.*, p. 28).

Para que possamos articular e compreender melhor a significação no campo do saber biológico, precisamos, pois, indicar que o filósofo francês discuti a importância de Cuvier (1769-1832) para a história da biologia. Com efeito, por que o taxionomista e biólogo é importante para Foucault? Será se Foucault entende Cuvier a partir de uma ideia de sistema? Como, assim, o leitor de Foucault compreenderá a escrita foucaultiana à maneira de Cuvier? Cabe, então, uma outra pergunta: por que Cuvier e não Darwin (1809-1882)? Já que ambos vivem em uma época próxima, porém, Darwin vive aproximadamente até o final do século XIX? Isto significa dizer que, para a história da ciência biológica, Darwin deveria ter ido mais longe em suas pesquisas em relação a Cuvier? Na verdade, o mais importante para Foucault não é o momento e a época, e sim a transformação do pensamento que ocorre ao efeito que se constata possivelmente na história da biologia. Neste caso, Cuvier é uma peça central para

⁷ “A análise de uma epidemia não se impõe como tarefa de reconhecer a forma geral da doença situando-o no espaço abstrato da *nosologia*, mas reencontrar, sob os signos gerais, o processo singular, variável segundo as circunstâncias de uma epidemia a outra que, dá causa à forma mórbida, tece em todos os doentes uma trama comum, mas singular; Paris, 1795, conheceu febres quartãs e *sinocas* pútridas, mas essencial da epidemia era uma *bilis* ressecada em seus canais, que se tornou melancólica, o sangue empobrecido, espero e assim por dizer pegajoso, os órgãos do baixo-ventre ingurgitados e convertidos em causas ou focos da obstrução”: em suma, uma espécie de singularidade global, um indivíduo de cabeças múltiplas mas semelhantes, cujos traços se manifestam uma única vez no tempo e no espaço. A doença especifica sempre se repete mais ou menos, a epidemia nunca inteiramente” (FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*, 2015, p. 25, tradução de Roberto Machado).

compor este cenário biológico construído por este taxionomista segundo o holofote foucaultiano.

Sob este aspecto, da “posição de Cuvier na História da Biologia” (FOUCAULT, 2013, p. 200) ele, o filósofo do *Collège de France* emerge uma conferência em 1970 abrindo a discussão a respeito de Cuvier. O filósofo nos revela que a discussão gira em torno da biologia, quer dizer, da posição na qual o indivíduo e de sua variação quando se trata do campo do saber biológico (FOUCAULT, loc. cit.). Isto significa para Foucault que Cuvier é o ponto de partida para que o saber dos cientistas taxionômicos⁸ se direcionam para entender a organização interna do indivíduo – a saber – uma organização que girava em torno de uma espécie para outra; e, certamente neste contexto o divisor de águas para Foucault é Cuvier (FOUCAULT, ibid., pp. 200-201).

O trabalho de Foucault do ponto de vista da problematização no que se refere à história biológica, taxológica e fisiológica, é tão importante para esta discussão, pois, se “convence” neste debate a mudança metodológica no sentido clássico, porque, aí tem um ponto chave na trama entre descontinuidade, continuidade e evolução. Neste caso, a “*parresia*” foucaultiana domina um discurso em que os partícipes do diálogo de certa forma concordam com professor dos Sistemas de Pensamento do *Collège de France*. Sob esta questão, citaremos uma passagem do debate na obra *Ditos e Escritos II* em que nos indica este fundamento metodológico da história biológica em Cuvier, que foi bem interpretado por Foucault e quem descreve são os seguintes debatedores:

Y. Conry

A) O Esquema de desaparecimento dos limiares, proposto por M. Foucault, acabou por me convencer de que Cuvier é efetivamente um momento de ruptura em relação ao século XVIII. Mas será que esse esquema não continua sendo indiferente para um problema de Evolução? (CONRY apud FOUCAULT, 2013, p. 215).

B. Balan se direcionando a fala para M. Foucault:

B) A primeira questão se refere à natureza da ligação interna. Você havia dito em *As Palavras e as coisas* (p. 276): ‘a ligação interna, que faz com que as estruturas dependam umas das outras não está mais situada unicamente no nível das frequências; ela se torna o próprio fundamento das correlações’. Estou convencido de que a passagem da problemática das classificações do século XVIII para o problema da espécie em Darwin passa por uma nova concepção da ligação interna, por uma análise da estrutura interna do organismo. Sobre esse ponto, o princípio de correlação em Cuvier desempenha um papel capital, e pode ter uma importância que ultrapassa

⁸“A taxionomia clássica era essencialmente a ciência das espécies, ou seja, a definição das diferenças que separam as espécies uma das outras: a classificação dessas diferenças o estabelecimento de categorias gerais dessas diferenças; a hierarquização dessas diferenças, umas em relação às outras. Dito de outra forma, todo o edifício da taxionomia clássica parte da diferença específica e tenta definir as diferenças superiores tomando como medida a diferença específica” (FOUCAULT, *Ditos e Escritos II*, 2013, p. 201).

Cuvier. Coloco então o problema da natureza dessa ligação interna que, levando em conta o desenvolvimento do parágrafo ‘Cuvier’ de uma concepção finalista, vitalista e fixista (BALAN apud FOUCAULT, *ibid.*, pp. 215-216).

A primeira citação “A)” indica, portanto, que Conry diz que a proposta marcada por Michel Foucault foi mencionar que as transformações equivalentes as propostas por Darwin se faziam através dos textos de Cuvier. Ora, isto significa para Conry que Darwin tem um ponto de semelhança teórica com Cuvier. Neste sentido, Conry interroga Foucault da seguinte forma:

Se essa afirmação é aceita, eu gostaria de saber como é possível que o fundamento do pensamento darwiniano seja encontrado fora, e não no campo discursivo de Cuvier. Faço alusão ao contexto *ecológico* e *biogeográfico*, que é o lugar da determinação do pensamento de Darwin. Parece-me que, se admitimos que Darwin se formou fora do campo de Cuvier, esse último não poderia ser um *relé* em relação a uma teoria da evolução ulterior (CONRY apud FOUCAULT, 2013, p. 215, *nossos grifos*).

Esta problematização colocado por Conry vai permitir Michel Foucault dizer que, Darwin precisou usar alguns argumentos técnicos de Cuvier como, por exemplo, a ideia de condições de possibilidades, isto é, segundo Foucault vai mexer na questão de método, no qual, Conry contesta Foucault, não para depreciá-lo, mas para que o filósofo do *Collège de France* explique de forma mais convincente tal noção de condições de possibilidades que adveio do campo da biologia. Mas, qual seria, por conseguinte, a questão fundamental de Foucault? Ele tece o seguinte argumento: é preciso compreender que a biologia investigada por Cuvier amplia uma discussão histórica, permitindo, assim, “abrir o leque” para poder problematizar-se as formações discursivas no campo da história biológica, ou seja, uma espécie de “arqueologia” em que se refere ao saber do discurso histórico, isto é, no panorama das possibilidades dos discursos. Resumindo a argumentação: Foucault está preocupado com a história. Neste sentido, podemos dizer que a história para o professor Foucault extravasa a própria noção de biologia.

Dentro desse quadro, a citação “B)” do Sr. Balan condiz preferencialmente com à lógica estrutural e não quantitativa, no qual nos diz Foucault. A questão de Balan, é, pois, entender, se em Darwin o processo investigatório gira em torno de uma estrutura interna conceitual. É importante entender aqui, que o Sr. Balan não estar distante do pensamento de Foucault, mas ele, o ‘interrogador’, põe em voga um questionamento em relação ao filósofo do *Collège de France*. Sob este aspecto, Foucault dará uma possibilidade de interpretação ao Sr. Balan, mencionando que nos textos preferencialmente dos períodos de 1789-1808 Cuvier entende, pois, o cálculo no sentido de sua taxionomia e em relação a natureza de cada espécies, pois bem, isso significa segundo Foucault que, Cuvier abre o campo de possibilidades de pensar a taxionomia das espécies, ampliando a tese também do qual isto tem a ver com o número de órgãos destas espécies, de seu tamanho, de sua forma, de suas funções, de suas conexões, de

suas direções fundamentais em relação dessas espécies com o seu meio (FOUCAULT, 2013, p. 221). Logo, quando Foucault se dirige à palavra a Balan, o filósofo francês nos revela que “em Cuvier, cálculo não é um cálculo de quantidade, mas um tipo de cálculo lógico de elementos estruturais variáveis” (FOUCAULT, loc. cit.), isto é, podemos afirmar segundo o autor de *As palavras e as coisas* (1999a) que este cálculo é, por conseguinte estrutural e, claro, não quantitativo (FOUCAULT, loc. cit.).

Ora, este repertório tem um alcance segundo Foucault no que diz respeito a uma estrutura lógica marcada por possibilidades entre as espécies e seu meio; e Foucault vai ainda mais longe sob esta ideia de quantidade e cálculo estrutural. Para a nossa melhor compreensão, eis o que escreve o autor de *Vigiar e Punir* (2010c):

Por outro lado, quando Cuvier emprega o vocabulário de quantidade, ele fala em um contexto diferente daquele de cálculo; ele fala disso a propósito dos processos fisiológicos ou químicos da respiração. Mas para dizer o quê? Que a força dos movimentos dos vertebrados depende da quantidade de respiração; que a quantidade de respiração depende da quantidade de sangue que chega aos órgãos; e que a quantidade de sangue que chega aos órgãos depende da localização dos órgãos da respiração e daqueles da circulação. Esses órgãos da circulação podem ser duplos. A quantidade de sangue é então importante. Eles podem ser simples e a quantidade de sangue é menor. De maneira que a quantidade aí é pura apreciação. Trata-se de graus. Há mais ou menos movimento, há mais ou menos sangue. Cuvier nunca utilizou medidas para calcular a quantidade. Consequentemente, essas três noções por nós associados: cálculo, quantidade, medida são em Cuvier muito curiosamente distintas. Temos: 1º um cálculo que é o cálculo estrutural das variáveis orgânicas; 2º a consideração da quantidade que é, de qualquer forma, uma quantidade apreciativa; 3º uma ausência de medida (FOUCAULT, 2013, pp. 221-222, *nossos grifos*).

Não obstante, fazendo uma retrospectiva da possibilidade da biologia em relação ao campo da população em que se justifica também a *biopolítica*. Neste caso, um exemplo para podermos entender esta noção entre a diferença de indivíduo e de população, é o exemplo do trabalho bem articulado da população das formigas e das abelhas; estas são insetos que trabalham em conjunto. Elas procuram viver bem articuladas e quando vão a busca do alimento para suas respectivas sobrevivências, trabalham não apenas para seu “individualismo”. Neste sentido, que podemos compreender a noção de população, quer dizer, dentro de um possível modelo que busque “explorar” o conjunto e não somente um indivíduo, ou algumas individualidades, e acabamos por reforçar que, já existe aí o essencial, que é possivelmente a ideia de conjunto. De trabalhar, de explorar, de vigiar, de manipular, os indivíduos tendo como objetivo fundamental uma tecnologia que consiga pensar o conjunto, pensar, a população em sua pluralidade, em um contexto que não dê folga para os indivíduos, onde o importante é manipular o conjunto, é, pois, não interessante que este conjunto em sua totalidade escape da vigilância, que escape do controle. Assim, dentro deste quadro, faremos uma analogia de

fundamental importância que será, pois, o ensejo de projeção para a sociedade humana em termos de trabalho; e de funções no equivalente à vida que se moldura a interpretação foucaultiana sobre *biopolítica*. Para isso, descreveremos, pois, a possibilidade de entender à sociedade das formigas, das abelhas e dos cupins que mostrará nesta dissertação como a noção de “população” tem uma semelhança com outros reinos animais, no qual, é importante pensarmos esta noção estratégicas de outros reinos animais para que possamos compreender o mínimo a sociedade humana, claro, especialmente a relação do trabalho social. Onde o que pesa, o que marca, é simplesmente o efeito do conjunto. Claro, isto são portanto analogias que evoca- nos entendermos os efeitos da *biopolítica* referentes ao setor social e econômico em nossa sociedade, mas enfatizamos, não é qualquer sociedade.

No fundo, a ideia central aqui é saber como a nossa pesquisa propõe que alguns insetos encontrados na natureza trabalham em conjunto, ou seja, dividem as tarefas do trabalho, em uma espécie de solidariedade entre seus partícipes – isto é – os membros do grupo. Neste sentido, algumas espécie são taxados como espécies sociais, ou melhor, quando no parágrafo anterior mencionamos à sociedade das formigas, das abelhas e dos cupins, no qual, são conhecidos como “insetos sociais”. Isto equivale a dizer que, segundo o autor do livro *O que é o virtual*, que “a noção de inteligência coletiva evoca irresistivelmente o funcionamento das sociedades de insetos: abelhas, formigas e cupins. No entanto, as comunidades humanas se diferem profundamente dos cupinzeiros” (LÉVY, 2011, p. 110, *nossos grifos*).

A partir desta perspectiva, podemos dizer de acordo com os autores Gewandsznajder e Linhares (2010, p. 265) que possivelmente entre a sociedade dos insetos, particularmente, os três mencionados por Pierre Lévy, a divisão do trabalho ocorre de maneira tão intensa que os corpos dos indivíduos que pertencem a esta população se modifica na medida em que vão se adaptando nas tarefas que realizam – Isto é – cada indivíduo compõe uma forma de adaptação nas funções a que realiza, para que, não possa deixar falhas no conjunto. Com efeito, isto é conhecido na biologia como “o resultado dessa extrema especialização é a existência na mesma espécie, de grupos de indivíduos com características diferentes fenômeno chamado de **polimorfismo morfológico**⁹” (GEWANDSZNAJDER; LINHARES, loc. cit.). Mas, o que isto tem a ver com a pesquisa no autor Foucault? Qual a importância de mencionar esta relação da população das formigas, da população das abelhas e da população dos cupins? Esta relação subjaz justamente que, as funções de trabalho desses insetos tem uma analogia com a função

⁹ Estes grifos foram dos próprios autores da citação.

do trabalho social humano. Pensamos que esta relação é uma das molas propulsora desta pesquisa neste **primeiro capítulo**. Antes de mais nada, é importante assinalar que Foucault entende o **polimorfismo**¹⁰ através da argumentação do biólogo Jacques Ruffié da seguinte maneira: “o **polimorfismo**¹¹ *genético* de uma população¹² não constitui uma decadência; ele é biologicamente útil, ao passo que, a ‘pureza’ é o resultado de processos quase sempre artificiais, que fragilizam e tornam mais difícil a adaptação” (FOUCAULT, 2011b, p. 400).

Sob esse aspecto, por exemplo, a sociedade das abelhas formam especialmente a sociedade altamente organizada e planejada de modo que os indivíduos colocam à vida da colmeia acima de tudo, inclusive da sua. Quer dizer, trabalham intensamente para que o conjunto e sua população não desapareçam da natureza. Ora, essa ideia do reino animal também pode ser compatível com a noção de população humana, claro, dentro, possivelmente, da divisão do trabalho, porém, é importante enfatizar que a crítica foucaultiana vai aparecer principalmente diante de uma população selecionada. A despeito, voltando a falar do reino dos insetos, especialmente da sociedade das abelhas, o trabalho, portanto, feito por elas, são de exclusividade das operárias, em que possui ovários atrofiados correspondendo biologicamente fêmeas estéreis que segundo Gewandznajder e Linhares (2010) elas vivem aproximadamente, nada mais, nada menos que um mês, são também segundo eles as únicas a possuírem aparelho bucal e as articulações das patas bastante desenvolvidas que são, portanto, uma especialidade das **operárias**¹³, na qual, tal especialização servem para a colheita do pólen, para também colherem o néctar das flores; ora, estas “guerreiras” são as responsáveis em alimentar as larvas e produz a cera que servirá para a construção eminente da colmeia (GEWANDZNAJDER; LINHARES, *ibid.*, p. 266).

Ainda seguindo a linha de raciocínio, a sociedade das formigas também possuem formigas fêmeas estéreis, que são as **operárias**¹⁴ da mesma forma como a sociedade dos cupins, este, apenas, com um pequeno detalhe existem **operários**¹⁵. Para que esta pesquisa “finalize”

¹⁰ *Nossos grifos.*

¹¹ *Nossos grifos.*

¹² “Uma população não pode definir-se segundo suas características morfológicamente manifestas. Em compensação, a biologia molecular permitiu balizar fatores dos quais dependem a estrutura imunológica e o equipamento enzimático das células, característica cujo condicionamento é rigorosamente genético. (Por ser mais fácil estudá-los nas células sanguíneas, chamam-nos, um tanto impropriamente, ‘marcadores sanguíneos’)” (FOUCAULT, M. *Ditos e escritos VII: arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*, 2011b, p. 400, *nossos grifos*).

¹³ *Nossos grifos.*

¹⁴ *Nossos grifos.*

¹⁵ *Nossos grifos.*

essa noção da população dos insetos, faremos duas citações que indicam essa articulação do trabalho entre esses “pequenos” seres vivos da natureza – isto é – formigas e cupins:

- a) As operárias defendem a sociedade, coletam folhas e cuidam dos fungos que servem de alimento para a sociedade. Em certas épocas do ano, as rainhas e os machos, ambos dotados de asas, saem para o voo nupcial. Após a fecundação, os machos morrem e as rainhas vão fundar novos formigueiros (GEWANDZNAJDER; LINHARES, loc. cit.).
- b) Entre os cupins ou térmitas, os operários são formados por machos e fêmeas estéreis. Os soldados compõem um grupo de machos e fêmeas estéreis com pernas e mandíbulas muito fortes, encarregados de defender a sociedade (GEWANDZNAJDER; LINHARES, *ibid.*, p. 267).

Diante deste contexto biológico no que se refere à população, nós entendemos, pois, que tal ideia clássica de população é aquela na qual é formada por um conjunto de indivíduos que são, portanto, de uma mesma espécie. Podemos até dizer ainda mais, são aquelas em que vivem em uma mesma localidade, em um mesmo território, em que existe uma relação intrínseca e extrínseca ao mesmo tempo. Ora, segundo os autores e biólogos GEWANDZNAJDER e LINHARES (2010, p. 254), as populações tem a possibilidade de não serem estáticas, e também podem, sem dúvida, crescerem e diminuir segundo fatores ambientais, como, por exemplo, desmatamento, escassez de alimentos, aumento da temperatura etc. Apesar disso, aqui nessa articulação provida do campo da biologia não queremos mostrar que Foucault interpretou restritamente a *biopolítica*, apenas seguindo a analogia com o campo do setor biológico. Mas, podemos dizer com postura, que os fatores e o campo biológico foram importantíssimos para Foucault articular o sentido da *biopolítica*, levando em consideração a população pelo viés da biologia, tecendo, portanto, a *biopolítica* da população dentro de um território, no qual, a segurança de uma determinada população é de fundamental importância para que se construa sujeitos bem adaptados ao meio.

En elle, l'espace médical peut coïncider avec l'espace social, ou plutôt le traverser et le pénétrer entièrement. On commence à concevoir une présence généralisée des médecins dont les regards croisés forment réseau et exercent en tout point de l'espace, en tout moment du temps, une surveillance constante, mobile, différenciée. On pose le problème de l'implantation des médecins dans les campagnes; on souhaite un contrôle statistique de la santé grâce au registre des naissances et des décès (qui devrait porter mention des maladies, du genre de vie, et de la cause de la mort, devenant ainsi un état civil de la pathologie) ; on demande que les raisons de réforme soient indiquées en détail par le conseil de révision ; enfin qu'on établisse une topographie médicale de chacun des départements « avec des aperçus soignés sur la région, les habitations, les gens, les passions dominantes, l'habillement, la constitution atmosphérique, les productions du sol, le temps de leur maturité parfaite et de leur récolte, ainsi que l'éducation physique et morale des habitants de la contrée ». Et comme s'il ne suffisait pas de l'implantation des médecins, on demande que la conscience de chaque individu soit médicalement alertée ; il faudra que chaque citoyen soit informé de ce qu'il est nécessaire et possible de savoir en médecine. Et chaque praticien devra doubler son activité de surveillant d'un rôle d'enseignement, car la meilleure manière d'éviter que se propage la maladie, c'est encore de répandre la médecine. Le lieu où se forme le

savoir, ce n'est plus ce jardin pathologique où Dieu avait distribué les espèces, c'est une conscience médicale généralisée, diffuse dans l'espace et dans le temps, ouverte et mobile, liée à chaque existence individuelle, mais aussi bien à la vie collective de la nation, toujours éveillée sur le domaine indéfini où le mal trahit, sous ses aspects divers, sa grande forme massive¹⁶ (FOUCAULT, 2015, p. 33).

Escorados nas contribuições essenciais de Roberto Machado no que diz respeito a clínica pensada e articulada por Foucault, neste caso, *Nascimento da clínica* gravita justamente na relação entre o modo de percepção e da linguagem. Esta possibilita a configuração das várias maneiras de ver e perceber uma realidade não exatamente empírica, mas, por exemplo, no espaço do significado entre o médico e os sintomas de uma possível doença, no qual, está o olhar do médico frente aos sintomas do paciente; ao passo que, a percepção se arquiteta na maneira de não se distinguir o espaço da percepção e o espaço da linguagem, de modo que o ver e o dizer são indissociáveis (MACHADO, 2007, p. 95); (ibid., pp. 98-99) Neste caso, “na clínica, percepção e linguagem devem estar rigorosamente articuladas; limitar-se a um desses dois aspectos é se impossibilitar de conhecer” (ibid., p. 95). Por conseguinte, Roberto Machado nos revela que a inovadora articulação de Michel Foucault sobre a clínica está no jogo dos modos de saber, uma vez que, o saber pode ser recepcionado no sentido plural do termo. Para que possamos entender melhor esse jogo do saber na mudança da realidade da medicina clássica para a medicina moderna¹⁷ em Michel Foucault, tal mudança se justifica da seguinte maneira:

¹⁶ “Nela, o espaço médico pode coincidir com o espaço social, ou melhor, atravessá-lo e penetrá-lo inteiramente. Começa-se a conceber uma presença generalizada dos médicos, cujos olhares cruzados formam uma rede e exercem em todos os lugares do espaço, em todos os momentos do tempo, uma vigilância constante, móvel, diferenciada. Coloca-se o problema da implantação dos médicos no campo; deseja-se um controle estatístico da saúde, graças ao registro dos nascimentos e das mortes (que deveria mencionar as doenças, o gênero de vida e a causa da morte, tornando-se assim um estado civil da patologia); pede-se que as razões de reforma sejam indicadas em detalhe pelo conselho de revisão; finalmente, que se estabeleça uma topografia médica de cada departamento ‘com cuidadosos sumários sobre a região, as habitações, as pessoas, as paixões dominantes, o vestuário, a constituição atmosférica, as produções do solo, o tempo de sua maturidade perfeita e de sua colheita, assim como a educação física e moral dos habitantes da região’. E como se não bastasse a implantação dos médicos, pede-se que a consciência de cada indivíduo esteja medicamente alerta; será preciso que cada cidadão esteja informado do que é necessário e possível saber em medicina. E cada prático deverá acrescentar à sua atividade de vigilante uma atividade de ensino, pois a melhor maneira de evitar que a doença se propague ainda é difundir a medicina. O lugar em que se forma o saber não é mais o jardim patológico em que Deus distribui as espécies; é uma consciência médica generalizada, difusa no espaço e no tempo, aberta e móvel, ligada a cada existência individual, mas também à vida coletiva da nação, sempre atenta ao domínio indefinido em que o mal trai, sob seus aspectos diversos de sua grande forma” (FOUCAULT, M. *Nascimento da clínica*, 2015, p. 33-34, Tradução de Roberto Machado).

¹⁷ É importante elucidarmos que a medicina moderna tem seu ponto de ancoragem na transformação empírica no qual ocorre a abertura dos cadáveres, descobrindo, com isso, as possibilidades dos quadros algícos do corpo – isto é – os Sintomas. Então, para entendermos isso melhor, podemos situar Bichat nos mostra essa noção a partir da recepção de Foucault: “O entusiasmo que Bichat e seus discípulos logo sentiram com a descoberta da anatomia patológica adquire, desse modo, sentido: eles não reencontravam Morgagni além de Pinel ou Cabanis; reencontravam a análise no próprio corpo; desvelavam na profundidade das coisas a ordem das superfícies; definiam para as doenças um sistema de classes analíticas em que o elemento da decomposição patológica era o princípio de generalização das espécies mórbidas. Passava-se de uma percepção analítica a uma percepção das análises reais. E, muito naturalmente, Bichat viu em sua descoberta um acontecimento simétrico à descoberta de

O que ele critica é a posição dicotômica que imagina que a característica básica da clínica moderna seja o fato de ela ter descoberto o visível por oposição ao pensado. A esta opinião ele opõe a hipótese, que procura demonstrar ao longo do livro, de que a mudança se deve à transformação da relação entre visível e invisível. Assim, uma das características da medicina moderna é ter transformado o invisível da espessura orgânica do corpo do doente em invisível. O que a clínica faz é tornar visível o que era invisível para a percepção da medicina clássica. Neste sentido, a mutação fundamental que se processa entre a medicina clássica e a moderna é a passagem de um espaço taxonômico para um espaço corpóreo: é a espacialização da doença no organismo (MACHADO, *ibid.*, p. 105).

A despeito, um autor de fundamental importância para o professor do *Collège de France* é o biólogo Georges Cuvier (1769-1832) do qual retornaremos a falar em que este “passa a se interessar pela função e pela descoberta das invisibilidades por meio da anatomia” (HORROCKS; JEVTIC, 2013, p. 73). A partir dessas questões fundamentais do campo biológico referido ao debate do século XIX, podemos dizer que, segundo Edgardo Castro (2009, p. 56) o objeto essencial da História Natural se justifica perante a época clássica, de tal forma que, tem à particularidade de ser um conjunto fundamental observável, no qual, o objeto da biologia é aquele em que abre duas dimensões: capaz de poder viver e também suscetível de morrer que segundo Castro (2009, loc. cit.), pode ser recepcionada precisamente nos *Ditos e Escritos II* de Michel Foucault (2013, p. 55).

Para que esta pesquisa tome como indicação os *Ditos e Escritos II* de Foucault, faremos uma citação importante que mostrará essa relação do campo biológico, como sendo à ponte para o movimento acerca da noção entre biologia e política em que abre a possibilidade desta pesquisa pensar o objetivo que se tem da história biológica (...) Eis a citação:

Em *Dits et Écrits* (DE2, pp. 30-36) encontra-se uma extensa discussão acerca da situação de Cuvier na história da biologia. Ali, Foucault defende e precisa a sua posição a esse respeito. A taxionomia clássica da História Natural, era uma ciência das espécies; definia as diferenças que separam umas espécies de outras e as classificava para estabelecer entre elas uma ordem hierárquica. O problema da História Natural consistia, então, em determinar como estabelecer espécie bem fundadas. Desse modo, surge a polêmica entre sistematizadores (partidários de um sistema artificial) e metodistas (defensores de um método natural). Para Darwin, contudo, deve-se começar pelo conhecimento do indivíduo e de suas variações. A obra de Cuvier tornou possível esta transformação. Com a introdução da anatomia comparada, mostrou-se que as categorias subordinadas ou superiores à espécie não são regiões de semelhança, mas tipo de organização. De agora em diante, pertencer a uma espécie será possuir uma determinada organização (e não possuir certas características). O conjunto de estruturas anatômico-funcionais, fisiologicamente dirigida, define as condições de existência do indivíduo (CASTRO, 2009, p. 56).

Lavoisier: ‘a química possui corpos simples que formam corpos compostos pelas diversas combinações de que são suscetíveis... Da mesma forma, anatomia tem tecidos que..., por combinações, formam os órgãos’. O método da nova anatomia é, como o da clínica, a análise: mas uma análise separada de seu suporte linguístico, definindo mais a divisibilidade espacial das coisas do que a sintaxe verbal dos acontecimentos e dos fenômenos” (FOUCAULT, *M. Nascimento da Clínica*. Tradução de Roberto Machado, 2015, p. 144-145).

Em suma, o que esta pesquisa gostaria de relacionar quando se trata de população, de indivíduo, de biologia, de história, até mesmo as questões filosóficas. Isto nos evoca que segundo Foucault são as diversas maneiras que a história delinea todas essas modalidades, mas também ela fica responsável em apagá-las, claro, quando se trata, pois, do biológico; neste caso, é preciso entender que Foucault nos mostra que, não é importante buscar no biológico fatos brutos e satisfatórios ou definitivos¹⁸ (FOUCAULT, 2011b, p. 400). Pois bem, tais situações principalmente do biológico e da história, enfim, Foucault levou a cabo a obra de Jacques Ruffié em que o professor do *Collège de France* analisou outras questões desse gênero; logo, por que tais questões foram importantes na leitura de Foucault? O filósofo francês conseguiu notar rapidamente com clareza que Ruffié introduziu a noção de *bio-história*; quer dizer, não seria uma história no sentido unívoco e mitológica da espécie humana através da correspondência do tempo, ou sequer uma história metafísica do tempo, pois bem, para Foucault, todas essas questões se referem a uma noção de “*biopolítica*” que nada mais seria as classificações e das partilhas; de sistemas hierarquizados e superiores, porém, seria melhor apresentadas a partir das comunicações e do **polimorfismo**¹⁹ (FOUCAULT, *ibid.*, p. 401). Assim, “é preciso conceber uma humanidade na qual não são as raças que se justapõem, mas ‘nuvens’ de populações que se entremeiam, emaranhando um patrimônio genético de tanto mais valor quanto mais acentuado for seu **polimorfismo**²⁰” (FOUCAULT, *ibid.*, 400).

1.2. Teoria do Estado:

A mudança de tema, de certa forma radical faz *insight* a proposta da pesquisa, uma vez que, o objetivo de tal articulação leva a cabo o fruto de uma pesquisa temática em que não segue uma lógica usual de filósofos renomados como Aristóteles, Descartes, Kant, Hegel etc. Portanto, a nossa pesquisa tenta aproximar o máximo possível das indicações foucaultiana de abordagem e método de pesquisa (...) Neste caso, pretendemos articular como Foucault pensou os problemas da teoria do Estado. Foucault tem um ponto de partida para Teoria a respeito do Estado? Faz um método dedutivo e teórico no sentido forte do termo? Abrange sua filosofia ao modelo clássico da teoria do Estado? Concorda com Thomas Hobbes e Rousseau? Então, Foucault! Não faz nada disso, e recorre a um método diferente de pensar, de articular, de problematizar o Estado? De suas operações, de suas funções? Como o Estado operaria na

¹⁸ *Nossos grifos.*

¹⁹ *Nossos grifos.*

²⁰ *Nossos grifos.*

concepção filosófica de Foucault? Ora, estas perguntas são de fundamental importância para que nós possamos compreender Foucault. É verdade que as quatro primeiras perguntas são tudo aquilo que o professor Foucault se afasta. Neste caso, citaremos Thomas Hobbes e Rousseau para que nós possamos entender o sentido do pensamento do professor do *Collège de France* em relação a estes dois filósofos da modernidade, pois bem, em seguida articularemos qual será a posição filosófica de Foucault, trabalhando, portanto, as obras do filósofo para que nesta pesquisa possamos marcar o pensamento do autor de *Vigiar e Punir* (2010c) perante a noção de Estado.

Antes de mais nada, é importante entender que na teoria hobbesiana o estado se apresenta como um “corpo” artificial, ou melhor, um Estado artificial onde vai marcar o surgimento da sociedade civil onde os homens transferiram seus direitos naturais para um direito artificial que são por via das regras interesse comum, mas que cada um tem possivelmente benefícios próprios, interesses próprios (FRATESCHI, 2008, p. 46). Neste caso, a melhor fonte de investigação é *Do cive* (Do cidadão) do próprio Hobbes quando o mesmo coloca que esta obra de natureza política ou ciência política é onde marca a esfera do Estado soberano (HOBBS, 1992). Além disso, a comentadora de Hobbes nos indica que o filósofo Inglês nos revela que a teoria do Estado soberano somente foi possível quando o homem “deseja primeiramente a obtenção daquilo que julga benefício para si mesmo” (FRATESCHI, 2008, p. 83).

Já para Jean-Jacques Rousseau no *Primeiro livro Do contrato social* ele nos revela que o pacto social somente foi possível uma vez que houve um acordo entre os homens, quando os mesmos uniram suas forças e transferiram para um só corpo uma força que iria operar para todos (ROUSSEAU, 2011, p. 26), ora este pacto social se “encontra em uma força de associação que defenda e proteja de toda força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, se unindo a todos, obedeça, apenas, portanto, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes” (ROUSSEAU, *ibid.*, p. 27), o próprio filósofo do *Contrato social* nos indica que foi justamente este problema fundamental do *Contrato social*, do qual é um modelo artificial de que nos dá a solução para que possamos compreender o que é um Estado. Estado este que foi criado a partir de uma união entre os homens para poder compor uma sociedade em que todos os homens precisam respeitar as leis nos quais regem esse Estado, isto nada mais é que uma forma artificial de poder, claro de um poder soberano, ou seja, o Estado como Soberano, uma vez que, é capaz de orientar seus súditos, claro, sendo representado tal por um homem que compõe a realeza, o principado, ou um parlamento etc.

A despeito, primeiramente, não é tão importante para Foucault articular sobre o conceito de “teoria” do Estado, já que, para Foucault, fazer uma “teoria” do Estado, uma teoria do poder equivaleria fazer uma estrutura “forte” continuada e baseada em uma universalidade. Logo, o filósofo francês se afasta desta perspectiva de uma “teoria” do Estado. Em poucas palavras, uma teoria geral do Estado. O autor de *Hermenêutica do sujeito* (2010a) está acoplado no mote da descontinuidade da teoria do Estado, na qual, podemos traduzir como uma analítica do Estado, como uma analítica do poder, como um poder específico, ao passo que, o próprio Foucault traduzirá como *micropoderes*. Faz sentido, então, para Foucault pensar como o Estado opera? como ele funciona? Saber, portanto, quais são suas redes de entrelaçamento? Neste caso, temos, por conseguinte, uma descontinuidade da “teoria” do Estado. Logo, caberia Foucault responder o que é o Estado? O que é, pois, uma teoria do Estado? De tal modo que ele responderia esta questão a partir de uma teoria absolutista do Estado e do poder? Claro que não! Esta não é a problemática que Foucault traz para sua analítica da crítica, ou melhor, uma crítica a respeito da “teoria” do Estado.

Foucault abre a história do Estado a partir de uma investigação que pondere uma forma específica de pesquisa. Dessa forma, o filósofo tenta compreender como nos séculos XVIII e XIX funcionava o Estado moderno. Para isso, precisamos ir ao “encontro” do curso principal desta dissertação em que tal pesquisa se projetou em estudá-la, que é justamente o curso intitulado *Nascimento da biopolítica* de 1978-79 que mostra, por sua vez, tal genealogia do Estado feito de maneira eficiente pelo ativista político Foucault.

Na Aula de 10 de Janeiro de 1979 é impreterível não falar que esta Aula inaugura a noção de liberalismo econômico, por conseguinte, a noção de *biopolítica liberal*, na qual se refere a um sistema econômico que valoriza a troca e não exatamente o laço contratual. Antes de mais nada, é importante que esta pesquisa mostre que Foucault faz uma mudança radical no empreendimento da ideia de liberalismo. Quer dizer, o filósofo francês não compreende este liberalismo ao efeito de uma teoria, mas de uma arte nova de pensar, que respectivamente pode ser articulada no sentido de que não há, pois um contínuo, mas um descontínuo equivalente a noção em que Foucault compreende sobre o Estado. Então, cabe a pergunta: como ficaria postado a teoria do Estado na envoltura do liberalismo; já que, quando um Estado adota um “sistema” tem que dançar segundo o ritmo desta música? Qual a problemática aqui feita por Foucault no que se refere a ideia de Estado? Pois bem, Foucault vai na contramão no que se refere a ideia clássica que se tem de Estado, ele trabalha primeiramente com a noção de história da medicalização para daí executar de forma mais eficiente a possível medicina do Estado onde

o ponto de encontro é justamente a problemática entre indivíduo e coletivo, no qual, se projeta para um campo politizado.

No fundo a ideia fundamental do qual Michel Foucault defende no Estado capitalista liberal foi quando o corpo apareceu como força produtiva de trabalho, neste sentido, vejamos como o autor de *Vigiar e punir* entende tais questões:

Sustento a hipótese de que, com o capitalismo, não se passou de uma medicina coletiva para uma medicina privada; produziu-se exatamente o contrário. O capitalismo que se desenvolveu a partir do final do século XVIII e começo do XIX, inicialmente, socializou um primeiro objeto, o corpo, em função da força produtiva, da força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua mais apenas pela consciência ou pela ideologia, mas também dentro e com o corpo. Para a sociedade capitalista, importava, antes de tudo, a *biopolítica*, o biológico, o somático, o corporal. O corpo era uma realidade *biopolítica*. A medicina uma estratégia *biopolítica* (FOUCAULT, 2011b, pp. 404-405, *nossos grifos*).

Resumido a ideia acima, podemos enfatizar que, a articulação de Foucault é justamente pensar como ocorreu uma medicina social moderna. Ora, o professor do *Collège de France* vai dizer que tal “medicalização social” aflorou a partir de uma tecnologia do corpo social, isto quer dizer que, a medicina social pode muito bem ser traduzida como uma prática social segundo Foucault; mas ele nos revela que, primeiramente, a medicina valorizou um aspecto individualizante, que nada mais é que a relação entre o médico e o paciente (FOUCAULT, *ibid.*, 404). Aqui tem uma ideia capital em Foucault, pois, a chave de problematização do corpo ele busca sua genealogia nesse fundamento de medicalização e, por conseguinte, da socialização e manipulação do corpo. Daí, Foucault faz a seguinte pergunta: “como se produziu essa socialização”? De início Foucault diz que somente foi possível esta socialização quando o olhar *biopolítico* se reluz para o corpo como força produtiva. Muito bem, o filósofo francês nos mostra que não houve um interesse pelo corpo nos primórdios da medicina desde os Antigos e até metade do século XIX pelo qual se projetou o interesse e a importância do corpo social em que se projeta para a envoltura do capital liberal. Com efeito, vale ressaltar que, a medicina do século XVIII, o médico não se preocupava com o corpo do proletário, claro, como aquele objeto de força produtiva, porém, esta perspectiva vai moldar na medida em que se formulou a problemática do corpo, e, neste caso, a tecnologia da medicina social vai penetrá-lo de tal maneira que este corpo vai ser valorizado principalmente como instrumento de força de produção para poder funcionar segundo as medidas do capital liberal (FOUCAULT, *ibid.*, p. 405) no qual esta pesquisa traduziu como *biopolítica liberal*.

Sob este aspecto, Foucault vai elaborar três questões em que ele reconstrói a ideia de medicina social. E, ele nos evoca da seguinte maneira essa construção a partir da esfera

normalizadora na sociedade ocidental: de início vai aparecer, portanto, a “medicina do Estado” para depois aparecer a “medicina urbana”, e, por conseguinte, a medicina, do qual a importância capital é justamente a força produtiva do trabalho (FOUCAULT, loc. cit.).

A esse respeito, nós poderíamos dizer que, Foucault evita falar de uma teoria geral do Estado da mesma forma como articularam os *contratualistas*²¹, Hobbes e Rousseau? A resposta seria sim! Então, Foucault nos revela que a medicina do Estado teve seu cabível desenvolvimento na Alemanha (*Deutschland*) no início do século XVIII. Para que nós possamos entender esta situação, o conceito de Estado é, sem dúvida, de acordo com Foucault um produto do qual a Alemanha foi quem inventou, ou seja, criou tal conceito de que vai ser o pano de fundo para construir um produto de natureza estatal, ou melhor, uma “ciência do Estado” do qual nós podemos entender no Alemão como *Staatswissenschaft*. Nesse sentido, aparece na perspectiva de Foucault um saber cujo o Estado é o objeto principal; ora, não somente como instaurador dos recursos naturais de que se constitui a sociedade e das funções em que esta vigora estritamente às condições múltiplas da vida e da população, porém o saber do Estado vai muito além dessas condições, e nessa relação, Foucault nota que o Estado funciona a partir de uma máquina política na qual leva-o a considerá-lo as pesquisas a respeito dos devidos recursos em que se constituíram as disciplinas alemã, de modo que isso foi o foco principal no Estado alemão durante o século XVIII (FOUCAULT, *ibid.*, p. 406). Por conseguinte, Foucault abrange ainda mais esta noção de *Staatswissenschaft* no qual a expressão se remete segundo o ensejo de métodos em que ajudam os Estados, ou melhor, o Estado alemão ao acumular conhecimentos, gerenciar sua população de tal modo que garanta um bom funcionamento desse Estado (FOUCAULT, *ibid.*, 405-406); isto foi o motivo, portanto, de uma Alemanha que preservou até hoje no século XXI a intelectualidade de seu povo, pois bem, seja esse o real motivo no qual a Alemanha produziu uma quantidade enorme de intelectuais que oscilam da filosofia ao teatro, passando pela poesia, direito, literatura cinematográfica etc., entretanto, vale à pena ressaltar que o Estado na Alemanha como possivelmente objeto de saber foi, pois, o lugar de criar, de inventar objetivos específicos sobre o conhecimento, quer dizer, uma reinscrição da “*paideia*” grega, e digamos, uma “*paideia*” alemã que foi capaz de marcar uma infinidade de teorias, ou melhor, de fenômenos novos de que as conclusões são inúmeras e de difícil razões. Assim, para que nesta pesquisa possamos entender melhor tal estimativa de

²¹ Os *contratualistas* foi uma corrente filosófica na qual se remeteram a elaborar teorias políticas a respeito de um Estado artificial, *Contratual* e *Soberano*. A nosso ver o Estado de Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau.

toda essas razões em que foi possível a construção do *Staatswissenschaft* alemã, tal história nos apresenta da seguinte forma:

Até hoje os historiadores não se preocupam com essa questão ou com o problema do nascimento de uma ciência do Estado ou de uma ciência estatal na Alemanha. Em minha opinião isso se explica pelo fato de que a Alemanha só se converteu em Estado unitário no século XIX, depois de ter sido apenas uma justaposição de *quase Estados*, de *Pseudoestados* (FOUCAULT, *ibid.*, p. 406, *nostros grifos*).

Foucault vai problematizar o Estado alemão na medida em que se formam saberes de natureza estatal ao ponto de permitir o funcionamento e desenvolvimento de uma conjunto de normas estabelecidas. Daí, o autor de *Ditos e escritos VII* nos revelar que o Estado moderno surgiu onde não tinha poder político nem muito desenvolvimento econômico. E, como isso aconteceu? Aconteceu devido a medicalização social – ou seja – a Alemanha sendo “inferior” economicamente e politicamente em relação a França e a Inglaterra teve como objetivo fundamental criar uma “legislação” natural da política da sociedade, fez tão bem isso que a taxou-o segundo Foucault como polícia médica de um Estado, claro do Estado moderno de que foi a mais pura evidência peculiar de um programa no qual ultrapassou mesmo a simples enumeração de natalidade e mortalidade; neste caso, Foucault amplia seu questionamento mencionando que a medicina social aflorou antes mesmo da grande medicina científica (FOUCAULT, *ibid.*, p. 407- 409). Portanto, para que a nossa pesquisa conclua sobre a medicina social, eis nas palavras do próprio Foucault a seguinte contribuição:

O exemplo da Alemanha é também importante por mostrar como, de maneira paradoxal, a medicina moderna aparece no momento culminante do estatismo. Depois da introdução desses projetos, grande parte no final do século XVIII e começo do XIX, depois da implantação da medicina estatal na Alemanha, nenhum Estado ousou propor uma medicina tão claramente burocratizada, coletivizada e ‘estatizada’. Consequentemente, não houve transformação progressiva de uma medicina cada vez mais estatizada e socializada. De modo bem diferente, a grande medicina clínica do século XIX foi imediatamente precedida de uma medicina estatizada ao extremo. Os outros sistemas de medicina social nos séculos XVIII e XIX fora declinações atenuadas desse modelo profundamente estatal e administrativo introduzido, então, na Alemanha (*ibid.*, p. 410).

Na verdade, o que a nossa pesquisa quer, antes de mais nada, enfatizar sobre a reflexão de Foucault é pois compreender como a noção de medicina social tem um campo múltiplo de percepção – a saber – Michel Foucault não entende a medicina apenas em sua concepção científica, mas amplia tal noção para a compreensão da história social, da história da ciência, da história do Estado, da história da política etc., então medicina tem um campo amplo de significados, de reconstruções, de interesses etc.

Por este motivo pretendemos articular a respeito da medicina urbana; de saber como Foucault a compreendeu ao modo de aplicá-lo os efeitos de que a medicina social foi capaz de trazer para dentro da *biopolítica* liberal um contexto novo como analogicamente a “higienização da sociedade”, pois bem, isso tem todo um efeito nos explica Foucault. A medicina social urbana teve particularmente seu desenvolvimento na França, isto foi registrado durante o século XVIII; a despeito, esta medicina não teve sua estrutura baseada na esfera do Estado como foi assentada na *Staatswissenchaft* alemã; este fenômeno foi capaz de espriar as estruturas urbanas na França ao efeito de poderes múltiplos. Quer dizer, durante os anos de 1750-1780 o território francês era bastante heterogêneo e o poder não se efetivava como único, pois existia naquele espaço territorial o poder da igreja, o poder dos laicos, o poder das comunidades religiosas, sem necessariamente esquecer dos representantes do poder real, também os representantes parlamentares e a polícia (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 410-411). Então, a medicina urbana se estrutura ali onde a diversidade de grupo operava, para isso, foi de extrema importância unificar o poder urbano, ou melhor, unificar a cidade a partir de um poder bem articulado e estruturado (FOUCAULT, *ibid.*, p. 411). Pois bem, é nesse sentido de uma diversidade de poderes que Michel Foucault entende como *micropoderes*, onde estão efetivamente poderes diferentes dentro de um mesmo território, no qual foi a França a precursora deste fenômeno. Mas, é importante entender que o professor do *Collège de France* nos revela que esses grupos nos quais detinham poderes, precisariam articular de outra forma para garantir o registro do fenômeno da urbanização, pois aí, entraram nesse jogo outros fatores de fundamental importância, como o processo econômico, na medida em que a cidade, sem dúvida, permitiu a centralização do mercado em que se operava às atividades comerciais, isto foi importante porque a cidade alcançou uma relação de troca regional, suas correspondências de trocas nacionais e, por conseguinte, suas trocas internacionais; ora, essas questões de poderes se tornam mais evidente quando a jurisdição entra para compor também a regulação do mercado e de seus produtos, claro, não como a grande peça, pois, neste caso, a relação de troca e os produtos de mercado vão ser livres e a jurisdição tem que se adequar a isto, pois é diferente do liberalismo dos séculos XVI e XVII, porém, os poderes se tornam mais fortes, na medida em que foi importante para a intolerância das indústrias que estavam surgindo durante o fenômeno da urbanização na França, precisamente em Paris, e principalmente nas cidades comerciais (FOUCAULT, *loc. cit.*). Logo, “o fato da cidade não ter sido apenas um lugar de mercado, mas também um lugar de produção, tornou obrigatório o recurso a mecanismo de regulação homogêneos e coerentes” (FOUCAULT, *loc. cit.*). Para isso, a cidade precisa de uma

“higienização social” em que a medicina social será responsável em colocar os corpos dóceis de uma população em seus devidos lugares para serem vigiados, controlados, manipulados etc.

Outro fator importante desse fenômeno urbano foi a razão política, o desenvolvimento urbano da cidade apareceu um novo tipo de população, isto é, uma população operária que eram constituída pelos operários, claro, operários pobres, na qual nos revela Foucault, que, durante o século XIX esta classe pobre foi se transformando, até tornar-se proletariado, assim, todo um complexo de problematização vai ter que surgir, como a diminuição do confronto entre ricos e pobres, plebe e burguesia etc., nos quais foram os fatores principais do confronto político da revolução Francesa, isto pois, deveria ser resolvido pelo fenômeno da urbanização como fator político (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 411-412). Para que possamos melhor entender esta problematização, eis o que escreve o filósofo francês:

Resumindo, podemos afirmar que até o século XVII, na Europa, a grande ameaça social vinha dos campos. Os camponeses pobres, que sempre pagaram mais impostos, empunharam a seteira e partiram em ataque aos castelos ou cidades. No século XVII, as revoltas foram camponesas, depois delas as cidades se unificaram. No final do século XVIII, ao contrário, as revoltas camponesas começaram a desaparecer, graças à do nível de vida dos camponeses, mas os conflitos urbanos tornaram-se mais frequentes, com a formação de uma plebe a caminho da proletarização. Disso decorreu a necessidade de um verdadeiro poder político capaz de tratar o problema dessa população urbana (FOUCAULT, *ibid.*, p. 412).

Por fim, se a medicina estatal apareceu na Alemanha e a medicina urbana na França, a terceira perspectiva de medicina social pode muito bem segundo Foucault ser analisada na Inglaterra em que é justamente a medicina da força de trabalho. Ora, Foucault nos relata que esta medicina não teve primeiramente seu objetivo tecnológico de medicalização na classe operária e pobre, esse fim foi último. Então, “em primeiro lugar, o Estado, depois a cidade, finalmente os pobres e trabalhadores se tornaram objeto de medicalização” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 419). Desse feito, façamos as seguintes perguntas: por que o interesse Inglês em gerenciar uma tecnologia da medicina social no corpo dos operários de que foi constituído o fenômeno da produção do trabalho? O porquê da “lei para os pobres”? Na medida em que o pobre beneficiou o capital econômico como a fonte essencial de força de produção, claro, teve assistência social e uma vez que teve esta assistência foi submetido à maneira de diversos controles sociais dos quais a medicalização foi de fundamental importância como uma maneira de controle sobre os corpos dos trabalhadores.

A lei dos pobres fez aparecer, de maneira ambígua, um importante fator na história da medicina social: a ideia de uma assistência fiscalizada, uma intervenção médica que constituía um meio de ajudar os mais pobres a satisfazer as necessidades de saúde que a pobreza os proibia de esperar. Ao mesmo tempo, isso permitiu manter um controle

por meio do qual as classes ricas, ou representantes do governo, garantiam a saúde das classes necessitadas e, por conseguinte, a proteção da população privilegiada. Estabeleceu-se, assim, um cordão sanitário autoritário no interior das cidades, entre ricos e pobres. Para isso, foi-lhes oferecida a possibilidade de receber tratamentos gratuitos ou de baixo custo. Assim, os ricos se liberavam do risco de serem vítimas de fenômenos endêmicos surgidos da classe desfavorecida (FOUCAULT, *ibid.*, p. 421).

Sob esta argumentação foucaultiana, é importante notar que, o corpo da população vai ser objeto de controle e de medicalização, uma vez que essa força de produção beneficie o capital econômico em setores bem delimitados da sociedade, e claro, o proletário como força de produção é uma via de objetivos para compor de forma estrutural a circulação das mercadorias e de seus produtos no qual isso somente foi possível quando o “sistema Inglês de Simon e de seus sucessores permitiu, por um lado, estabelecer três coisas: assistência médica do pobre, o controle da saúde e da força de trabalho, e o inquérito geral de salubridade pública protegendo as classes ricas dos maiores perigos” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 424). Vale notar nesta passagem, que o pobre apenas foi objeto de controle quando ofereceu perigo a comunidade rica e quando foi o alvo do capital; pois bem, isso não tem nada de humanismo durante a esfera da *biopolítica* liberal no que tange a assistência medica social, seja na Alemanha, na França e na Inglaterra? Assim, é desse feito que a medicina social moderna tem como fundamento especial uma tecnologia social do corpo, mas do corpo da população. Ora, na medida em que o pobre oferece perigo de infecção a comunidade rica, e que essa mão de obra é fundamental para servir como um objeto de produção para o capital econômico, ele (o pobre) será efetivamente medicalizado. Dessa forma, para que possamos finalizar este **item** e resumirmos os três aspectos da medicina social, em especial a medicina inglesa, eis o que nos mostra Foucault na seguinte passagem:

Enquanto o sistema alemão de medicina do Estado era oneroso, enquanto a medicina urbana francesa era um projeto geral de controle sem um sistema preciso de poder, o sistema inglês tornou possível a organização de uma medicina de aspectos e formas de poder diferentes, conforme fosse questão de uma medicina de assistência, administrativa ou privada, e a instauração de setores bem-delimitados que permitiam, ao longo dos últimos anos do século XIX e durante a primeira metade do século XX, assistência de uma equipe médico mais completo. Como o plano Beveridge e os sistemas médicos dos países mais ricos e mais industrializados de hoje, trata-se sempre de fazer funcionar esses três setores da medicina, embora eles se articulem entre si de maneira diversa (FOUCAULT, *loc. cit.*).

1.2.1. Natureza Política:

Cabe inicialmente fazer as seguintes perguntas: o que Foucault entende por Política? Qual o significado para o filósofo do *Collège de France* sobre Política? O que ele resgata deste

conceito, e qual a transformação que Foucault faz a respeito deste termo? Será se o “resgate” que Foucault faz deste termo subjaz a partir de uma concepção dedutiva? Antes de mais nada, usando o recurso bibliográfico, o artigo intitulado *Um silêncio de Foucault sobre o que é a Política* (2013) de Diogo Sardinha, o autor nos revela que Foucault não tenta definir a Política ao modo de uma “brutal” dedução no que diz respeito a filosofia clássica de Aristóteles a Hegel, por exemplo, no sentido da definição do conceito, isto é, da unidade múltipla do conceito, logo a última pergunta que nós lançamos neste parágrafo vai de encontro com o pensamento de Foucault. À segunda pergunta usamos Sardinha (2013, p. 98) para entendermos esta concepção de Foucault sob a noção de Política, de tal forma que possa ajudar-nos neste **item**. Eis, então, que nos últimos comentários do professor Foucault ele nos diz sobre a Política em um outro Curso, que é justamente o Curso de 1978-79, o *Nascimento da biopolítica* do qual Foucault resume o quadro teórico a possível “definição” de como pode ser articulado o termo Política. Para isso, posso deixar nas palavras do próprio professor dos Sistemas de Pensamento do *Collège de France* tal perspectiva, eis a citação:

Et ce sont tous ces différents arts de gouverner, ces différents types de manière de calculer, de rationaliser, de régler l’art de gouverner qui, en se chevauchant les autres, vont faire, en gros, l’objet du débat politique depuis le XIX^e siècle. Qu’est-ce que c’est que la politique, finalement, sinon à la fois le jeu de ces différents arts de gouverner avec leurs différents index et le débat que ces différents arts de gouverner suscitent? C’est là, me semble-t-il, que naît la politique. Bon, eh bien voilà. Merci²² (FOUCAULT, 2004b, pp. 316-317).

Esta citação de Foucault não podemos tomar ao “pé da letra” e interpretá-lo de tal modo que a Política se resume nesta definição. Podemos dizer que o filósofo francês toma como investigação esta ideia de Política a partir do século XIX com o intuito de problematizar o jogo de verdade que existe na Política (SARDINHA, op. cit.). Quer dizer, o jogo de entrada e de saída da verdade, o jogo de entrada e saída do cálculo em que a tecnologia de racionalização usa para o controle dos corpos, para o controle da vida, para o controle dos vários poderes que se instalam no século XIX a partir desta nova arte de governar, por isso, a política ao modo de Foucault subjaz à maneira de uma resistência à *governamentalidade* (SARDINHA, p. 98).

²² “E são todas essas diferentes artes de governar, esses diferentes tipos de modos de calcular, de racionalizar, de ajustar a arte de governar que, na medida em que se sobrepõe entre si, constituirão, de modo geral, o objeto do debate político desde o século XIX. O que é a política, afinal, senão ao mesmo tempo o jogo dessas diferentes artes de governar com seus diferentes índices, e o debate que estas diferentes artes de governar suscitam? Parece-me ser aí que nasce a política. Bom, é isso aí. Obrigado” (FOUCAULT, 2004, p. 316-17 apud SARDINHA, *Um Silêncio de Foucault sobre o que é a Política*, 2013, p. 98). Tradução de Diogo Sardinha.

Dentro desse quadro reflexivo, gostaríamos de mostrar outro compasso de como Foucault entende à natureza Política, pois bem, nós nos apoiaremos na pesquisa de Diogo Sardinha para que possamos compreender nesta pesquisa a diversidade do pensamento filosófico de Foucault no que diz respeito à Política. Com efeito, Sardinha (2013, loc. cit.) diz que a definição anterior é possivelmente controversa, pois o editor Michel Senellart nos manuscritos de Foucault “encontrou” no Curso que antecede o *Nascimento da biopolítica* de 1979 intitulado *Segurança, território e população* de 1977-78 na medida em que Foucault ousou evitar dizer que a *governamentalidade* implica que tudo é política, que tudo, pois, se resume na política; e, continua Foucault, que tudo tem a possibilidade de nada ser resolvido em política, de outra maneira, nada é política, porém, diz o filósofo: pode de certa forma ser politizável (FOUCAULT apud SARDINHA, loc. cit.). Quer dizer, isto mostra, portanto, que existe a possibilidade de tornar-se política; isto é, “a política não é outra coisa senão – ela não é nada menos do que – o que nasce com a resistência à *governamentalidade*, a primeira sublevação, o primeiro enfretamento” (FOUCAULT apud SARDINHA, loc. cit.). Daí, vai ocorrer diversas interpretações a respeito desta “controversa” de Foucault, principalmente por Michel Senellart, porém, a nossa interpretação implica dizer que é impossível pensar que existe um SÓ Foucault. A filosofia de Foucault é transvertida. Ela não está em um só lugar, ela também é movimento no sentido de que ao mesmo tempo nos localizamos um conceito em um determinado lugar, tal conceito pode ser também percebido em outros lugares. O que isso quer dizer? Quer dizer que Foucault não tentará pensar um tipo de filosofia que se resume em uma mera definição. Isto implica que a política também tem que está em consonância com esta noção de *transversalidade*. Nesse sentido, que Diogo Sardinha (2013) nos diz que se trata do *silêncio de Foucault sobre a definição de política*.

O artesanato interpretativo a respeito do que Foucault pensa sobre o conceito de política, seria melhor falarmos no sentido de que existe o indizível da política; parafraseando uma ideia de Daniel Lins sobre “como dizer o indizível da cultura” (1997). Então, é importante mencionarmos como dizer o indizível da noção de política em Foucault? A nossa interpretação quer mostrar que, convém supor que existe a possibilidade de dizer ou transmitir algo da ideia de política em que não podemos dizer completamente tudo sobre a política. A saber, o *indizível da política* converge nesta pesquisa na medida em que os vários “jogos de verdades” que se pode ter da ideia de política, pois, o sentido filosófico que corresponde ao método dedutivo no que tange a política não é satisfatório para Foucault, porque ele, o filósofo, trabalha com a noção de particularidade, isto mostra muito bem a interrupção de Foucault em executar uma história

no sentido universal. Neste sentido, também é importante pensar a política a partir de sua localidade, de sua particularidade, de sua *territorialidade* e *desterritorialidade* no sentido deleuziano²³ do termo. Então, Foucault elabora o Curso *Nascimento da biopolítica* tendo como pano de fundo pensar, articular, problematizar, reescrever a política do século XVIII e XIX do interesse incessante pela vida; no entanto, este Curso de 1978-79 dar margem para entender a maneira de ser trabalhada a *governamentalidade* no século de Foucault. Mas, tais questões, vai ser objeto de controversa; que esta pesquisa vai trabalhar com mais detalhes sobre o racismo de estado no campo do *biopoder* e da *biopolítica*. Portanto, como entender o “jogo de verdades” da política em Foucault? Na verdade, podemos dizer que é uma investigação em aberto.

Sob esse aspecto, é de fundamental importância descrevermos um trecho do diálogo entre Michel Foucault e Noam Chomsky em 1971 que ocorreu em uma emissora de televisão holandesa tendo como mediador Fons Elders, pois bem, o debate foi intitulado *Natureza Humana: Justiça vs. Poder* no qual mostra a noção de que Foucault logo no início da década de 70 entende a respeito de política. Vejamos os trechos do debate, principalmente a intervenção do mediador:

Pergunta de Elders:

- A) Bem, vamos passar agora para a segunda parte da discussão, para a política. Antes de mais nada, gostaria de perguntar ao sr. Foucault por que ele se interessa tanto pela política, porque ele me disse que, na verdade, gosta muito mais da política do que da filosofia? (CHOMSKY, N; FOUCAULT, M. 2015, p. 46).

Resposta de Foucault:

- B) Em todo caso, eu nunca me preocupei com a filosofia. Mas isso não é um problema. [Ele ri]. Sua pergunta é: por que tenho tanto interesse pela política? Porém, se eu fosse dar uma resposta bem simples, eu diria o seguinte: por que eu não deveria me interessar? Em outras palavras, que cegueira, que surdez, que densidade ideológica teria de me prostrar para impedir que eu me interessasse por aquilo que é provavelmente o tema mais crucial da nossa existência, em outras palavras, a sociedade em que vivemos, as relações econômicas em cujo interior ela funciona e o sistema de poder que define as formas e as permissões e proibições regulares de nossa conduta. Afinal de contas, a essência da nossa vida consiste no funcionamento político da sociedade na qual nos encontramos. Assim, não posso responder à pergunta: por que eu deveria me interessar pela política? Só poderia respondê-la com outra pergunta: por que não? (CHOMSKY, N; FOUCAULT, M, loc. cit.).

Pergunta de Elders:

- C) Você está obrigado a se interessar, não é isso? (CHOMSKY, N; FOUCAULT, M, loc. Cit.).

²³ Gilles Deleuze filósofo francês e amigo de Michel Foucault que escreveu a obra *O que é a filosofia* (2010) junto com seu amigo Félix Guattari.

Resposta de Foucault:

- D) Sim, pelo menos não existe nada de estranho aqui que valha a pena perguntar ou responder. O que constitui um problema é o desinteresse pela política. Portanto, em vez de dirigir a pergunta a mim, o senhor deveria perguntar a alguém que não esteja interessado pela política, e, então, sua pergunta seria bem fundamentada e o senhor teria o direito de dizer: ‘nossa, por que diabos você não está interessado?’ [*Eles riem e o público também.*] (Ibid; p. 47).

Então, finalizamos este **item** com a seguinte pergunta: o que é política para Foucault?

1.2.2. A Possibilidade de Aproximação da Biologia, Política e da Filosofia:

Pois bem, é importante que esta aproximação vai desembocar no conceito de *biopoder* e *biopolítica*. Gostaríamos de não fazermos no momento a diferença entre *biopoder* e *biopolítica*, sequer exista realmente tal diferença, mas sim compreender como que, a aproximação que Michel Foucault faz da biologia e da política, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, uma vez que na interpretação de Foucault esta nova *governamentalidade* vai instaurar-se em uma nova perspectiva de pensar a cultura ocidental no que se refere a política, a biologia, a economia etc., e, neste sentido, vai ser um modo de problematização filosófica – isto é – um modo de pensar a *ontologia do presente da filosofia*, quando, pois, Michel Foucault se volta para entender os mecanismos da importância da vida através do interesse político. De um poder que se volta para o controle intenso da vida da população. Onde a vida é de fundamental importância para o campo do *biopoder*, pois ela é um sinal de gerenciamento em vista da produção econômica.

Sob este aspecto, a filosofia seria um modo de pensar e de criticar como à vida foi importante para essa nova técnica de pensamento político, onde o biológico deve ser um campo de investigação e de busca para compor o tecido forte da sociedade econômica. Neste caso, tal aproximação quer mostrar nesta pesquisa que estes três conceitos devem ser analisados de acordo com Foucault a partir de uma *análise do poder*, de modo que a biologia vai ser a disciplina que vai garantir o bom funcionamento dos corpos, que vai também deslocar os corpos improdutivos para fora do campo do *biopoder* que tal pesquisa descreverá com mais detalhes a partir do **segundo capítulo** desta dissertação. Com efeito, a política abrirá um novo horizonte de análise, pois ela vai garantir as disciplinas do poder através de suas instituições como as escolas, os hospitais, as fábricas etc. Ora, a filosofia entra como uma espécie de encontro e desencontro para o complexo de problematizações na qual é justamente isso que a nossa pesquisa toma como parte essencial desta investigação, pois a filosofia foucaultiana tem como

eixo principal denunciar a *sociedade de normalização* de modo que possamos entender a ideia de *biopoder* e *biopolítica* analisando, portanto, este *triângulo* conceitual da noção de biologia, política e filosofia de tal modo que possamos compreender como Foucault inova em sua filosofia a partir de um novo modelo de crítica. Que ele foi, e “retrocedeu” ao século XVIII e XIX para entender seu presente, isto é, o século XX, e que deixou um legado para nosso século XXI. Sob este aspecto, pensamos que tais críticas, feita pelo filósofo francês vai ser melhor trabalhado no **quarto capítulo** desta dissertação na medida em que envolve os pontos críticos sobre o *governo econômico de populações* de que são os contornos desta nova *governamentalidade neoliberal*, sabendo que a partir do **segundo capítulo**, e precisamente no **terceiro capítulo** desta dissertação pretendemos articular as configurações de um governo liberal – o melhor – de uma *biopolítica* liberal para que depois possamos articular no **capítulos quarto** as construções e os monumentos de uma *biopolítica neoliberal* relacionando-o com o nosso presente, de sorte que Foucault já havia feito à “pressagia” na segunda metade década de 60 do século XX na obra *As palavras e as coisas* a respeito do “falecimento” deste homem clássico, que nada mais é que a “morte” do *homo oeconomicos I*. Decerto, Foucault fará a “descoberta” do *homo oeconomicus II* a partir de uma nova *governamentalidade* do que este homem virá a tornar-se – a saber – o homem do capital econômico neoliberal, quer dizer, um operador de seus próprios recursos.

Antes de mais nada, vale ressaltar que Foucault faz a junção entre dois conceitos: o de política e o de *bio*²⁴ (vida), na qual desembocará no conceito de *biopolítica*, e *bio* e poder no conceito de *biopoder* e até mesmo no conceito de *bioeconomia*. Claro, à maneira como o filósofo francês aborda as problematizações biológicas e filosóficas vão na contramão das ideias clássicas do sentido da história biológica, do sentido da história clássica da filosofia, da história da economia, da história da política. Enfim, executa um trabalho eminentemente *genealógico* sobre campo biológico, sobre o campo filosófico, sobre o campo político, enganja de tal maneira estes conceitos e formula estratégias ao ponto de sempre questionar sua própria postura crítica, antes de tudo, Foucault é um grande apreciador da noção de possibilidades; entretanto, este conceito de possibilidade estar longe de ser o ponto chave na crítica foucaultiana, mas, apenas, um método usado pelo filósofo. Portanto, é em referência a estas definições que gostaríamos de pensar as objetivações foucaultianas a partir de outro filósofo contemporâneo

²⁴ “O termo bios désignait plutôt << l’avié et le vivre comme espace-temps qui se situe entre la naissance et la mort, et la façon dont on se comporte pendant cet espace-temps >>, c’est-à-dire une forme de vie spécifiquement humaine, à la fois sociale, politique et singulièrement vécue, proprement” (BORDUAS, *Le Gouvernement de l’avié dans les sociétés libérales: une lecture critique de la perspective biopolitique chez Michel Foucault, Nikolas Rose et Giorgio Agamben*, 2013, p. 2).

que é justamente o italiano Giorgio Agamben, uma vez que este filósofo soma a noção interpretativa desta pesquisa em Michel Foucault. Ora, Agamben mostra muito bem como ocorreu a relação da biologia com a ideia de política de sorte que o filósofo italiano traz para o centro filosófico tais questões em que abre o discurso no campo do *biopoder*. Então, vejamos como escreve o crítico de Foucault que vai fechar o **item** deste **primeiro capítulo** da seguinte maneira:

Segundo Foucault, o ‘limiar de modernidade biológica’, de uma sociedade, situa-se no ponto em que a espécie e o indivíduo enquanto simples corpo vivente tornam-se a aposta que está em jogo nas suas estratégias políticas. A partir de 1977, os cursos no *Collège de France* começam a focalizar a passagem do ‘Estado territorial’ ao ‘Estado de população’ e o conseqüente aumento vertiginoso da importância da vida biológica e da saúde da nação como problema do poder soberano, que se transforma então progressivamente em ‘governo dos homens’ (FOUCAULT, 1994, v. III, p. 719). ‘Resulta daí uma espécie de animalização do homem posta em prática através das mais sofisticadas técnicas políticas. Surgem então na história seja o difundir-se das possibilidades das ciências humanas e sociais, seja a simultânea possibilidade de proteger a vida e de autorizar seu holocausto’. Em particular, o desenvolvimento e o triunfo do capitalismo não teria sido possível, nesta perspectiva, sem o controle disciplinar efetuado pelo novo *biopoder*, que criou para si, por assim dizer, através de uma série de tecnologias apropriadas, os ‘corpos dóceis’ de que se necessitava (AGAMBEN, 2010, p. 11).

Capítulo 2: Introdução ao conceito de *biopolítica*:

Não nos perguntamos nesta dissertação a partir de uma objetivação maior “o que é a *biopolítica*”? “Qual sua origem”? “De onde vem”? “Qual seu fim”? Qual sua entrada? Qual sua saída? Porém – precisamos compreender, consideravelmente, a articulação conceitual do autor de *Vigiar e punir* (2010c) “como se exerce a *biopolítica*”? “Qual a função na sociedade²⁵”? Como é o seu funcionamento²⁶? Na verdade, a discussão tem a pretensão de compreender a relação da *biopolítica* a partir da população; pois, como a *biopolítica* exerce diretamente um controle sobre a vida. Este controle se volta para uma tecnologia de segurança que gere vida e atua sobre os corpos. Em outras palavras, a *biopolítica* é uma tecnologia de pensamento que se desdobra para tecnologias disciplinares e de controle da população. Da mesma maneira, podemos pensar a outra parte da investigação em que vai aparecer nesta pesquisa, que é justamente a “genealogia do racismo²⁷” de Estado, deste modo, para Foucault não é interessante fazermos uma teoria do racismo ou uma história do mesmo, porém, o importante é sabermos como o Estado, por exemplo, socialista em sua primeira instância funciona? Quer dizer, funciona de forma racista ao ponto de uma tecnologia do *biopoder*. Dessa forma, tal pesquisa tem o objetivo de articular os conceitos de *biopolítica* em relação ao racismo de Estado; haja vista que, no primeiro momento exibiremos uma *biopolítica* por dentro de uma tecnologia liberal de governo. Em outras palavras, uma *biopolítica* vinculada com as normalidades da economia – ou seja – uma *bioeconomia*. Então, podemos evocar, indubitavelmente, que a ideia de liberalismo foi a marca desta nova tecnologia governamental, porém, sem deixar de lado o socialismo de Estado que demarcou, também, um racismo de Estado. No entanto, qual é o racismo que Foucault nos quer mostrar? Ele afirma que não é o racismo étnico propriamente dito que o interessa, mas do tipo evolucionista, isto é, um racismo de natureza biológica em que estão presentes principalmente nos Estados socialistas. Assim, segundo o filósofo, o racismo se encontra nas diferentes formas de análise do projeto socialista desde o século XIX (1997a).

²⁵ É bom enfatizarmos que essa sociedade analisada por Foucault é principalmente a sociedade europeia e em segundo plano podemos mencionar a sociedade americana. Porém, o ponto principal é a sociedade no qual Foucault está inserido.

²⁶ “O funcionamento da *biopolítica* ocorre, da seguinte forma: se uma dada população fosse atingida por uma doença, procurar-se-ia quantos indivíduos foram atacados pela doença, em um espaço territorial determinado, qual a idade de cada afetado, o índice de mortalidade dos atingidos, as regiões mais afetadas, a probabilidade dos indivíduos morrerem, os riscos da vacinação, quais os efeitos estatísticos da doença sobre a população etc. Podemos perceber que os mecanismos de segurança procuram organizar um meio em função de acontecimentos possíveis que podem ser regularizados em um quadro múltiplo e transformável” (SILVEIRA, *Michel Foucault: poder e análise das organizações*, 2005, p. 91).

²⁷ De acordo com Foucault (1997a) a genealogia do racismo se manifesta perante as várias possibilidades de pensar o racismo, sem a necessidade de esboçar uma origem no conceito sobre ele (o racismo).

Portanto, se a *biopolítica* é uma tecnologia de racionalização no qual se propõe em gerir à vida; por que estar no interior desta tecnologia o racismo?

Foucault começa a desenhar, pensar esse novo conceito²⁸ de *biopolítica* a partir da definição de liberalismo do século XVIII em relação ao limite da Razão de Estado. Este argumento é bem discutido na Aula de 17 de Janeiro de 1979 no *Collège de France* no Curso intitulado *Nascimento da biopolítica*: “(...) não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar no interior o exercício de poder governar” (FOUCAULT, 2008a, p. 39). Esta citação é interessante, pois, nos leva a pensar que o filósofo começa elaborar a noção de que manter e gerir à vida é interessante para o *capital humano* dentro do núcleo da economia política e de mercado, então, os Estados dos séculos XVIII e XIX propuseram essa proposta de gerir à vida, e não mais dizimar elas segundo Foucault. No entanto, é bom que a nossa pesquisa esclareça que, gerir à vida no programa do *biopoder* e da disciplina *biopolítica* requer uma compreensão detalhada dos traços biológicos em relação a uma identidade populacional; isto ocorreu segundo Foucault (2008a) principalmente no final do século XIX, e se estabeleceu até a metade do século XX – uma vez que – a *biopolítica* após a segunda metade do século XX vai ter uma outra postura em relação a população. Ou seja, é uma população selecionada de tal forma que não é a busca humanitária que entra como eixo principal, mas a vida se projetando para o modo de produção econômica de uma sociedade que está inserida até ao extremo ao capital econômico, na medida em que o trabalho vai ser explorado efetivamente segundo Foucault. Neste sentido, da exploração do trabalho, a nossa pesquisa vai explorar tal noção precisamente no **quarto capítulo**.

Manter a vida é de fundamental importância para os Estados que se voltam para uma economia liberal de mercado. Quer dizer, uma economia que precisa de consumidores não tem o interesse de dizimar pessoas, mas manter, controlar, disciplinar, regularizar, normalizar à vida segundo a lógica do mercado. Dessa forma, o *liberalismo* dos séculos XVIII e XIX se desdobrou para tal vertente, além do que, erige um outro modo de pensar a sociedade que quer ser eficiente, não mais, segundo Foucault (1997a) em uma ideia centrada politicamente, isto é,

²⁸ A *biopolítica* na verdade é redefinida, reproposta conceitualmente por Foucault em um contexto primeiramente no Estado moderno. Quer dizer, o filósofo amplia, cria uma nova modalidade de pensar a Política como uma tecnologia que age sobre os corpos e que consiste em “fazer viver”. Ora, quando Foucault retoma o sentido do Poder Soberano nesse novo conceito de *biopolítica*, há uma “estatização do biológico”, na medida em que se volta para o controle da vida. Dessa forma, podemos pensar a respeito da criação desse novo conceito de *biopolítica* no sentido de Deleuze quando ele fala que o conceito deve ser modal, ou seja, um conceito é formado por multiplicidade de elementos. “E a Filosofia seria essa disciplina que cria novos conceitos”. Ver o Livro de Deleuze e Guattari, “O que é a Filosofia?” (2010, p. 11).

fundada em um laço contratual que lhe permitiu tal origem, porém, na busca de uma certa normalização a partir de uma tecnologia liberal de governo. Ou seja, uma nova *governamentalidade*.

Dessa maneira, no livro de Rafael da Silveira intitulado *Michel Foucault: poder e análise das organizações* (2005) aparece tal ideia sobre essa nova mentalidade segundo Burchell “teorizando” a respeito de Foucault. Eis a citação:

Começou-se a defender que a intervenção do Estado sobre a vida e sobre as atividades dos indivíduos deveria obedecer a um princípio de limitação. O instrumento da transformação foi à economia política e o seu resultado foi uma nova *governamentalidade*, denominada liberalismo. Foucault não compreendeu o liberalismo como um simples conjunto de doutrinas de teoria política e econômica, mas como um estilo de pensar, uma arte de governar. Para o pensador, o liberalismo foi uma transformação na relação entre saber e governo (BURCHELL et al., 1991 apud SILVEIRA, 2005, p. 101).

O sentido deve aqui ser compreendido na acepção na qual a Razão de Estado também tomou uma nova direção; é preciso que o mercado seja livre, ou seja, um dos aspectos do liberalismo do século XIX. Embora, as disciplinas do poder não deve fugir do controle dos Estados, isto é, não cabe mais aos Estados controlarem tudo²⁹. Neste sentido, temos uma nova articulação conceitual segundo Michel Foucault, que André Duarte nos mostrará de forma interessante a respeito do aparecimento do *biopoder* e da *biopolítica* na qual marcaram este liberalismo junto com a norma, ou melhor, uma sociedade normalizadora vinculada com o poder que se concentrava a título dos Estados. Por fim, finalizamos esta **introdução** sobre *biopolítica* a partir da seguinte passagem:

Foucault chegaria aos conceitos de *biopoder* e *biopolítica* ao vislumbrar o aparecimento, ao longo do século XVIII e, sobretudo, na virada para o século XIX, de um poder disciplinador e normalizador que já não se exercia sobre os corpos individualizados nem se encontrava disseminado no tecido institucional da sociedade, mas se concentrava na figura do Estado e se exercia a título de política estatal que pretendia administrar a vida e o corpo da população. Evidentemente, esta descoberta pressupunha combinar as análises desenvolvidas em ‘Vigiar e Punir’, definidas como uma ‘anátomo-política do corpo’, com o que Foucault agora denominava, no volume I da *História da Sexualidade*, como a ‘*biopolítica* das populações’ (DUARTE, 2014, p. 3).

²⁹ Quando o estado é “pré-moderno”, ele controla o poder econômico, poder político e dita quem deve viver ou morrer, também puni de forma ilimitada etc. Por exemplo, o Estado pensado por Thomas Hobbes.

2.1. Teoria da Soberania:

Primeiramente vem à tona pensar a seguinte problematização! O que é a Teoria da Soberania para Foucault? Esta pergunta do ponto de vista tanto do método arqueológico quanto do genealógico, é, pois, a pergunta que Foucault foge de sua linha de problematização. Na verdade, o filósofo francês busca compreender como a Teoria da Soberania conseguiu por longo tempo se manter no exercício do poder. Cabe, pois, para Foucault entender que nesta Teoria da Soberania a figura do rei era de extrema importância para o regimento da sociedade, para impor o medo naqueles cidadãos que ousariam enfrentar a autoridade do rei. Para que a nossa pesquisa compreenda tal relação, neste caso, nós nos portaremos em uma bibliografia de extrema importância para melhor articular sobre esta perspectiva a respeito de uma possível Teoria da Soberania articulado de forma crítica sob tal teoria, que é justamente o Curso proferido por Michel Foucault no *Collège de France* intitulado *Il faut défendre la société* de 1976.

Precisamente na Aula de 14 de Janeiro de 1976 no Curso ministrado por Foucault no *Collège de France* (1997a), o filósofo destrincha a articulação sobre a Teoria da Soberania, e ele nos questiona que é preciso se libertar da composição clássica do Leviatã. O que isto quer dizer? Quer dizer que nós precisamos se libertar da concepção desenvolvida pelo Leviatã de Thomas Hobbes; isto é, de analisar a Teoria da Soberania a partir da ideia de um Estado artificial, de um Estado que se moldura segundo um modelo de um homem artificial (FOUCAULT, 1997a, p. 30). Neste caso, para que possamos entender melhor esse jogo de análise segundo Foucault, deixaremos nas próprias palavras do autor do Curso *Il faut défendre la société* tal questão:

À la fois automate, fabrique et unitaire également, qui envelopperait tous les individus réels, et dont les citoyens seraient le corps, mais dont l'âme serait la souveraineté. Il faut étudier le pouvoir hors du modèle du Léviathan, hors du champ délimité par la souveraineté juridique et l'institution de l'État; il s'agit de l'analyser à partir des techniques et tactiques de domination. Voilà la ligne méthodique que, je crois, il faut suivre, et que j' ai essayé de suivre dans ces différentes recherches que nous avons [menées] les années précédentes à propos du pouvoir psychiatrique, de la sexualité des enfants, du système punitif, etc³⁰ (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 30-31).

³⁰ Nesta passagem nós usaremos a tradução de Maria Ermatina Galvão em que a mesma traduziu da seguinte forma: “Em suma, é preciso desvencilhar-se do modelo do leviatã, desse modelo de um homem artificial, a um só tempo autômato, fabricado e unitário igualmente, que envolveria todos os indivíduos reais, e cujo corpo seriam os cidadãos, mas cuja alma seria a soberania. É preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação. Eis a linha metódica que, acho eu, se deve seguir, e que tentei seguir nessas diferentes pesquisas que [realizamos] nos anos anteriores a propósito do poder psiquiátrico, da sexualidade das crianças, do sistema punitivo, etc” (FOUCAULT, *Curso no Collège de France: Em defesa da sociedade*, 1999b, p. 40).

A partir desta citação podemos dizer que Foucault articula o sentido da Teoria da Soberania para o âmbito da dominação. Isto, pois, desloca o sentido de que se pode analisar tal Soberania a partir de um discurso ideológico quando se trata do aparelho de Estado em que a análise ocorre mediante a existência de um poder na qual estar inserido a relação entre o soberano e o súdito. Tal relação “foge da órbita” do pensamento foucaultiano. Ora, para Foucault o método analisado é justamente o genealógico, na medida em que este método indica investigar a análise do poder a partir da dominação e não da Soberania. Isto, pois, marca em Foucault que, analiticamente ele é contra a ideia de uma Teoria da Soberania. E, nesta pesquisa gostaríamos de evocarmos que, entenderemos Foucault quando analisarmos tal problemática a partir de um conjunto de análises críticas. E, finalizamos este parágrafo de modo que esta operação investigatória em aberto se moldura da seguinte maneira: “Ce fait historique massive est celui-ci: la théorie jurídico-politique de la souveraineté – cette théorie dont il faut se déprendre si on veut analyser le pouvoir – date du Moyen Âge; elle date de la réactivation du droit romain”³¹ (FOUCAULT, *ibid.*, p. 31). Ora, a situação que Foucault coloca é pois o problema da relação da monarquia e do monarca que aflora a Teoria da Soberania na Idade Média que vai ser trabalhada com detalhes durante os séculos XVII, XVIII e XIX respectivamente na figura do Soberano e do súdito; de tal forma que, a própria Soberania segundo Foucault não vai ser eliminada, mas transformada. Portanto, vale à pena ressaltar que este é o pano de fundo das análises de Foucault a este conceito de extrema importância para o filósofo francês, quando o mesmo trata a respeito do domínio da Soberania.

Então, caberia a pergunta: como Foucault compreende a Soberania? Ele nos mostra no Curso *Il faut défendre la société* de 1976 e precisamente na Aula de 21 de Janeiro a seguinte proposta a respeito de:

La souveraineté, c’est la théorie qui vai du sujet au sujet, qui établit l’apport politique du sujet au sujet. Deuxièmement, il me semble que la théorie de la souveraineté se donne, au départ, une multiplicité de pouvoirs qui sont pas des pouvoirs au sens politique du terme, mais qui sont des capacités, des possibilités, des puissances, et qu’ele ne peut les constituer comme pouvoirs, au sens politique du terme, qu’ à la condition d’avoir entre temps établi, entre les possibilités et les pouvoirs, un moment d’unité fondamentale et fondatrice, qui est l’unité du pouvoir. Que cette unité du pouvoir prenne le visage du monarque ou la forme d’État, peu importe; c’est cette unité du pouvoir que von dériver les différentes formes, les aspects, mécanismes et institutions de pouvoir. La multiplicité des pouvoirs, entendus comme pouvoirs politiques, ne peut être établie et ne peut fonctionner qu’à partir de cette unité du pouvoir, fondée par la théorie de la souveraineté (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 37-38).

³¹ **Esta passagem à tradução é de nossa autoria** “Este fato histórico massivo é afinal a teoria jurídico-política da Soberania – esta teoria da qual devemos nos afastar, se quisermos analisar o poder - datado da Idade Média; que reporta a reativação do direito Romano”.

Sob esta citação, podemos compreender que o autor de *Vigiar e punir* (2010c) analisa a Teoria da Soberania mediante uma multiplicidade de poderes na medida em que esta Soberania se petrifica quando seu “movimento” vai de um sujeito a outro, já podemos indicar que existe aí um “jogo de poderes” que Foucault vai taxá-lo como *micropoderes* no qual o filósofo do *Collège de France* nos mostra que esta Teoria da Soberania só pode ser um ciclo que vai, pois, do sujeito ao sujeito a partir de um ciclo do poder em que se constitui e se tece aos poderes mediante o ciclo enrijecido da legitimidade e, claro, da própria lei que efetua a garantia de um poder soberano marcado em um ciclo (FOUCAULT, 1997a, p. 38) Neste sentido, a Soberania segundo o autor de *Il faut défendre la société* mostra-nos que ela, a Soberania, seria uma espécie de lei geral que funcionaria em sua legitimidade permitindo as diferentes leis funcionarem como leis (FOUCAULT, loc. cit.), isto, portanto, se revela segundo Foucault como um ciclo. Assim, podemos dizer que o Ativista político do GIP³² (Grupo de informações sobre as prisões) resume a Soberania tendo em vista um triplo argumento que o mesmo o constata como *triple primitivité* (triplo primitivismo), e ele resume da seguinte forma: “sujet, unité du pouvoir et loi³³” (FOUCAULT, loc. cit.), então, o que isto significa? Significa que para Foucault “donc: celle du sujet à assujettir, celle de l’unité du pouvoir à fonder, et celle de la légitimité à respecter³⁴” (FOUCAULT, loc. cit.) Por conseguinte, podemos assinalar que a Teoria da Soberania para Foucault se volta para si mesma quando instaura a um só tempo e legitima o tríplice primitivismo; e o autor de *A hermenêutica do sujeito* (2006) se afasta destas concepções.

Dessa maneira, podemos dizer que Foucault é contra a Teoria da Soberania? Ora, de certa forma sim! Mas não é o autor Foucault que vai eliminá-lo. E, o próprio Foucault mostra-nos que a Teoria da Soberania não acaba, mas sim modifica. Para que o leitor desta dissertação compreenda melhor essa modificação da Soberania: VER o **item 3.1** desta dissertação que mostrará melhor esta transformação da Soberania, que nada mais é que a política pensada por Foucault a partir de uma nova arte de governar, isto é, de uma *governamentalidade* na qual modifica a *relação de poder* entre soberano e súdito.

³² “Nessa mesma época, Foucault também está fortemente marcado por seu envolvimento com o GIP (Entre 1971-1973). Seus primeiros cursos no Collège de France, entre os quais *Teorias e instituições penais* (1971-1972) e especialmente *A sociedade punitiva* (1972-1973), elegem também como objeto a exploração das modernas tecnologias de poder a partir da gênese da prisão, gênese sinuosa e complexa”. (BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**, 2013, p.78). Pois bem, é importante elencar que participavam junto com Foucault Spievre Vidal-Noquet e Daniel Defert.

³³ Sujeito, unidade do poder e lei. **Nossa tradução.**

³⁴ “Pois: do sujeito que deve ser sujeitado, da unidade do poder que deve ser fundamentada e da legitimidade que deve ser respeitada”. Aqui nós usamos a tradução de Maria Ermatina Galvão (FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*, 1999b, p. 50).

2.2. Sobre a tecnologia do Panoptismo a partir da obra *Vigiar e Punir*.

A obra *Surveiller et punir (Vigiar e punir)* de Michel Foucault foi publicada em 1975. E, segundo o pesquisador Pablo Spindola (2010, pp. 20-21) ele mostra-nos que, a pesquisa foucaultina a respeito de *Vigiar e punir* acompanham pesquisas anteriores como: *A verdade e as formas jurídicas*, principalmente nas conferências proferidas por Foucault aqui no Brasil em 1973 no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife etc.; no qual o filósofo francês já articulava às questões sobre o *Panoptismo* –, então, Spindola revela-nos que, *Vigiar e punir* já estava pronta para ser publicada desde 1973, porém, foi embargado sua publicação pelo próprio Foucault. Nesse sentido, o Curso ministrado pelo professor do *Collège de France* nos anos de 1972-73 intitulado *A sociedade punitiva*, e o outro Curso em que precedia este, um ano anterior, intitulado *Teoria e Instituições penais* (ainda inédito) aborda fundamentalmente temas que serão retomados e problematizados na obra *Vigiar e punir* (CASTRO, 2014, p. 85). Nessa envoltura, por via dos fatos abre, portanto, a discussão crítica cunhada pelo filósofo francês de que a sociedade pensada por ele condiz, indubitavelmente de *sociedade disciplinar*, no qual a nossa pesquisa tem como objetivo fundamental articular a partir de uma problematização a respeito do código tecnológico do pensar – ou seja – trazer, sem dúvidas, por via das regras, o pensamento articulado no esquema do *Panoptismo* a partir de uma tecnologia de racionalização à vista de uma sociedade não pautada mais particularmente na figura do Soberano³⁵. Mas, sobretudo, compreender o porquê de se investir em um programa essencial pautado nas disciplinas do poder. Neste caso, o *Panóptico* como um projeto arquitetônico físico tem por objetivo fundamental de espriar o máximo possível a vigilância no interior dos corpos dóceis de uma *sociedade específica* na qual foi intitulada por Michel Foucault de *sociedade disciplinar*. Portanto, o *Panoptismo* vai muito além de uma *arquitetura física*, para se configurar pois em uma *arquitetura de pensamento*. Ora, ele serve para vigiar o corpo da população, uma vez que, calcula, delimita, programa etc., como deve ser o comportamento dos indivíduos na

³⁵ “Com o *panoptismo* assistimos, segundo Foucault, a uma inversão do eixo político da individualização. Retomando os termos de Nikolaus Julius, autor de *Lição sobre as prisões* (1827), essa mudança se exemplifica como a transformação de uma civilização do espetáculo em uma civilização da vigilância. Nos mecanismos da soberania, com efeito, o poder funciona como espetáculo: o personagem principalmente individualizado é o rei, com suas insígnias, cortejos e comemorações. Nos dispositivos disciplinares, o que é objeto de individualização são os antigos súditos. O olhar se exerce agora de maneira descendente, em especial, sobre as crianças, os loucos ou os delinquentes. E, quando se quer individualiza o homem sã e o adulto, nós nos o interrogamos acerca do que há nele de infantil, doente ou perigoso” (CASTRO, *Introdução a Foucault*, 2014, p. 95, *grifos do autor*).

sociedade, levando a cabo as disciplinas das *relações de poder* como modelo indispensável para essa nova empreitada erigida a partir da segunda metade do século XVIII.

Segundo Michel Foucault, o *Panóptico* é um projeto essencialmente arquitetônico, pois tem por objetivo distribuir um olhar abrangente no espaço (FOUCAULT, 2014d, p. 322, 326, 327, 328); os que habitam a periferia do anel são, por conseguinte, vistos sem que os mesmos possam ver quem está na torre central vigiando-lhes (CASTRO, 2014, p. 95). Ora, vale a pena enfatizar que, o *Panóptico* como um instrumento eficaz de vigilância, salta, indubitavelmente, em um modelo invisível do poder de vigiar, na medida em que lança a possibilidade de quem está sendo vigiado tome consciência que tem alguém vigiando-o, neste caso, quem está sendo vigiado se converte como possivelmente um *normalizador de si mesmo* (CASTRO, loc. cit., *nossos grifos*), aquele cuja à consciência se desdobra para seguir os passos corretos impostos pelas disciplinas do poder, onde o *Panóptico* se configura em uma de suas técnicas de experiências com os seres humanos. Assim, podemos entender nas palavras do próprio professor do *Collège de France* a seguinte perspectiva sobre a tecnologia do *Panoptismo*. Eis a citação:

Le Panopticon de Bentham est la figure architecturale de cette composition. On en connaît le principe: à la périphérie un bâtiment en anneau; au centre, une tour; celle-ci est percée de larges fenêtres qui ouvrent sur la face intérieure de l’anneau; le bâtiment périphérique est divisé en cellules, dont chacune traverse toute l’épaisseur du bâtiment; elles ont deux fenêtres, l’une vers l’intérieur, correspondant aux fenêtres de la tour; l’autre, donnant sur l’extérieur, permet à la lumière de traverser la cellule de part en part. Il suffit alors de placer un surveillant dans la tour centrale, et dans chaque cellule d’enfermer un fou, un malade, un condamné, un ouvrier ou un écolier. Par l’effet du contre-jour, on peut saisir de la tour, se découpant exactement sur la lumière, les petites silhouettes captives dans les cellules de la périphérie. Autant de cages, autant de petits théâtres, où chaque acteur est seul, parfaitement individualité et constamment visible. Le dispositif panoptique aménage des unités spatiales qui permettent de voir sans arrêt et de reconnaître aussitôt. En somme, on inverse le principe du cachot; ou plutôt de ses trois fonctions – enfermer, priver de lumière et cacher – on ne garde que la première et on supprime les deux autres. La pleine lumière et le regard d’un surveillant captent mieux que l’ombre, qui finalement protégeait. La visibilité est un piège³⁶ (FOUCAULT, 2004a, pp. 523-524).

³⁶ “O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Por efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo *panóptico* organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha” (FOUCAULT, *Vigiar e punir*, 2010c, p. 190, *nossos grifos*). Usamos a tradução de Raquel Ramalheite.

Se o *Panoptismo* analisado por Michel Foucault nos revela que o seu princípio geral consiste na tecnologia do poder equivalente a especialização fundamental da *sociedade de normalização*, isso quer dizer que, as disciplinas do poder se molduram a partir de técnicas precisas que produzem indivíduos úteis para essa nova *governamentalidade*³⁷; nesse patamar, vale a pena mostrar como “afirmou Michel Senellart³⁸, a *governamentalidade* constitui uma ‘figura original do poder, articulando técnicas específicas de saber, de controle e de coerção’, as quais somente se tornaram possíveis segundo uma ‘racionalização, historicamente definida, das relações de poder’” (DUARTE, 2013, p. 56, *nossos grifos*). Pois bem, isso se instaurou efetivamente durante o século XIX, no entanto, o século precedente foi, pois, a preparação para uma nova arte de governar pautada nas relações de disciplinas (FOUCAULT, 2010c, p. 199); (FOUCAULT, 1994, t. III, p. 35; t. IV, p. 183 apud CASTRO, 2014, p. 94), uma vez que o *Panóptico* é, assim, um modelo, é, portanto, um programa muito bem articulado de técnicas de disciplinas, é, pois, “uma perfeita ilustração de técnicas carcerárias” (GADDAR, 2015, p. 12). Então, em que consiste sua eficiência?

Le o *Panopticon* est un lieu privilégié pour rendre possible l’expérimentation sur les hommes, et pour analyser en toute certitude les transformations qu’on peut obtenir sur eux. Le *panoptique* peut même constituer un appareil de contrôle sur ses propres mécanismes. Dans sa tour centrale, le directeur peut épier tous les employés qu’il a sous ses ordres: infirmier, médecins, contremaîtres, instituteurs, gardiens; il pourra les juger continûment, modifier leur conduite, leur imposer les méthodes qu’il juge meilleures; et lui-même à son tour pourra être facilement observé³⁹ (FOUCAULT, 2004a, p. 529, *nossos grifos*).

Com efeito, a primeira edição da obra *Vigiar e punir* de 1975 do pensador francês Michel Foucault trouxe um valor importantíssimo para o debate sobre as prisões, também sobre o encarceramento, sabendo que, para ele o mais importante não era problematizar as *prisões em si mesma*, e, em seu respectivo cárceres, mas problematizar no nível das *disciplinas do poder*,

³⁷ Esta noção de *governamentalidade* aparece na Aula proferido por Michel Foucault no *Collège de France* em 1º de Fevereiro de 1978 que foi traduzido por Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza que está presente em *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2014d) em que foi intitulado *A Governamentalidade* segundo os tradutores. Então, Foucault inicia falando não exatamente no termo *governamentalidade*, mas como é possível o funcionamento desta *governamentalidade*? Eis que surge aí uma análise sob os recursos dos dispositivos de segurança, que nada mais é que uma investigação feita por Foucault a respeito da população na qual conduziu efetivamente a temática do governo sobre a vida.

³⁸ “SENELLART, M. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v.7 (1-2), out. 1995, p. 2” (DUARTE, *Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno*, 2013, p. 56).

³⁹ “O *Panóptico* é um local privilegiado para tornar possível a experiência com homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles. O *Panóptico* pode até constituir-se em aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos. Em sua torre de controle, o diretor pode espionar todos os empregados que tem a seu serviço: enfermeiros, médicos, contramestres, professores, guardas; poderá julgá-los continuamente, modificar seu comportamento, impor-lhes métodos que considerar melhores; e ele mesmo, por sua vez, poderá ser facilmente observado” (FOUCAULT, *Vigiar e punir*, 2010, p. 193, *nossos grifos*). Usamos a tradução de Raquel Ramalhete.

uma vez que, Foucault tentava pensar como, então, a tecnologia política conseguiria controlar os corpos segundo suas estratégias de *relações de disciplinas* (CASTRO, 2009, p. 314). Pois bem, se *Vigiar e Punir* mostra muito bem a transição das *relações de soberania* para as *relações de disciplinas*, qual seria, pois, a inovação de Foucault a respeito desta *tecnologia das relações de disciplinas*?

Pois bem, Foucault abre a discussão sobre o *panoptismo* relatando e problematizando às margens das disciplinas, à qual envolve a abordagem sobre as *relações de poder*. Ora, nesta pesquisa, gostaríamos de mencionar que a arquitetura do *Panóptico* tem um efeito, um efeito muito importante, pois, esta arquitetura induz no *detento* um estado particularmente eficiente de visibilidade, de modo que, tal noção assegura o funcionamento automático do poder (FOUCAULT, 2004a, p. 525); (FOUCAULT, 2010c, p. 191). A esse pensamento sobre o *Panoptismo*, no qual Foucault nos relata nos *Ditos & Escritos X: Foucault, Filosofia, Diagnóstico do presente e Verdade* em que o século XIX fundou à época do *Panoptismo* (FOUCAULT, 2014e, p. 125). Então, por que o autor de *Vigiar e punir* afirmou tal problemática?

De acordo com a pergunta acima, Foucault revela-nos que a virada do século XVIII para o XIX transformou possivelmente a penalidade em uma espécie de vigilância e de controle em que atravessa não somente as prisões, não somente os hospitais, não somente as escolas etc., mas uma vigilância que penetra toda a sociedade em seus mínimos detalhes (FOUCAULT, *ibid.*, p. 124). Neste caso, é, por isso, que a obra *Vigiar e punir* vai muito além da ideia de pensar às prisões em si mesma, essa obra atravessa, portanto, uma multiplicidade de abordagens, de questões, enfim, deixamos tal interpretação às margens do próprio pensador francês:

Um sistema geral de vigilância-encarceramento penetra toda espessura da sociedade, assumindo formas que vão das grandes prisões construídas no modelo do *pan-óptico* até as sociedades de *patronagem* e que encontram seus pontos de aplicação não somente entre delinquentes, mas entre as crianças abandonadas, os órfãos, os aprendizes, os colegiais, os operários etc. (FOUCAULT, *loc. cit.*, *nossos grifos*).

Diante da citação acima, podemos dizer que, a ideia de *Panóptico* a partir de sua moldura física pensada e bem articulada por Bentham condiz no pensamento de Foucault como uma tecnologia do poder que aparece como uma “utopia”, mas que tem sua eficácia na abrangência de sua visibilidade; como se o *Panóptico* na visão de Bentham fosse cunhado segundo um grau físico de aparelho de controle. Entretanto, na ótica foucaultiana o *Panóptico* é possivelmente invisível, porém, tem um alcance muito além do grau físico, é um modo de

técnicas de racionalização, de técnicas de pensamento, na qual possibilita um controle bem mais amplo do que uma simples Torre feita em forma de um anel à vista do alcance dos detentos. Por conseguinte, para que possamos entender na ótica de Foucault tal noção, podemos citar a seguinte passagem:

Le Panopticon fonctionne comme une sorte de laboratoire de pouvoir. Grâce à ses mécanismes d’observation, il gagne en efficacité et en capacité de pénétration dans le comportement des hommes; un accroissement de savoir vient s’établir sur toutes les avancées du pouvoir, et découvre des objets à connaître sur toutes les surfaces où celui-ci vient s’exercer⁴⁰ (FOUCAULT, 2004a, p. 530).

Se o *Panóptico* funciona como um laboratório de poder, seu principal objeto é, sem dúvida, a experiência com seres humanos; daí a importância da *biopolítica* no qual ela se volta para o controle da vida, então, sua aplicação vai oscilar diante dos vários fatores de comportamento humano, inclusive o *comportamento moral*, uma vez que, o sistema *Panóptico* tenta reformar os aspectos *morais* através das disciplinas. Na verdade, o *Panóptico* é uma máquina de fazer experiências, portanto, “la machine à voir était une sorte de chambre noire où épier les individus; ele devient un édifice transparent où l’exercice du pouvoir est contrôlable par la société entière⁴¹” (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 533-534). Dessa maneira, a partir deste diagnóstico, o esquema *Panóptico* tem uma função essencial na sociedade, pois amplia a organização do poder, além do mais, ver o poder não pelo próprio poder, mas, tenta, indubitavelmente, deixar a sociedade mais forte, à medida que amplia as relações sociais, pois, difundiu consideravelmente os modos de produção equivalente a uma sociedade liberal –, na qual, se efetiva e se desenvolve particularmente na escala econômica a partir das relações de trocas e de produção do trabalho (BENTHAM, 2008, p. 43). Quer dizer, o *Panóptico* tem um objetivo fundamental em abrir às correspondências com a economia política impondo ao nível da *sociedade normalizadora*, ao passo que espalha as instruções necessárias a nível da *moral* em escala pública. Neste sentido, o *Panoptismo* pode ser uma utopia! Mas de que maneira isso é possível? Para que possamos entender melhor esta noção, eis a seguinte citação que se encontra em *A verdade e as formas jurídicas*:

O *Panopticon* é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou. Este tipo de poder pode perfeitamente receber o nome de *panoptismo*. Vivemos em uma

⁴⁰ “O *Panóptico* funciona como uma espécie de *laboratório de poder*. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça” (FOUCAULT, *Vigiar e punir*, 2010c, p. 194, *nossos grifos*).

⁴¹ “A máquina de ver é uma espécie de câmara escura em que se espionam os indivíduos; ela torna-se um edifício transparente onde o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira” (FOUCAULT, *Vigiar e punir*, 2010c, p. 196).

sociedade onde reina o *panoptismo*. O *panoptismo* é uma forma de poder que repousa não mais sobre um inquérito, mas sobre algo totalmente diferente, que eu chamaria de exame⁴² (FOUCAULT, 2005, p. 87 apud SPINDOLA, 2010, p. 30, *nossos grifos*).

Diante desse quadro, vale a pena enfatizar que o *Panoptismo* pode ser muito atual, principalmente quando se trata de questões de vigilância, de controle, de modo de comportamento, de servir como “chave-mestre” para o serviço do capital. Neste caso, podemos citar o autor Didier Bigo em que ele revela-nos como a *sociedade capitalista* do século XXI toma partido do controle de indivíduos em que estes não conseguem “perceberem” que estão sendo vigiados e colocados a exposição em vários campos de experiências; e, isso se torna claro na seguinte passagem: “(...) le monde décrit par Orwell, celui d’un *Big Brother* anonyme contrôlant effectivement la population, et celui du *panoptique* analysé par Michel Foucault, qui est en revanche, en permanence celui, hétérogène, des résistances et des *pouvoirs*” (2015, p. 1, *nossos grifos*). Neste caso, o *Panóptico* tornar-se “o modelo do mundo utilitarista: tudo nele é só artifício, nada de natural, (...), por toda parte, *máquinas*” (MILLER, 2008, p. 93, *nossos grifos*). Portanto, se o *Panóptico* no sentido estrito do termo foi apenas um projeto à qual não se efetivou em seu plano físico; porém, a influência de Bentham sobre a efetividade do *panoptismo* foi realizado nos séculos XIX e XX, por exemplo, em Breda e Arnheim (1886) Haarlem (1991) e principalmente na prisão de Stateville Joliet em Illinois construídas nos anos 20 por C. H. Hammond (PERROT, 2008, p. 150-156).

Por conseguinte, o que foi proposto neste **item** foi pensar através da obra *Vigiar e punir* de Michel Foucault a recepção do qual ele fez de Bentham sobre a tecnologia do *Panoptismo* em que tal tecnologia tem uma multiplicidade de questões envolvidas, na medida em que tais questões não se situam em um certo lugar, mas é uma maneira de pensar o esquema de vigilância em suas várias construções arquitetônicas; uma vez que permiti fazer as diversas experiências com os seres humanos através das disciplinas do poder. Assim, Foucault tentou mostrar que Jeremy Bentham para a sociedade ocidental vai muito além de Kant, Hegel e outros filósofos no que diz respeito a história da nossa sociedade. Desse modo, terminamos tal **item** com a seguinte citação:

Peço desculpas aos historiadores da filosofia por esta afirmação, mas acredito que Bentham seja mais importante para nossa sociedade do que Kant, Hegel etc. Ele deveria ser homenageado em cada uma de nossas sociedades. Foi ele que programou, definiu e escreveu de maneira mais precisa as *formas de poder* em que vivemos e que apresentou um maravilhoso e célebre pequeno modelo desta sociedade da ortopedia generalizada: o famoso *Panoticon*. *Uma forma de arquitetura que permite um tipo de poder do espírito sobre o espírito*, uma espécie de instituição que deve valer para as

⁴² Poderíamos chamar de poder disciplinar ou disciplina.

escolas, hospitais, prisões, casas de correção, hospícios, fábricas etc., (FOUCAULT, 2005, p. 87 apud SPINDOLA, 2010, p. 29, *ossos grifos*).

2.3. Classificação sobre as Disciplinas do Poder:

Em nota, elucidaremos de passagem que, continuaremos usando a obra *Vigiar e punir* (2010c) do próprio Foucault que o mesmo nos mostrará de forma eficiente este “jogo do poder” que envolve as disciplinas do poder. Todavia, nesta dissertação, se o leitor prestar bem atenção, não somente neste **item** que nós iremos mostrar a argumentação de Foucault a respeito das disciplinas do poder; o **item** aqui se segmenta, apenas, por indicar um método específico, ou seja, “respeitando o sumário” para que nós possamos entender melhor o que o professor do Sistemas de Pensamento do *Collège de France* nos mostra a respeito das disciplinas do poder, e para que o leitor, ou os leitores desta dissertação tenham uma indicação essencial para possíveis pesquisas sobre as disciplinas do poder. Sob esta perspectiva, deve ser bem trabalhadas de tal forma que só podemos compreender bem a articulação de Foucault sobre *biopolítica* e *biopoder* através da população se, por conseguinte, passarmos a compreender as disciplinas do poder. Antes de mais nada, podemos dizer que as disciplinas do poder são o eixo fundamental das disciplinas no esquema da *biopolítica*, porque elas tecem e constitui o “jogo do poder” que nada mais é que o controle sobre a sociedade – ou melhor – um controle sobre a população levando, com isso, na terminologia foucaultiana intitulada *sociedade disciplinar*.

A partir dessa lógica e da análise da população que a *biopolítica* se encurva para este novo elemento que é o “corpo social”. Este “corpo social” já estava presente na *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber, sobre a ressonância do Direito de Morte e Poder Sobre a Vida* (2014a). Considerando tal obra, citamos uma passagem da mesma:

(...) Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma *biopolítica* da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (FOUCAULT, 2014a, p. 150).

Em outras palavras, essa tecnologia sobre os corpos aparece como uma “lente de aumento”, ou seja, uma tecnologia de racionalização e um sistema de vigilância de extrema potência e eficiência. Destarte, como aparece essa nova tecnologia de pensamento? Apareceu a partir das tecnologias disciplinares do poder, daí a relação da *biopolítica* e *biopoder*. Com

efeito, vale à pena mencionar que a obra *Vigiar e punir* de Foucault é, sem dúvida, o grande exemplo de tecnologias disciplinares; ora, este fato documentário pode ser encontrado na terceira parte desta obra, na qual, Foucault dedica especificamente e detalhadamente as análises do exercício e do funcionamento do poder disciplinar. Isto é importante porque o autor de *Vigiar e punir* (2010c) tem por objetivo essencial trabalhar às questões do corpo a partir de seus detalhes em que o estado das disciplinas deve ser associados em relação as ciências humanas e possivelmente para a história e política moderna, na qual, se trata, pois, da forma de poder dos corpos em seus detalhes, possivelmente, tendo à vista o corpo trabalhando sem folga (CASTRO, 2009, p. 111). Eis a citação presente na obra *Vigiar e punir* que ratifica o argumento a respeito das *sociedades disciplinares* e da mecânica das disciplinas:

Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é o objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas, entretanto, são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indispensável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 2010c, pp. 132-133).

E para nosso melhor entendimento no que se refere as disciplinas do poder, citamos outro intérprete de Foucault, o filósofo francês Gilles Deleuze que escreveu a obra intitulada: *Foucault* que nos mostrará a questão interpretativa sobre as disciplinas presente na obra *Vigiar e punir* do próprio Michel Foucault:

Um das ideias essências de ‘Vigiar e Punir’⁴³ é que as sociedades modernas podem ser definidas como sociedades ‘disciplinares’, mas a disciplina não pode ser identificada com uma instituição nem com um aparelho, exatamente porque ela é um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todas as espécies de aparelhos e de instituições para reuni-los, prolongá-los, fazê-los convergir, fazer com que se apliquem de um novo modo (DELEUZE, 2005, p. 35).

No entanto, é relevante que esta pesquisa identifique que há uma diferença metodologicamente fundamental entre disciplina e *biopolítica*. As disciplinas agem no “corpo” individual, e ratificamos novamente que a *biopolítica* atua no “corpo” da população. Dessa maneira, na *analítica do poder* foucaultiana; Fonseca nos revela que o filósofo da *História da Sexualidade I* analisa dois mecanismos de poder do qual constitui o *biopoder*:

A distinção entre esses mecanismos e as técnicas de poder faz Michel Foucault falar em duas séries. Cada uma dessas séries corresponderia a uma das acomodações

⁴³ “Assim, Vigiar e Punir define o Panóptico pela pura função de impor uma tarefa ou um comportamento qualquer a uma multiplicidade de qualquer indivíduo, sob a única condição de que a multiplicidade seja pouco numerosa e o espaço limitado, pouco extenso” (DELEUZE, G. *Foucault*, 2005, p. 80).

realizadas pelas duas técnicas de poder citadas. As disciplinas corresponderiam à série do corpo – organismo – disciplinas – instituições e a *biopolítica* à série população – processos biológicos – mecanismos regularizadores – Estado (FONSECA apud SILVEIRA, 2005, p. 59).

A partir desses dados indicados, podemos alargar ainda mais o argumento que se refere as disciplinas escritas e reescritas por Foucault na obra *Vigiar e punir* (2010c) que é justamente o momento histórico das disciplinas. Neste caso, Foucault enfatiza-nos que o momento peculiar das disciplinas nasce, pois, a partir do momento em que o corpo humano é trabalhado em seus mínimos detalhes, ou seja, quando a arte do corpo humano é objeto de manipulação, onde suas habilidades corporais são acrescentadas no campo do poder institucional, claro, nos diz Foucault, não é somente as habilidades e a sujeição que são garantidas no campo e na economia do *biopoder*, mas sobretudo a relação de formação também é um objetivo importante para a política de coerção que nada mais é que o trabalho sobre o corpo, no entanto, não no sentido de uma escravidão ou domesticação⁴⁴ (FOUCAULT, 2010c, p. 133).

Sob este aspecto, as disciplinas do poder são um modo de controle social ao ponto de ser traçado a partir de uma racionalidade, uma tecnologia de pensamento visto por Foucault de forma eficiente onde esta técnica política tenta manipular matematicamente ou calculadamente o corpo em seus gestos e comportamentos, de tal maneira que o corpo é objeto de investimento perante o capital econômico seja em uma prática *biopolítica* liberal ou neoliberal. Logo, para que possamos entender este trabalho do *biopoder* sobre o corpo, deixamos nas palavras do próprio Foucault tal perspectiva que está presente em *Vigiar e punir*. Eis o que escreve o autor:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte

⁴⁴ “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. Diferentes também da domesticidade, que é uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão, seu ‘capricho’. Diferentes das vassalidades que é uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que se realiza menos sobre as operações do corpo que sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência. Diferentes ainda do ascetismo e das ‘disciplinas’ de tipo monástico, que têm por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, se implicam em obediência a outrem, têm como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo” (FOUCAULT, *Vigiar e punir*, 2010c, p. 133).

por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 133-32).

Após tal pesquisa relatar sobre as questões em relação as disciplinas do poder, pretendemos agora marcar onde estas disciplinas podem ser constatadas em sua funcionalidade teórica e prática; pois, jogar apenas com a teoria não indica todo o problema; para isso, usaremos o próprio autor da *História da sexualidade II: uso dos prazeres* (2014b) para que junto com os nossos leitores e os críticos desta dissertação possamos compreender essa construção histórico-filosófica no pensamento de Michel Foucault.

Podemos constatar que as disciplinas do poder podem ser pensadas em suas funcionalidades nas escolas de ensino básico e nos quartéis principalmente; não somente nestas duas localidades, mas também nas fábricas e nos hospitais. Na verdade, as disciplinas do poder são onde os corpos são trabalhados em seus detalhes. Por exemplo, nas escolas, o mestre-professor é o responsável em vigiar e também em ensinar às condutas corretas aos seus alunos. Caso contrário, estes futuros cidadãos não terão proveito para a economia no campo do *biopoder*. Neste caso, as disciplinas são essenciais para o controle dos corpos dóceis, mas, para isso, é preciso que exista técnica bem distribuída para o controle desses corpos. Então, para que possamos entender como se corporifica a funcionalidade das disciplinas; vejamos como é constado esta pedagogia: as disciplinas, pois, exige de certa forma a *cerca*, ou seja, um local específico e fechado em si mesmo onde abarque uma localidade heterogênea, e aquele que não cumprir à norma ou às normas serão encarcerados nos quartéis, ou prisões. Não somente isso, as disciplinas são também responsáveis em evitar o conflito civil, fazer cessar, portanto, as deserções e até, possivelmente controlar as despesas. Por fim, o *individuum* se torna um *quadriculamento* – a saber – cada indivíduo em seu devido lugar e em cada lugar deve aparecer o indivíduo (FOUCAULT, 2010c, pp. 137-38).

Com postura, gostaríamos de assinalar que no Curso ministrado por Foucault nos anos de 1975-76 no *Collège de France* intitulado *Il faut défendre la société* ele nos indica que esse Curso põe em voga o direito da Soberania que foi argumentado no **item** anterior referente as disciplinas do poder, isto é, segundo o filósofo francês ele revela-nos que o direito da Soberania e as disciplinas são, pois, os limites que se pratica o exercício do poder de tal forma que, estas duas perspectivas, segundo Foucault, pode sim ser relacionados, destarte, nunca coincide uma com a outra. E, por que elas não coincidem? Ora, porque cada uma tem funções diferentes, porém, estão intrinsecamente relacionadas, é como um corpo que se movem com membros

diferentes, o que Foucault vai dizer que tais conceitos são heterogêneos (1997a, pp. 33-34). Neste patamar de investigação pretendemos agora fazer uma citação de fundamental importância a partir do comentário de Michel Foucault que mostra-nos que as disciplinas têm, portanto, um discurso próprio, ou seja, um discurso autônomo em relação a Soberania. E, para que possamos juntos compreendermos o assunto em epigrafe. Eis o que escreve o autor do Curso *Il faut défendre la société* em que descreveremos uma longa citação no qual mostrará esta relação de forma mais ampla e eficiente:

Elles sont elles-mêmes, et pour les raisons que je vous disais tout à l'heure, créatrices d'appareils de savoir et de champs multiples de connaissance. Elles sont extraordinairement inventives dans l'ordre de ces appareils à former du savoir et des connaissances, et elles sont porteuses d'un discours, mais d'un discours qui ne peut pas être le discours du droit, le discours juridique. Le discours de la discipline est étranger à celui de la loi; il est étranger à celui de la règle comme effet de la volonté souveraine. Les disciplines vont donc porter un discours qui n'est pas celui de la règle: non pas celui de la règle juridique dérivée de la souveraineté; mais celui de la règle naturelle, c'est-à-dire de la norme. Elles définiront un code qui n'est pas celui de la loi, mais de la normalisation, et elles se référeront nécessairement à un horizon théorique qui ne sera pas l'édifice du droit, mais le champ des sciences humaines. Et leur jurisprudence, à ces disciplines, sera celle d'un savoir clinique (FOUCAULT, *ibid.*, p. 34).

Desta maneira, segundo a citação acima, podemos notar que, as disciplinas do poder deixam de ser apenas o modo de coerção para se moldar, para se transformar e ter a função também de vigiar, também de corrigir os corpos e as condutas dos cidadãos. Neste caso, de acordo com Jean-François Bert (2013, p. 120) ela aparece como *contra-producentes* que participam da economia do *biopoder* no sistema capitalista. Dessa forma, podemos relatar a partir do livro de Bert (2013) como os dispositivos disciplinares são o modo de controle que vigia cada indivíduo na esfera social, no entanto, isto tem um custo. Sob este aspecto, a citação posterior é muito importante do ponto de vista funcional das disciplinas do poder, na qual, deixaremos na argumentação documentária do próprio professor dos Cursos do *Collège de France* tal contextualização:

Tal qual instaurado no século XIX, esse regime foi obrigado a elaborar um conjunto de técnicas políticas, de técnicas de poder, pelo qual o homem se encontra vinculado a algo como o trabalho; um conjunto de técnicas pelo qual o corpo e o tempo dos homens se tornaram tempo de trabalho e força de trabalho e podem ser efetivamente utilizados para se transformar em mais-valia. Mas, para que haja mais-valia, é preciso que haja subpoder. É necessário que se estabeleça, no nível da própria existência humana, uma trama microscópica, capilar, de poder político, fixando os homens ao aparelho de produção, fazendo deles agentes de produção, trabalhadores (FOUCAULT, 1974, n°139, p. 622 apud BERT, 2013, p. 120).

Ora, as disciplinas do poder colocam em voga um “jogo do poder” pelo qual os indivíduos encontram-se vinculados as técnicas do poder na medida em que os corpos dóceis são, pois, a força essencial de trabalho neste sistema que operou segundo uma tecnologia de racionalização, tendo como pano de fundo retirar desses corpos o maior tempo de trabalho possível sem que os mesmos percebam. Em outras palavras, a tecnologia do poder gerencia os corpos dóceis na medida em que programa uma série de atividades para o trabalhador, no qual, este deve estar inserido na economia do *biopoder*. O legado de se investir na vida do cidadão, é também de se preocupar com o tempo de rentabilidade que este corpo dará para acelerar na economia *biopolítica* liberal em tempo de relação de troca.

O nosso ponto de apoio nesta argumentação sob as disciplinas do poder vem da argumentação da leitura atenta de Jean-François Bert no livro intitulado *Pensar com Michel Foucault* (2013, p. 123) a respeito do projeto foucaultiano que se remete as disciplinas. Então, as disciplinas, ou a disciplina não é de certa forma um tipo ideal de expressão, a saber, de tipo equivalente do homem disciplinado, mas ela são, sobretudo, o gerenciamento geral e generalizado de diversas técnicas e de diversas conexões que obviamente constitui e tecem o poder local, tendo, desta forma, objetivos em que sustentam um modo eficaz no qual foram instalados em programas, em tecnologias, em dispositivos de poderes montados para garantir a vigilância de diversas realidades na qual não foge do controle do *biopoder*. Neste caso, tais disciplinas como não provem de um modelo ideal, convém dizer que elas ao se articularem de realidades a outras, criam a partir do dispositivo do poder um programa no qual a realidade em que explica a lei dar valor coagente, e pois as instituições que lhe movimentam os corpos são as mesmas responsáveis pela vigilância constante de seus comportamentos e retiram e acrescentam fielmente tudo aquilo que garanta uma vigilância sem trégua, sem descanso (FOUCAULT, 1980, nº 281, p. 48-49 apud BERT, 2013, p. 123).

Neste sentido, podemos dizer segundo Bert que, a sociedade disciplinar somente é mais eficaz ao passo que funciona particularmente no modo contínuo da extrema vigilância, ou melhor, quando existe a relação fervorosa da vigilância com a correção dos comportamentos que a tecnologia do poder funciona perante a coincidência da normalidade; porém, isso somente faz sentido na medida em que o indivíduo é disciplinado, controlado e, por fim, avaliado (BERT, *ibid.*, pp. 123-124).

2.4. Analítica do Poder:

Abrir outra parte desta dissertação é ao mesmo tempo formal e informal quando se trata da postura do conceito. O que gostaríamos de mostrar é sem dúvida que neste **item**,

começaremos a refletir sobre a *relação de poder* e não analisar o poder em si mesmo. Pois bem, depois desta pesquisa ter obviamente indicado, marcado, as disciplinas do poder como uma espécie das condições às práticas disciplinares que fabrica como diz Bert (2013) os corpos analisado por Foucault, são, pois os modos e os condicionamentos de controle para que não possamos taxá-lo de dominação, entretanto, pode ser considerados como processos de constituição dos sujeitos (BERT, 2013, p. 90).

Sob a construção do parágrafo acima, desejamos mencionar que a *analítica do poder* se constitui diante de uma analítica da subjetividade. Destarte, para ser mais segmentada tal formulação no sentido do argumento, precisamos dizer que a *analítica do poder* segundo Bert foi investigada por Foucault durante os anos de 1975-1978 em que tal pesquisa se arquitetônica a partir da qual há uma analítica da subjetividade em que os sujeitos, ao mesmo tempo são produzidos equivalentemente por práticas de discursos conhecidos objetivamente, são também, uma relação consigo mesmo; quer dizer, de produzirem a si mesmo, claro, ligados a momentos de natureza conflitante na medida em que cria antagonismos (BERT, 2013, p. 90).

Dentro deste quadro, é indispensável descrevermos os passos dados pela *biopolítica* sem ao menos, questionarmos o exercício do poder. Ou seja, falar em *biopolítica* possibilita também falar de poder. Neste caso, pretende-se falar em *relação de poder*. Isto fica evidente na Aula de 7 de Março de 1979 no Curso *Naissance de la biopolitique* ministrado por Michel Foucault no *Collège de France*. Assim, nos descreve ele:

(...) Je voulais, continuant un peu ce que j'avais commencé à vous dire l'an dernier, voir quel contenu concret n pouvait donner à l'analyse des relations de pouvoir – étant entendu, bien sûr, et j'ele répète encore une fois, que le pouvoir ne peut en aucun cas être considéré ni comme un principe en soi, ni comme une valeur explicative fonctionnant d'entrée de jeu. Le terme même de pouvoir ne fait pas autre chose que designer un [domaine] de relations qui sont entièrement à analyser, et ce que j'ai proposé d'appeler la gouvernementalité, c'est-à-dire la manière dont on conduit la conduite des hommes, ce n'est pas autre chose qu'une proposition de grille d'analyse pour ces relations de pouvoir⁴⁵ (2004b, pp. 191-192).

Segundo Foucault essa análise por inteiro da *relação de poder* tem uma combinação com as práticas dos *micro-poderes* que conduzem as relações e as condutas dos homens. Mas, como se exerce tais relações? Como é aplicado? O interessante aqui não é ficarmos presos em

⁴⁵ “(...) Eu queria ver que conteúdo concreto podíamos dar à análise das relações de poder – estando entendido, é claro, repito mais uma vez, que o poder não pode em hipótese alguma ser considerado nem um princípio em si nem um valor explicativo que funcione logo de saída. O próprio termo ‘poder’ não faz mais que designar um [campo]⁴⁵ de relações que tem de ser analisado por inteiro, e o que propus chamar de *governamentalidade*, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder” (FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica*, 2008a, pp. 257-258). Usamos a tradução de Eduardo Brandão.

uma teoria do poder, pois, para o filósofo de *Microfísica do Poder* (2014d) tal perspectiva teórica do poder ao seu parâmetro clássico remeter-se a “uma gênese” e depois a uma dedução; neste sentido não é interessante pensar o poder por essa tangente de acordo com Foucault. Na verdade, o poder segundo o filósofo é exercido pelas instituições e por “pessoas” que detém o controle e a vigilância dos indivíduos. Mas, o que define mesmo uma *relação de poder* para o autor do Curso *Nascimento da biopolítica*? “O que define uma *relação de poder* para Foucault (1995) é o fato de ela ser um modo de ação que age sobre outra ação: ‘uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais futuras ou presentes’” (FOUCAULT apud SILVEIRA, 2005, p. 52, *nosso grifos*). Logo, segundo Foucault é mais interessante deste modo se nós falássemos a respeito de uma “genealogia do poder”. Quer dizer, uma genealogia da *relação de poder*.

Neste sentido, podemos dizer que, o poder é uma relação ativa presente a partir de um conjunto organizado de ações que atuam sobre outras ações, que podem ser possíveis, ou seja, atuam, indubitavelmente, em uma perspectiva ampla de possibilidades entre os indivíduos que se relacionam entre si. Assim, destacamos o autor de *Vigiar e Punir* se referindo a *relação de poder*:

Ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre as ações (FOUCAULT apud SILVEIRA loc. cit.).

Portanto, quando Michel Foucault ampliou as possibilidades de pensar a *analítica do poder* a partir das formas de discussões presentes no interior da *biopolítica*, o mesmo discutiu a articulação conceitual que põe em evidência com os mecanismos disciplinares, de tal forma que, pode ser compreendido através das *relações de poder* na sociedade moderna. Então, podemos refletir onde não há *relação de poder* para Foucault? Não há *relação de poder* quando os homens estão acorrentados ou presos, de outro modo, só há *relação de poder* quando os homens podem ter opções e decisões:

Assim, o poder somente pode ser exercido sobre sujeitos que podem ter opções (...) então, o pensador compreende que não há *relação de poder* quando os homens estão acorrentados, pois, assim, ela não poderia escolher suas ações. No limite, só há relação de poder quando o homem pode escapar (FOUCAULT apud SILVEIRA, *ibid.*, p. 53, *nosso grifo*).

Assim, podemos dizer que, a *biopolítica* analisada por Michel Foucault e interpretada por Rafael da Silveira, pode, pois, ser entendida da seguinte forma: “um conjunto de mecanismos pelos quais os traços biológicos fundamentais da espécie humana puderam entrar

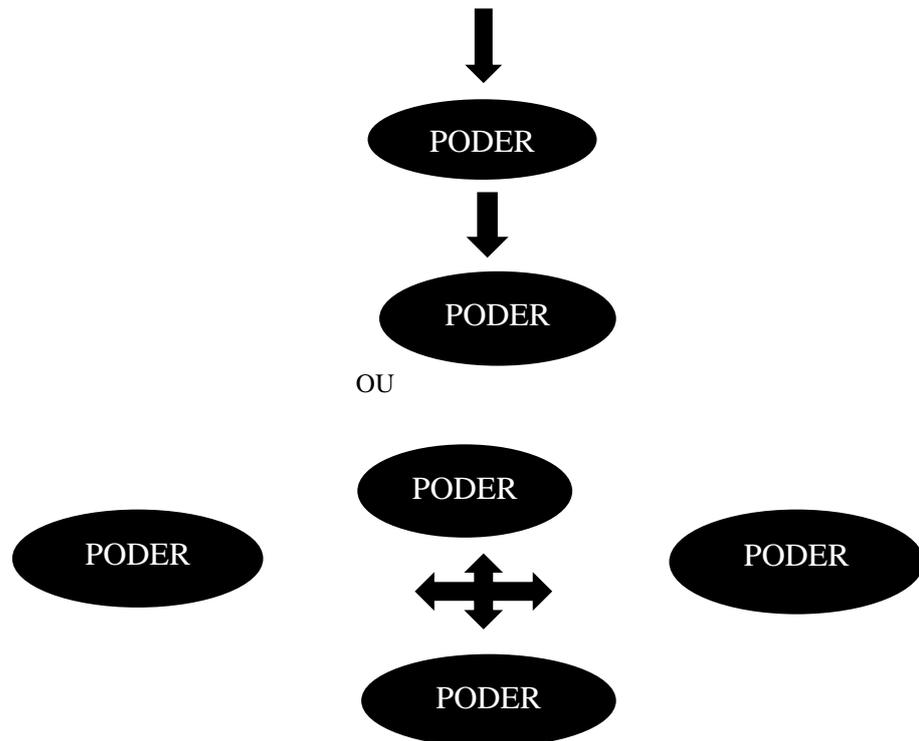
no interior de uma estratégia geral de poder” (SILVEIRA, *ibid.*, p. 88). Logo, temos aqui o panorama das táticas da genealogia da *relação de poder*.

Foucault ao criticar os modos de métodos da história clássica, trouxe para sua crítica filosófica uma maneira particular de análise de sua própria sociedade, para isso, o filósofo usou um método diferente que é justamente o método genealógico, pois bem, não no sentido clássico do qual se compreende a *genealogia*; e que a nossa pesquisa já mostrou e descreveu no **item 2.1** a respeito da Recepção genealógica de que Foucault faz de Nietzsche no qual mostra-nos o sentido da *genealogia* para o professor do *Collège de France*. Ora, para nos convencer metodologicamente da diferença entre *poder* e *relação de poder*, usaremos uma figura que nos mostrará tal diferença:

Não existe para Foucault:



MAS, SIM RELAÇÃO DE PODER



A partir da ilustração acima podemos entender que Foucault buscou compreender o fenômeno do *biopoder* a partir de poderes que estão em redes, de tal forma que o poder jamais pode ser submetido por si mesmo. Ou seja, para Foucault o poder deve estar em círculo – a saber – deve funcionar diante de uma cadeia, quer dizer, sempre relacionados com outros

poderes. Com efeito, a obra que indica esta relação é a *Microfísica do poder* de Foucault (2014d) que é pois a referência fundamental para entender os *micro-poderes* que constitui, portanto, a *relação de poder*.

Não somente a *Microfísica do poder*, mas os Cursos *Il faut défendre la société* e o *Nascimento da biopolítica* são os recursos bibliográficos que a nossa pesquisa tomou como ponto de partida para entender a *relação de poder*; sem desmerecer a outra obra foucaultina intitulada *Vigiar e punir* (2010c) que também marca o funcionamento da *relação de poder* que se estende consideravelmente para que possamos compreender melhor esta *analítica do poder* articulada e problematizada por Foucault. E, para que possamos entender melhor a figura na qual esta pesquisa elucidou, deixaremos nas palavras do próprio autor do Curso *Il faut défendre la société* tais questões sob a *analítica do poder*:

Il n'est jamais localisé ici ou là, il n'est jamais entre les mains de certains, il n'est jamais approprié comme une richesse ou un bien. Le pouvoir fonctionne. Le pouvoir s'exerce en réseau et, sur ce réseau, non seulement les individus circulent, mais ils sont toujours en position de subir et aussi d'exercer ce pouvoir. Ils ne sont jamais la cible inerte ou consentante du pouvoir, ils en sont toujours les relais. Autrement dit, le pouvoir transite par les individus, il ne s'applique pas à eux⁴⁶ (FOUCAULT, 1997a, p. 26).

⁴⁶ Aqui, novamente, usaremos a tradução Maria Ermatina Galvão: “jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede, e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles” (FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*, 1999b, p. 35).

Capítulo 3: “Introdução” ao conceito de Biopoder:

Como aparece inicialmente a articulação inovadora de Foucault a respeito do *biopoder*? Quais são pois os textos que dão toque de partida para a articulação de Michel Foucault sobre a problematização no campo do *biopoder*? Para que tal pesquisa responda esta pergunta citaremos o pesquisador de Foucault Edgardo Castro que nos possibilitará entender estas duas perguntas fundamentais de como realmente funciona o *biopoder*. Eis o que escreve o autor do livro denominado *Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*:

Dos textos publicados até o momento⁴⁷, o último capítulo de *La Volonté de savoir* e o curso de 17 de março de 1976 de *‘Il faut défendre la société’* devem ser considerados como os textos fundamentais de referência acerca do *biopoder*. No primeiro, a questão do *biopoder* aparece em seguida à descrição da formação do dispositivo de sexualidade e termina na questão do racismo moderno, um racismo biológico e de Estado. No segundo, o *biopoder* aparece ao final de um intenso percurso, no qual Foucault analisa as transformações do conceito de guerra de raças. Em um outro o *biopoder* se mostra em sua dupla face: como poder sobre a vida e sobre a morte (CASTRO, 2009, p. 57).

Quando Foucault trabalha a noção de *biopoder*, ele inventa, articula, cria, possibilita pensar o *biopoder* ao modelo de uma tecnologia do poder, de uma técnica de racionalização, isto é, uma tecnologia de pensamento. Ora, nesta dissertação, claro, nós pretendemos compreender o Curso o *Nascimento da biopolítica* ministrado por Foucault no *Collège de France* tomando partido de como a política se voltou para o controle da vida, de tal modo que, o biológico foi, portanto, um dos eixos principais da articulação foucaultiana sobre a noção de *biopoder*. Quer dizer, saber como essa técnica de pensamento foi capaz de controlar diferentes poderes em que se transitaram na sociedade moderna. Neste caso, a obra intitulada *Microfísica do Poder* (2014d) de Michel Foucault abre o leque para que este autor problematize a sociedade ocidental a partir de uma sociedade de *micropoderes*. Isto foge, portanto, da “órbita” de pensar e de articular um poder pelo poder. De pensar a natureza política através do objetivo de uma teoria geral do poder. Foucault, vai de encontro com esta noção como se entende e como se pensa o poder, a partir do qual se tem o poder como uma teoria de fundo geral. Que pensa o poder a partir de um método dedutivo e, por conseguinte, sistemático.

⁴⁷ “Depois da publicação da edição original argentina do Vocabulário de Michel Foucault em 2004, até fevereiro de 2009, foram publicados os seguintes cursos: *Naissance de la biopolitique* (Paris: Seuil/Gallimard, 2004); *Sécurité, territoire et population* (Paris: Seuil/Gallimard, 2004); *Le gouvernement de soi et des autres* (Paris: Seuil/2008). (N. T.)” (CASTRO, *Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seu temas conceitos e autores*, 2009, p. 57).

Do ponto de vista da obra, *Microfísica do Poder* de Michel Foucault, ela abre, justamente, o caminho para a discussão do exercício do poder, de modo que, as modalidades que erigem do exercício do poder estão interligadas a partir de uma tecnologia de pensamento, no qual, possibilita de certa forma o sujeitamento dos corpos em que Foucault nos diz que são, por conseguinte, corpos dóceis em que implica em um controle sob medida, tendo em vista um campo mais abrangente na população. Neste possível episódio, de controle da população; entramos possivelmente segundo o catedrático do *Collège de France* na era do *biopoder*. Tal qual surgiu, portanto, uma nova *governamentalidade* no campo político.

Com postura, segundo Foucault o *biopoder* se configura na medida em que assume o poder sobre a vida; neste caso, pode ser também arquitetado para o poder sobre o sexo que abrange o poder sobre a sexualidade etc., tudo isto estamos falando a respeito do *biopoder*. Nesta articulação variável do *biopoder*, assim, vejamos como funciona o *biopoder* para o autor dos *Cursos do Collège de France* (1997b) em que tal noção está presente na obra *Microfísica do poder*:

A partir do momento em que o poder assumiu a função de gerir a vida, já não é sentimentos humanitários, mas a razão de ser do poder e a lógica de seu exercício que tornaram cada vez mais difícil a aplicação da pena de morte. De que modo um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem? Para um poder desse tipo, a pena capital é, ao mesmo tempo, o limite, o escândalo e a contradição (FOUCAULT, 2014d, p. 148).

Segundo este quadro acima, o *biopoder* se volta para uma técnica do poder de maneira de “agenciamentos concretos que constituirão a grande tecnologia do poder no século XIX” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 151) no qual o dispositivo da sexualidade segundo Foucault será, pois, um dos mais fundamentais. Neste caso, o filósofo francês nos relata que “esse *biopoder*, sem dúvida, foi o elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção” (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 151-52). Isto significa dizer que, o *biopoder* foi, pois, o meio pelo qual foi feito o ajustamento dos fenômenos populacionais específicos dos processos fundamentais da economia, ou seja, dos processos econômicos liberais (FOUCAULT, *ibid.*, 152).

Neste grande emaranhado conceitual de que forma o *biopoder* se diferenciará do poder disciplinar? Nesta situação podemos indicar vários aspectos, no entanto, o importante é, pois, entender que no campo do *biopoder* ele tende gerenciar e controlar a vida de tal maneira que enseja uma multiplicidade do fenômeno da massa, pois bem, desde que esta massa seja numerosa – a saber – a população, ao ponto de que este espaço seja estendido ou aberto

(DELEUZE, 1986, p. 79 apud MAIA, 2015, p. 60). Isto nós podemos compreender em uma inscrição do poder de que se trata da massa administrativa da população, de tal forma que o importante é entender as diversas modalidades de controle da vida social em que aflora de maneira peculiar ao Estado do bem Estar social (MAIA, loc. cit.). Para que a nossa pesquisa entenda melhor esta distinção entre poder disciplinar no campo do *biopoder*, citamos a seguinte passagem:

O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos; a proliferação, os nascimento e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar, tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma *biopolítica da população* [...] A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida, (*grifo no original*) (FOUCAULT, 1979f, p. 131 apud MAIA, 2015, p. 60).

3.1. Governamentalidade:

Parler de gouvernementalité, c'est pour Michel Foucault souligner un changement radical dans les formes d'exercice du pouvoir par une autorité centralisée, processos qui resulte d'un processus de rationalisation et de technicisation. Cette nouvelle rationalité politique s'appuie sur deux éléments fondamentaux: une série d'appareils spécifiques de gouvernement, et un ensemble de savoirs, plus précisément de systèmes de connaissance. L'ensemble qui articule l'un et l'autre constitue les fondements des dispositifs de sécurité de la police générale (LASCOURMES, 2015, p. 4).

Todo percurso precisa de um trajeto; o nosso percurso teórico tenta pensar, e problematizar a *governamentalidade* a partir das obras de Foucault, porém, precisamos esclarecer que este **item** vai ser de fundamental importância para compor a partitura a respeito da *biopolítica* neoliberal que será, sem dúvida, o eixo principal para o **quarto capítulo** dessa pesquisa. Neste caso, o emaranhado conceitual no qual a nossa pesquisa tomará como ferramenta principal é justamente os Cursos de Foucault: *Nascimento da biopolítica* de 1978-79, (2004b) *Segurança, território e população* de 1977-78 (2008b) e a obra *Microfísica do poder* (2014d) e também usaremos comentadores que escrevem sobre esta trama *governamental* no qual o “relator”, o “juiz”, o “advogado”, o “ator”, o “ensaísta” principal é Michel Foucault.

Esta noção de *governamentalidade* aparece no Curso proferido por Foucault no *Collège de France* em 1º de Fevereiro de 1978 que foi traduzido por Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza na qual está presente em *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2014d) em que foi intitulada *A Governamentalidade* segundo os seus tradutores. Então, Foucault inicia falando não exatamente no termo *governamentalidade*, mas como é possível o funcionamento

desta *governamentalidade*? Eis que surge aí uma análise sob os recursos dos dispositivos de segurança, que nada mais é que uma investigação feita por Michel Foucault a respeito da população na qual conduziu efetivamente a temática do governo sobre a vida. No entanto, na obra intitulada por Roberto Machado *Microfísica do poder* (2014d) de Michel Foucault, o filósofo francês analisa primeiramente o governo na Idade Média e Antiguidade greco-romana no que tange o governo dos principados e o governo de ser aceito e exigentemente de ser respeitado pelos súditos, e também de ser aceito na “comunidade” de *deus* e nas leis dos homens (FOUCAULT, 2014d). Ademais, talvez de maneira mais evidente, o contexto em questão submete-se a política que se voltou para uma arte de governar, de tal forma que, foi precisamente no século XVIII em que ocorreu a transformação da natureza do Príncipe do que pensava Maquiavel – a saber – a arte de governar seguindo os traços do *biopoder* e da *biopolítica*. Entretanto, como aconteceu tal transformação? Ora, diz Foucault em *Microfísica do poder* (2014d, pp. 407-408), de modo geral, o grande problema do governo apareceu no século XVI onde ocorreu um retorno aos problemas do *governo de si mesmo*, e claro, conseqüentemente, ao retorno aos *estoicos*, isto é, o problema usual do governo das almas que foi, sem dúvida, o tema fundamental da pastoral católica e dos fundamentos ortodoxos dos protestantes no qual ambos excitaram por via das regras segundo Foucault o problema do governo das crianças, como dispositivo da sexualidade, o problema central da educação pedagógica; resumindo a situação –, o problema dos governos administrados pelo principado. Portanto, o que clarifica esta postura do governo do século XVI é justamente o processo que tem por via dos fatos superar a economia feudal; na qual, Foucault nos relata que este foi o objetivo fundamental da administração das colônias em virtude do controle dos territórios do qual desembocou o conflito religioso da Reforma Protestante e Contrarreforma Católica de que foi, sem dúvida, o conflito manifesto para alcançar a salvação das almas; neste ponto, houve a manifestação do governo dos Estados e da dissidência religiosa na qual o professor do *Collège de France* nos mostra neste livro que, aí aconteceu o ponto de encontro entre o Estado e a Religião, de como era possível ser governado ao passo que se particularizava a conjuntura do século XVI (FOUCAULT, loc. cit.). No entanto, teria um ponto de repulsão do século XVI ao século XVIII? Foucault diz que sim. Logo, como ocorreu tal transformação?

Em toda a imensa e monótona literatura do governo, gostaria de isolar alguns pontos importantes que dizem respeito à definição do que se entende por governo do Estado, aquilo que chamaremos governo em sua forma política. Com esse objetivo, o mais simples sem dúvida é por essa literatura a um único texto que, do século XVI ao século XVIII, constitui um ponto de repulsão, implícito ou explícito, em relação ao qual – por oposição ou recusa – se situa a literatura do governo: O príncipe, de Maquiavel (FOUCAULT, loc. cit.).

Entre tais momentos, é importante frisar que, ao mesmo tempo em que houve uma ruptura do século XVI ao século XVIII com o *Príncipe de Maquiavel*, houve também um movimento anti-Maquiavel que segundo Foucault pode ser reformulado “esquemáticamente” da seguinte maneira: “o Príncipe de Maquiavel é essencialmente um tratado da habilidade do príncipe em conservar seu principado e é isso que a literatura anti-Maquiavel quer substituir por uma arte de governar. Ser hábil em conservar seu principado não é do modo algum possuir a arte de governar” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 411). Então, como se assenta esta nova arte de governar no arcabouço analítico de Foucault? Nada mais é que, um fomento pelo funcionamento de uma *governamentalidade* no qual foi uma maneira de controle do Estado pela política biológica da população, isto é, a tecnologia governamental substituiu o principado em que este a todo custo segurava ou tentava segurar seu poder centralizador nas mãos do *Príncipe*. Ora, a nova arte de governar inaugura, indiscutivelmente, os efeitos econômicos no que se refere o excedente acumulo de homens. Em outras palavras, esta *governamentalidade* começa a olhar diferentemente pelo crescimento demográfico a partir do século XVIII, onde os mecanismos de poder se voltaram para um controle maciço em relação a população econômica em que as estimativas demográficas foram de fundamental importância para analisarem uma forma matematizável a quantidade de morte, a expectativa de vida, o modo pelo qual se faz a relação do crescimento da população entre também o crescimento de riquezas; daí, o interesse pela vida e pela manutenção da vida; ou seja, fazer, pois, uma *biopolítica* da população (FOUCAULT, 1980a, p.171 apud MAIA 2015, p. 62). Então, como funciona esta nova arte de governar que está presente em *Microfísica do poder*:

A arte de governar, tal como aparece em toda a literatura, deve responder essencialmente à seguinte questão: como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – no nível da gestão de um Estado? A introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo. E se foi assim no século XVI, também o será no século XVIII, como atesta o artigo Economia Política, de Rousseau, que diz basicamente: a palavra economia designa originariamente o sábio governo da casa para o bem da família. O problema, diz Rousseau, é como ele poderá ser introduzido, *mutatis mutandis*, na gestão geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atento quanto o pai de família (FOUCAULT, 2014d, p. 413).

A citação acima converge com o pensamento do século XVIII de Quesnay como mostra Foucault, que ele Quesnay fala de um governo econômico; no qual, aponta para uma maneira tautológica⁴⁸ que Foucault demarca. Assim, Foucault mostra que no fundo a arte de governar já se exerce, indubitavelmente, ao recurso referente em um modelo de economia. Usando outro

⁴⁸ Isto significa que todos os pressupostos econômicos levam a uma verdade no processo econômico.

recursos bibliográficos, nos diz Foucault, que o livro de Guillaume de La Perrière nos afirma da seguinte maneira: “Governo é uma correta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente” (QUESNAY apud FOUCAULT, *ibid.*, p. 414).

Todo este percurso interpretativo foucaultiano ao elucidar Quesnay se reveste a base da economia familiar; mas este modelo se transforma para a base da população. Daí, nos revela Foucault, que a mudança de modelo passa para o segmento em relação à população (FOUCAULT, *ibid.*, p. 424). Neste caso, de que forma o professor do *Collège de France* relaciona a população e o governo a partir da mudança do governo de família para o governo de população? Eis, pois, o que nos mostra Foucault:

A população aparecerá como o objetivo final do governo. Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde etc. E quais são os instrumentos que o governo utilizará para alcançar esses fins, que, em certo sentido, são imanentes à população? Campanhas através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma atividade os fluxos de população etc. A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente. Ante o governo, daquilo que ela quer e inconscientemente em relação àquilo que se quer que faça (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 425-426).

O que nós gostaríamos de mostrar na citação acima é pensar como a política do século XVIII conseguiu segundo Foucault moldar o sentido da *relação de poder* através do qual ocorreu uma medida imprevisível na nova arte de governar, na medida em que coloca à vida da população como uma espécie de objeto valoroso de modo que tem que ser preservado e trabalhado em suas últimas consequências a partir de uma *governamentalidade* na qual vai na contramão com ideia de uma Soberania que foi aos poucos mudando o roteiro de se investir na vida. Ora, esta nova *governamentalidade* investe na vida de forma tão precisa que entrou no cálculo econômico, de tal maneira que, o investimento não é no indivíduo, mas no corpo fundamental da população.

Usando outros recursos bibliográficos podemos dizer que André Duarte em seu artigo intitulado *Foucault e a governamentalidade* (2013) expõe que o conceito de *governamentalidade* é próprio do léxico do autor de *Vigiar e punir* (2010c); e, para Duarte a *governamentalidade* é compreendida por Foucault como um conjunto expressivo de técnicas de *governo* de tal forma que consiste no devido implemento de uma ação administrativa na qual se volta para o domínio fundamental do governo de população. Neste sentido, Duarte diz neste artigo intitulado *Foucault e a governamentalidade* que a terminologia usada pelo

professor do *Collège de France* designa em que a *governamentalidade* é, pois, “a atividade que consiste em reger a conduta dos homens em um contexto e por meio de instrumentos estatais” (FOUCAULT apud DUARTE, 2013, p, 53). Porém, esta definição é muito geral, e, isso, pode enfraquecer o argumento de Foucault, muito bem, queremos dizer que, não podemos entender a *governamentalidade* através de uma mera definição, já que Foucault a todo tempo escapa, ou tenta escapar da definição, por isso, é muito importante não se prender demasiadamente na definição, porque quando se trata do autor Foucault, tudo pode escapar, ele é uma espécie de “cigano” na literatura filosófica, política etc., isto é, não demarca um território fixo, ele joga com os termos, esclarece, refuta, ao mesmo tempo, cria e descreve, ao passo que executa um jogo conceitual. E por quê? Porque não tenta recorrer, por exemplo, a uma teoria geral sobre a *governamentalidade*, à maneira que foge de suas análises filosóficas e políticas discutir sob determinado assunto como se fosse uma verdade absoluta.

Diante deste contexto, vale ressaltar que, antes do século XVIII, a relação de um Estado com sua população se faz preferivelmente através de um pacto de segurança, e isto se efetua nos séculos XVI e XVII no qual o Estado por via de suas regras deve garantir o pacto territorial (BERT, 2013, pp. 137-138). Para isso, basta nós entendermos o contexto conceitual das respectivas obras *Do cidadão* e o *Leviatã* de Thomas Hobbes, ao passo que estas obras expõem como aconteceu o pacto social entre os cidadãos – a saber – a maneira pelo qual o homem transferiu seu direito natural em vista de um direito artificial criando, assim, um modelo jurídico de garantir a espécie humana à sobrevivência. Destarte, esta concepção foi criticada veemente por Foucault. Logo, depois de “abrir este parêntese”, gostaríamos de voltar a mencionar o objetivo da transformação do paradigma da fronteira, para que esta possa ser substituída por um novo “pacto” de segurança no que se refere à população. Então, como essa nova mentalidade *governamental* funciona:

Garantida contra tudo o que possa haver de incerteza, acidente, prejuízo, risco. Está doente? Você terá a Previdência social! Não tem trabalho? Terá um seguro desemprego! Sofreu um tsunami? Será criado um fundo de solidariedade! E quanto aos delinquentes? Vamos lhe garantir a ressocialização deles, uma boa vigilância policial (FOUCAULT, 1977, nº 213, p. 385 apud BERT, 2013, p. 138).

Perante esta citação, podemos, então, interpretar através de Bert que isto é uma forma de produção sociológica na qual poderia valer-se do recurso da noção de *governamentalidade* na medida em que nessa postura houve uma crise do Estado-Providência (CASTEL, 1995 apud BERT, loc. cit.); mas, também ocorreu a “evolução” dos objetos de amparo e seguridade social (EWALD, 1986 apud BERT, loc. cit.); no entanto, aconteceu as novas maneiras de exclusão e

de pobreza a partir desta nova *governamentalidade* (PROCACCI, 1993; ASTIER, 2007 apud BERT, loc. cit.) Indo mais além no contexto em questão, podemos dizer que, Bert identifica nesta *governamentalidade* foucaultiana as técnicas indispensáveis do exercício do poder pelo qual tais dispositivos se prevalecem da regulação dos processos vitais de que a população estivera nos objetivos de suas *genealogias* – isto é – daquilo que foi convencido de “social” (BERT, loc. cit.), ou melhor, de sociabilidade.

Para entendermos melhor este assunto do parágrafo anterior, é importante enfatizarmos que tal sociabilidade governamental se particulariza da seguinte forma:

Na mesma linha de raciocínio, mais importante que uma análise filosófica ou científica dos diferentes regimes políticos ou uma reflexão sociológica sobre os diferentes tipos de Estado era a análise genealógica das diferentes formas históricas e complementares de condução da população pois o que importava a Foucault era pensar o Estado a partir da noção de governo das coisas e das pessoas. Como afirmou Michel Senellart⁴⁹, a *governamentalidade* constitui uma ‘figura original do poder, articulando-o técnicas específicas de saber, de controle e de coerção’, as quais somente se tornaram possíveis segundo uma ‘racionalização, historicamente definida, das relações de poder’ (DUARTE, 2013, p. 56, *ossos grifos*).

Essa forma eminentemente das *relações de poder* estão presente nas estratégias de uma *governamentalidade* usual através da qual o uso devidamente de estratégias se configura no “sinônimo de um comprometimento livre dos indivíduos, a *governamentalidade* permite a Foucault reconhecer a liberdade do governado, insistindo no fato de que se trata menos do caso do poder, de agir sob pressão direta do que por uma estruturação específica do campo de ação dos indivíduos” (BERT, op. cit., p. 140).

Uma outra versão interpretativa propõe que a *governamentalidade* na qual o professor Foucault a compreende diz respeito tanto em sentido amplo quanto devidamente em sentido estrito (SILVEIRA, 2005, p. 92). O que isto quer dizer? Quer dizer que, o sentido estrito se configura na atividade do governo do qual se faz à relação da pessoa com ela mesma na medida em que se desenvolve a funcionalidade da ética para Foucault segundo Rafael da Silveira (2005). Pois bem, aqui tem algo capital, pois Foucault nos últimos Cursos proferido por ele no *Collège de France* como *O governo de si e dos outros* 1982-83 (2010a); *A coragem da verdade: O governo de si e dos outros II* 1983-84 (2011a), ele se voltou para a questão ética, além do mais, a obra *História da sexualidade III: o cuidado de si* (2014c) no qual antecipou os cursos mencionados do início da década de 80, Foucault já trabalhava na esfera da relação da ética do

⁴⁹ “SENELLART, M. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v.7 (1-2), out. 1995, p. 2” (DUARTE, *Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno*, 2013, p. 56).

si mesmo. Isto significa que, o professor do *Collège de France* elucida um tipo de *governamentalidade* que foi posta pelo governo do Ocidente de tal forma que este problema colocado por Silveira (2005); seja a questão em seu sentido estrito, pois bem, quando se trata dessa mentalidade *governamental*; por sua vez, a relação do paradigma do governo com as pessoas no qual Foucault denominou no sentido amplo de população, neste caso, tem como pano de fundo uma prática *governamental* que corresponde ao gerir eficientemente uma certa população, vigiando-o, portanto, tal população segundo seus traços normativos. Dessa forma, isto segue-se a partir de uma tecnologia do pensar, ou melhor, do próprio pensamento articulado a partir de uma tecnologia de racionalização. Ora, este grupo de pessoas se apresentam na medida em que o governo domina a partir de uma tecnologia política e, é bastante eficiente quando se trata do vigiar a população, este é pois, o foco fundamental da *governamentalidade* e do sentido amplo de sua eficiência no que se trata efetivamente de gerir a população (BURCHELL et al., 1991 apud SILVEIRA, 2005, p. 92). Então, em que implica esta modalidade no que se refere esta nova mentalidade *governamental* analisada por Foucault a partir do século XVIII?

Ela também diz respeito a como se governa. A sua característica fundamental é ser uma prática de soberania política que busca governar as pessoas, em conjuntos, ao mesmo tempo em que se preocupa como cada indivíduo, o que evidencia uma gestão que procura ser totalizante e individualizante (BUHELL et al., 1991 apud SILVEIRA, ibid., p. 93). Em sua discussão sobre a *governamentalidade*, como último tema de sua *analítica do poder*, Foucault reforça a análise de que um dos principais aspectos das cidades modernas é a existência de técnica de poder que observam, monitoram, moldam e controlam o comportamento das pessoas (SILVEIRA, loc. cit. *nossos grifos*).

Tendo em vista o comentário acima, podemos dizer que a obra *Vigiar e punir* (2010c) de 1975 já abria uma discussão e problematização, sabendo que, *O nascimento da prisão* na ótica de Foucault não é somente analisar uma forma de encarceramento, mas observar como a sociedade, ou melhor, em termos mais técnicos, a população deve ser controlada, monitorada, de tal maneira que não escape do controle do governo. Deste feito, como Foucault compreende a *governamentalidade*? Para entendermos melhor este conceito criado pelo autor de *Vigiar e punir* (2010c) eis uma longa citação em detalhes que marca o pensamento deste autor, tal perspectiva, encontra-se na obra *Microfísica do poder*:

- 1) O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2014d, p. 429).
- 2) A tendência que em todo Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre

todos os outros – soberania, disciplina etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes (FOUCAULT, loc. cit.).

- 3) O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco *governamentalizado* (FOUCAULT, loc. cit.).

Podemos entender que a raiz que se introduz a *governamentalidade* está no centro de sua acuidade crítica, onde Michel Foucault cria, inventa este conceito, e isso permite, ao mesmo fazer, pois, a história genealógica da *governamentalidade*. Em outras palavras, uma busca em desvendar a *relação de poder* que ela introduz na maneira pelo qual o Estado se prevalece para controlar à população. Ora, esta história da *governamentalidade* tem por objetivo fundamental gerir às relações de produções avançadas no sistema capitalista a partir de um liberalismo econômico. Neste sentido, o Estado somente conseguiu sobreviver graças as estas técnicas de governo que o próprio Estado quem a dita suas táticas de competições (FOUCAULT, *ibid.*, p. 430). Ora, é importante salientar que o Curso ministrado pelo filósofo francês no *Collège de France* intitulado *Nascimento da biopolítica* de 1978-79, seja uma pesquisa aprofundada sobre o funcionamento da *governamentalidade*. Isto vai aparecer em diversas aulas deste curso. Por exemplo, a Aula de 10 de Janeiro de 1979 vai aparecer tal questão no sentido de que existe na economia política um fundamento do princípio de limitação do Estado, ou seja, limitação da própria economia, isto pois, pode ser traduzida, como *governamentalidade*, ou como diz o próprio Foucault: razão *governamental*. Para entender melhor esta trama foucaultiana; tal questão subverte da seguinte forma: “la raison gouvernementale devra respecter ces limites dans la mesure où elle peut les calculer de son propre chef en fonction de ses objectifs et comme [le] meilleur moyen de les atteindre⁵⁰” (FOUCAULT, 2004b, p. 13). O que isto significa para Foucault? Significa uma prática *governamental* no qual vai ser estabelecido uma demarcação naquilo que é permitido fazer e aquilo, pois, que não se deve fazer; isso mostra muito bem como à prática *governamental* se instaura ao modo de traçar e estabelecer as regulações das diversas maneiras de se governar (FOUCAULT, loc. cit.). Neste caso, entendemos da seguinte maneira os últimos Cursos de Foucault como *Governo de si e dos outros* de 1982-83 (2010a) e o *Governo de si e dos outros II: Coragem da verdade* de 1983-84 (2011a) que moldura a relação de si do sujeito em relação com o outro, ou seja, uma prática *governamental* que estabelece uma limitação do *governo de si* em atividade relacional com o governo com os outros. Com efeito, o Curso de 1978-79 indica a posição em diversas partes do entender a

⁵⁰ “A razão governamental deverá respeitar esses limites na medida em que pode calculá-los por conta própria em função dos seus objetivos e como [o] melhor meio para alcançá-lo” (FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 16). Aqui usamos a tradução de Eduardo Brandão.

governamentalidade a partir da qual sua trama estar presente nas diversas formas na limitação de uma arte de governar, assim, podemos compreender nesta dissertação que tal Curso mostra, pois, a *governamentalidade* agindo em vários setores da sociedade; ao passo que, os Cursos de 1982-83 e 1983-84 são, portanto, como a *governamentalidade* pode funcionar em seu anagrama relacional – a saber – Foucault se modula, se reveste, se recria, se transforma em compreender agora a *governamentalidade* no fundamento de um *cuidado de si*, claro falando do sujeito⁵¹ da política que se limita em saber como o sujeito se governa e governa os outros. Em poucas palavras, uma investigação crítica a noção de subjetivação e das relações éticas.

Sob esses aspectos, gostaríamos de voltar a posicionar a *governamentalidade* no Curso de 1978-79 na medida em que Foucault entende o Estado no plural. Quer dizer, o autor do *Nascimento da biopolítica* (2004b) nos revela que o Estado é, sem dúvida, uma realidade que se projeta de um posto específico e descontínuo; na verdade o Estado é sempre um objetivo em construção, ou como nos relata o próprio Foucault “un objective à construire” (FOUCAULT, 2004b, p. 5). Com efeito, nesta pesquisa, nós gostaríamos de mencionar outra passagem fundamental na ótica do professor Catedrático do *Collège France* em que ele permitiu-nos escrever da seguinte maneira:

L'État, c'est à la fois ce qui existe, mais ce qui n'existe encore pas assez. Et la raison d'État, c'est précisément une pratique ou plutôt une rationalisation d'une pratique qui va se situer entre un État présente comme donné et un État présenté comme à construire et à bâtir. L'art de gouverner doit alors fixer ses règles et rationaliser ses manières de faire en se proposant en proposant en quelque sorte pour objectif de faire passer à être le devoir-être de l'État⁵² (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 5-6).

A citação acima nos revela que Foucault quer ponderar a trama de que se compôs o dever fazer do governo em relação de como se possibilita identificar o dever ser do Estado (FOUCAULT, *ibid.*, p. 6). Isto se refere no modo de que a razão de Estado se projeta e permite dizer também o *como* das várias possibilidades de se pensar segundo uma tecnologia de pensamento em virtude de mostrar de maneira calculada os objetivos duplos: intrínseco-extrínseco do Estado – isto é – de modo em fazê-lo passar de forma máxima à sua maneira de ser (FOUCAULT, *loc. cit.*). Então, nos diz Foucault que: o que seria governar dentro da perspectiva de uma razão de Estado? “Gouverner selon le principe de la raison d'État, c'est faire

⁵¹ Isto pode ser investigado no Curso de 1980 *A hermenêutica do Sujeito* do próprio Michel Foucault.

⁵² “O Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar. A arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-se ser do Estado e o tornar-se ser” (FOUCAULT, *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 6). Nesta passagem, novamente, a nossa pesquisa se apoiou na Tradução de Eduardo Brandão.

en sorte que l'État puisse être rendu solide et permanente, qu'il puisse être rendu riche, qu'il puisse être rendu fort en face de tout ce qui peut le détruire⁵³ (FOUCAULT, loc. cit.).

Por conseguinte, no Curso *Nascimento da biopolítica* e precisamente nas Aulas do Professor Foucault que vai de Janeiro a Abril de 1979, sem dúvida, existe aí uma análise ampla a respeito da *governamentalidade*, seja, portanto, na análise de uma *governamentalidade* liberal, que podemos entender como a inscrição do liberalismo precisamente entre o final do século XVIII, XIX, e até meados do século XX. Haja vista que, a *governamentalidade* neoliberal da segunda metade do século passado e do século presente se diferenciam nestes dois processos históricos. Pois bem, precisamos dizer que o próximo **item** é justamente o ensejo para que nós possamos compreender a *governamentalidade* no período do liberalismo. Dessa forma, a nossa investigação “traduziu” como *biopolítica* liberal na envoltura do *homo oeconomicus I*.

3. 2. **Biopolítica Liberal: *homo oeconomicus I*:**

Comprendemos que este **item** é em nossa pesquisa desafiador, pois é um dos pontos centrais desta dissertação. Isto é, analisar de uma maneira cuidadosa este “paradigma” no qual tal pesquisa se lançou em analisar a partir do Curso denominado *Nascimento da biopolítica* de 1978-79 – a saber – a transformação de uma *biopolítica* liberal para uma *biopolítica* neoliberal, pois bem, a primeira se moldura no liberalismo econômico, na medida em que este *homo oeconomicus* se configura como o parceiro da troca. Ademais, a *biopolítica* neoliberal, seu indicador principal é quando o sujeito econômico é o *empresário de si mesmo* de modo que a nossa investigação pondera como *homo oeconomicus II*. Entretanto, neste **item 3.2**, pretendemos, pois, pensar a *biopolítica* liberal a partir do *homo oeconomicus I*, que nada mais é que, o desenho, a escrita, do código fundamental do liberalismo econômico como o fundamento da funcionalidade da tecnologia da troca. Nesse caso, lançamos inicialmente as seguintes perguntas: o que é o liberalismo para Foucault? Qual a importância metodológica do *homo oeconomicus I* para esta nova *governamentalidade* liberal que se configura a partir do parceiro da troca? Como situar, então, a *biopolítica* liberal e entendê-la segundo a trama de uma troca livre, sem que o Estado em sua moldura clássica tome à postura da intervenção absolutista

⁵³ “Governar segundo o princípio da razão de Estado é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que pode destruí-lo” (FOUCAULT, *Curso no Collège France: Nascimento da Biopolítica*, 2008a, p. 6). Usamos novamente a tradução de Eduardo Brandão.

na economia? Tudo isso, tal investigação tomará como exemplo a “estrutura”, o “modelo” da composição escrita no Foucault que se lança a compreender a noção de *biopolítica* liberal. Por conseguinte, qual seria a problematização na qual Foucault escapa a respeito do liberalismo?

Na teoria clássica a respeito do liberalismo, tínhamos de modo geral, as seguintes propostas:

- A) O liberalismo é uma doutrina política. Como uma doutrina política o liberalismo não é neutro em relação aos fins que o homem pretende alcançar; pressupõe que a imensa maioria das pessoas prefere a abundância à pobreza. Procura mostrar qual o melhor meio de atingir esse objetivo. O liberalismo, portanto, é uma doutrina voltada para a melhoria das condições materiais do gênero humano. Seu propósito é reduzir a pobreza e a miséria, e o meio que propõe para que esse objetivo seja atingido é a liberdade. O pensamento econômico e a experiência histórica não conseguiram, até hoje, sugerir um outro sistema social que seja tão benéfico para as massas quanto o liberalismo (STEWART, 1995, p.71).
- B) Liberalismo é liberdade econômica, é liberdade de iniciativa, entendidas como o direito de entrada no mercado para produzir os bens e serviços que os consumidores, os usuários, desejam. É a liberdade de contrato representada pelo estabelecimento de preços, salários e juros sem restrições de qualquer natureza. É a aventura e o risco de alguém só ser bem-sucedido se produzir algo melhor e mais barato (STEWART, *ibid.*, p. 73).

Depois de nossa pesquisa elucidar essas duas referências equivalentes a posição sobre o liberalismo, gostaríamos de dizer que, é justamente esse modo de interpretação que Foucault vai se “rebelar” a respeito do liberalismo, pensamos que o filósofo francês não considera o liberalismo como um efeito peculiar ao equivalente a uma teoria geral, universal, no qual se reveste na aplicação de uma teoria unívoca e satisfatória de modo como se apresenta uma teoria absolutista no sentido filosófico-clássico do termo. Ora, o melhor efeito para Foucault é naturalmente pensar o liberalismo como um modo de operação crítica, de uma nova arte de pensar, de tal modo que, atravessa os indivíduos nas sociedades que operam segundo este tipo de *governamentalidade* que se volta para o controle dos indivíduos. Tal perspectiva aparece no Curso o *Nascimento da biopolítica* ministrado por Michel Foucault no *Collège de France* 1978-79 “dans les circuits économiques, de sorte que la limitation de son pouvoir ne sera pas donnée par le respect de la liberté des individus, mais simplement par l’évidence, il ne se limite pas par la liberté des individus⁵⁴” (FOUCAULT, 2004b, p. 63).

⁵⁴ “(...) nos circuitos econômicos, de modo que a limitação do seu poder não seja dado pelo respeito à liberdade dos indivíduos, mas simplesmente pela evidência da análise econômica que ele saberá respeitar. Ele se limita pela evidência, não se limita pela liberdade dos indivíduos” (FOUCAULT, Curso no *Collège de France: Nascimento da Biopolítica*, 2008a, p. 84). Usamos, novamente, a tradução de Eduardo Brandão.

Com efeito, é importante destacar também que o Estado no sistema liberal não fica ausente no setor da economia política, mas corresponde na análise de seus efeitos, isto é, a economia política não quer saber se a arrecadação dos impostos são legítimos ou ilegítimos, porém, quer saber por via das regras o que vai acontecer com estas arrecadações (FOUCAULT, 2004b, p. 19). Isto é importante para Foucault porque aí indica que a economia se propõe em analisar como o Estado é capaz de enriquecer; neste sentido, podemos evocar na compreensão do próprio Foucault que o mesmo nos enfatiza que a noção de economia política foi, pois, aquela que centralizou e a que possibilitou, indubitavelmente, assegurar, pois, a autolimitação da razão *governamental* a partir de técnicas de governo de maneira precisa. (FOUCAULT, loc. cit.). Quer dizer, esta economia política tomou como objetivo o enriquecimento do Estado. E para quê? Para que se possa articular, intervir, ajustar, crescer simultaneamente; e isso, somente foi possível a partir da concorrência entre os Estados (FOUCAULT, loc. cit.). A nosso ver, esta concorrência permitiu os Estados, claro, principalmente os Estados situados no continente europeu que foram “obrigados” a sentenciarem tais parcerias, isto é, a troca.

No fundo a economia política segundo o autor do Curso *Nascimento da biopolítica* se propõe claramente em manter e manusear um equilíbrio vital entre os Estados (FOUCAULT, loc. cit.). E, por quê? Na verdade, para que haja a livre concorrência. Ora, a troca é tão fundamental no Estado de economia política liberal, pois um Estado parceiro do outro precisa de riqueza, precisa de produtos para vender para outros Estados. Um Estado rico, e outro pobre, isto equivaleria que, a parceria seria desequilibrada, neste caso, o Estado sem produtos para ser lançados no mercado da troca não se põe como bom parceiro. Daí, a importância de uma estratégia de que se pode contornar uma política econômica através da qual se possa estabelecer uma arte de governar levando em consideração as *relações de poder* entre os parceiros. Neste caso, a nossa pesquisa entende que para Foucault foi justamente esta *governamentalidade* em que os Estados, o governo, e a economia tomaram como ponto crucial para garantir o equilíbrio entre os Estados.

La nature n'est pas pour l'économie politique une région réservée et originaire sur laquelle l'exercice du pouvoir ne devrait pas avoir prise, sauf à être illégitime. La nature, c'est quelque chose qui court sous, à travers, dans l'exercice même de la gouvernementalité. C'en est, si vous voulez, l'hypoderme indispensable. C'est l'autre face de quelque chose dont la face visible, visible pour les gouvernants, eh bien, c'est leur propre action. Leur propre action a um dessous ou plutôt elle a une autre face et cette autre face de la gouvernementalité, eh bien, c'est cela précisément qu'étudie dans as necessite propre l' economie politique. Non pas arrière-fond, mais corrélatif perpétuel. C'est ainsi, par exemple, que c'est une loi de nature, expliqueront les économistes, que la population, par exemple, se déplace vers les salaires les plus élevés; c'est une loi de nature que tal tarif douanier protecteur des hauts prix de

subsistance, entraîne fatalement quelque chose comme une disette⁵⁵. (FOUCAULT, *ibid.*, p. 18).

Nesta citação, a nossa pesquisa quer mostrar justamente que tem várias referências capitais no que tange à natureza da *biopolítica* liberal. Digamos que, a primeira referência situa-se na prática do exercício *governamental* de gerenciar a economia dentro de um mercado de troca em que expressa à margem para a subsistência de um capital no qual funciona o máximo possível de sua economia, mas também controlar o máximo possível desta população que serve ao capital; de modo que, ela deve ser administrada, e que possa servir para o bom funcionamento da economia, para isso, é importante frisar que a mão de obra é o eixo principal que movimenta o mercado, sem esquecer que os produtos que circulam são os objetos de equilíbrio de que se garante o funcionamento eficiente do mercado. Outro passo importante que materializa a *biopolítica liberal* é justamente a preocupação dessa *governamentalidade* de pensar a longevidade da *bio* (vida). E por que isso é importante? Para que esta mão de obra execute por um longo tempo, o seu melhor, um tempo maior de trabalho para somar na lista dos produtos lançados no mercado e, por conseguinte, equilibrar a economia. Com efeito, imaginamos que o outro momento importante é a troca. O trabalhador vende seu trabalho para garantir ao mesmo tempo um bom funcionamento do mercado, este com seus aquecimentos, suas formas de circulação da mercadoria etc., mas, antes de tudo, o trabalhador tem uma recompensa, seu salário aumenta na medida em que produz mais, na medida em que troca mais. Por conseguinte, temos aí, um modo ‘inconsciente’ dos trabalhadores em relação à troca, pois, é importante salientar que a *governamentalidade* apenas geriu uma população selecionada, quando esta foi capaz de servir em massa para economia política, onde à vida se tornou o ponto de cruzamento entre a política e o mercado, citamos, então, o liberalismo; somente neste sentido que a *biopolítica* deu importância para a vida da população, devido possibilitar que o trabalhador seja o elemento principal para compor o mercado da troca, é nesse sentido que os Estados devem ser equilibrados, é nesse sentido que a concorrência é importante, é nesse sentido que os produtos lançados no mercado devem ser consumidos, é nesse sentido que o bom

⁵⁵ “A natureza não é para, para a economia política, uma região reservada e originária sobre a qual o exercício do poder não deveria ter influência, a não ser ilegítima. A natureza é algo que corre sob, através, no próprio exercício da *governamentalidade*. Ela é, por assim dizer, sua hipoderme indispensável. É a outra face de algo cuja face visível, visível para os governantes, é a própria ação destes. A própria ação destes tem uma camada subjacente, ou melhor, tem outra face, e essa outra face é a *governamentalidade*. Pois bem, é precisamente isso que a economia política estuda em sua necessidade própria. Não um fundo, mas sim um correlato perpétuo. Assim, por exemplo, é uma lei de natureza, explicarão os economistas, a de que a população, por exemplo, se desloca para salários mais elevados; é uma lei de natureza a de que uma tarifa aduaneira protetora dos altos preços dos meios de subsistência acarreta fatalmente algo como a escassez alimentar (FOUCAULT, *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 22). Aqui nesta passagem usamos a tradução de Eduardo Brandão.

funcionamento biológico do trabalhador se torna a peça fundamental para ser compreendido o estigma do liberalismo a partir da nova racionalização do Estado moderno, como possivelmente uma estratégia, como um modelo de pensar a economia política através dos mínimos detalhes e também em suas múltiplas facetas. Foi, por isso, que a população apareceu como peça principal segundo Foucault para compor, por conseguinte, esta técnica de pensamento *governamental* que se estendeu no século XVIII, mas, principalmente após a segunda metade do século XIX até meados do século XX.

Dentro desse quadro, de análise, de racionalidade, de cálculo, da arte de governar, que Foucault prepara na nossa concepção a relação entre *biopolítica* e liberalismo. Pois bem, para o filósofo, o liberalismo se configura na medida em que existe aí uma autolimitação da razão governamental, de tal maneira que o governo impõe à seguinte perspectiva: “‘aceito, quero, projeto, calculo e que não deve mexer em nada disso?’ Pois bem, acho que é isso que se chama, em linhas gerais, ‘liberalismo⁵⁶’” (FOUCAULT, 2008a, p. 28). E, Foucault nos revela ainda mais sobre esta questão, e ele nos diz: “por conseguinte, é a partir daí que algo como a *biopolítica* só poderá se formar (...), quando se compreende o regime geral dessa razão *governamental* de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão da verdade” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 30, *nossos grifos*). Então, o que isto quer dizer? Quer dizer que a verdade se projeta para Foucault na verdade econômica, uma vez que, sejam estas às modalidades do mercado de troca, na medida em que este “regime” propõe no interior da razão *governamental* sem fazer uma autocrítica deste mercado, a saber, do modo que não se questiona. Neste sentido, o liberalismo se confere na medida em que não questiona seus fundamentos (FOUCAULT, *loc. cit.*). Por fim, o autor dos Cursos do *Collège de France* nos diz que: “só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a *biopolítica*” (FOUCAULT, *loc. cit.*). Desse feito, é importante mencionar que Foucault dar um salto no que se refere ao liberalismo em seu modo geral, e descreve o filósofo seu ponto particular de pesquisa, pois ele vai falar do liberalismo alemão da metade do século XX, por fim ele nos revela que: “(...) digamos mais exatamente, o liberalismo – é uma palavra que nos vem da Alemanha” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 31).

⁵⁶ Para o leitor assíduo de Foucault existe uma longa citação do que o filósofo francês compreende acerca do liberalismo que estão presente nas páginas 28, 29 e 30 referente ao curso *Nascimento da biopolítica* de 1978-79 que é, pois, o documento principal de nossa pesquisa (FOUCAULT, 2008).

Todo este modo de pensar o liberalismo, Foucault foi capaz de pensar o liberalismo não como uma teoria política, como ciência econômica, mas como um modo de pensar, um modo de racionalizar, um modo de questionar intermitentemente este tal “regime”. Daí, a inversão no sentido clássico de que se faz os teóricos na correspondência centrada no “princípio geral da lei” (DUARTE, 2013, p. 63). Longe de ser um filósofo da dedução, Foucault se preocupou em pensar seu presente, mas também de ir ao passado para poder reescrever sua história, claro, se tratando da mecânica do liberalismo a partir do século XVIII. Disso decorre, em linhas gerais, que segundo André Duarte, Foucault “em vez de considerar o liberalismo como uma doutrina fechada e coerente, dotada de metas e meios bem definidos, o entendeu como uma prática e uma ‘reflexão crítica’ sobre o *governo*” (DUARTE, loc. cit., *nosso grifo*). Seguindo a linha de raciocínio de André Duarte (2013), Foucault analisou as várias possibilidades pragmáticas em que constitui a funcionalidade do liberalismo, de sorte que, a multiplicidade dos mecanismos e suas “gêneses” heterogêneas correspondem funcionalmente a tais fatores: políticos, o setor econômico, a *relação de poder* judiciária que dentro dessa nova arte de governo não foi mais possível contornar como soberana, mas sim reajustar seus conceitos à maneira da nova lógica *governamental* do mercado. Tudo isso teve um objetivo fundamental, porque o Estado moderno junto com a sociedade conduziu-se da seguinte forma: “se apoiar sobre tal teoria econômica ou se referir a tal sistema jurídico sem qualquer liame necessário e unívoco” (FOUCAULT, *Dits et écrits*, v. III, p. 822 apud DUARTE, loc. cit.). Tal maneira particular de pensar estas prolongadas operações em relação às práticas governamentais se justificam no pensamento foucaultiano a partir da sua *analítica do poder*.

Das práticas complexas e múltiplas de uma ‘*governamentalidade*’ que supõe, de um lado, formas racionais, procedimentos técnicos, instrumentos através dos quais ela se exerce e, de outro lado, jogos estratégicos que tornam instáveis e reversíveis as relações de poder que elas devem assegurar (FOUCAULT, *Dits et écrits*, v. IV, p. 582 apud DUARTE, loc. cit.).

Podemos talvez esclarecer que Foucault não pretende elaborar uma definição completa sobre o liberalismo, porém, ele compreendia de tal forma que usando uma tecnologia de pensamento, uma tecnologia racional, os procedimentos econômicos e possivelmente os comportamentos humanos seriam direcionados a partir de uma administração estatal, ou melhor, institucional do qual se voltaria para o controle da população (DUARTE, *ibid.*, p. 62). Dessa feita, o liberalismo para o autor de *Vigiar e punir* segundo André Duarte, se configura nas tecnologias de *governo* em que leva em consideração os movimentos econômicos de que se pautam a sociedade, esta constatação, apenas, foi, pois, possível na medida em que ocorreu uma relação simultaneamente diante da correspondência intrínseca e extrínseca com o

governo estatal – a saber – o Estado; para que possamos entender este movimento entre as técnicas do Estado perante a sociedade civil não foi lançado uma teoria abstrata (DUARTE, loc. cit.), mas como diz o próprio Foucault:

Se de fato colocarmos a questão do poder em termos de *relações de poder*, se admitirmos que há relações de ‘*governamentalidade*’ entre indivíduos, numa multidão, se admitirmos uma trama bastante complexa de relações, então as grandes formas de poder no sentido estrito do termo – poder político, poder ideológico etc. – são relações necessariamente desse tipo, ou seja, são relações de *governo*, de condução, que podem se estabelecer entre os homens. E se não há certo tipo de relações como aqueles, então não pode haver certos outros tipos de grandes estruturas políticas. De maneira geral, a democracia, se a tomamos como forma política, não pode existir de fato senão na medida em que existem, no nível dos indivíduos, das famílias, do cotidiano, se se quer, relações governamentais, certo tipo de *relações de poder* que se produzem. É por isso que uma democracia não pode existir em qualquer lugar. [...] Dito isso, não nego em absoluto a heterogeneidade daquilo que se poderia chamar de diferentes instituições de *governo*. Quero dizer que não podemos localizá-las simplesmente nos aparelhos de Estado ou derivá-las totalmente do Estado, quero dizer que a questão é muito mais complexa (FOUCAULT, *Dits et écrits*, v. IV, p. 751-752 apud DUARTE, *ibid.*, pp. 62-63).

Então, é neste modo de pensar foucaultiano a respeito das técnicas de *governo* que os indivíduos formando uma população econômica, o capital liberal se moldura no *homo oeconomicus I* a partir de uma tecnologia em que projeta as *relações de poder* no qual é, pois, garantido a administração da sociedade em que esta tece os mecanismo de lucro no liberalismo, nas quais a regulação econômica se faz na medida em que o governo leva em consideração seus próprios objetivos, de modo que é um controle maciço de entrada e saída, seja da economia, seja da população, seja da regulação da própria tecnologia de *governo* dos Estados. Por conseguinte, é importante enfatizar que o Estado moderno visa seus próprios interesses, reluz seu próprio olhar no que tange seu bom funcionamento perante o esboço de uma nova técnica econômica que se comporta como o lugar da verdade. Assim, podemos dizer que o liberalismo é a possibilidade do lugar da verdade.

Com efeito, é importantíssimo ressaltar que o liberalismo para Foucault precisou se instaurar à custa de uma *verificação*. O que isto quer dizer? Ora, para que a nossa pesquisa elucidie essa questão faremos um longo comentário no que se refere o valor de verdade no mercado em que a troca é fundamentalmente o lugar principal para esta devida problematização no que se trata da formação do mercado referente a uma *biopolítica* liberal. Destarte, no parágrafo posterior faremos uma descrição de como o mercado passou de uma análise da jurisdição para a análise da verificação.

Pois bem, na Aula de 17 de Janeiro de 1979 no Curso intitulado *Nascimento da biopolítica* (2008a) ministrado por Michel Foucault no *Collège de France* ele nos revela que à

prática *governamental* do século XVIII se deu a partir de uma transformação, existiu aí uma quebra de paradigma. E, por quê? Foi porque durante a Idade Média e os séculos XVI e XVII o mercado funcionava perante o modelo de justiça. E diz Foucault? “O lugar de justiça em que sentido”? Para o filósofo francês, ele evoca que essa justiça está pautada em vários sentidos. Todavia, não mencionaremos todos. Porém, chama-nos atenção que o lugar na qual haja uma regulamentação dos produtos são o ponto fulcral desses objetos que dão partida para o funcionamento do mercado, porém, vale evocar que, a regulamentação se reporta na medida em que é interessante saber a origem dos produtos, o custo da fabricação, quanto é justo o seu preço, o lucro que ele vai dar a partir de sua venda, tudo isso deve ser estimado, qual deve ser o procedimento das vendas, a quantidade de produtos que devem circular para que não haja produtos superiores em que “cai” o seu custo, ou seja, pensar o preço justo, em outras palavras, a verdade dos preços na pauta da jurisdição (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 42-43). Ora, o que Foucault formula aqui é justamente que os produtos não deveriam ser saqueados, roubados, logo, a regulamentação ocorria em assegurar a ausência da fraude; neste caso, segundo Foucault, o regime de regulamentação se configurava ao passo que o mercado funcionassem a partir da justiça (FOUCAULT, *ibid.*, p. 43), haja vista que “um lugar em que devia aparecer na troca e se formular nos preços algo que era a justiça. Digamos que o mercado era um lugar de jurisdição” (FOUCAULT, *loc. cit.*). No entanto, Foucault chama atenção que no liberalismo da metade do século XVIII o mercado não é mais o lugar da jurisdição. Então, de que modo isso ocorreu?

A partir do momento em que apareceu no liberalismo a obediência dos mecanismos naturais, quer dizer, segundo Foucault os mecanismo espontâneos se petrificam no *slogan* do “preço normal”, isto é, “será um certo preço que vai oscilar em torno do valor do produto” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 44). E, agora o lugar da verdade tem um ponto chave nesta transformação. Primeiramente, vale ressaltar que, o professor do *Collège de France* nos revela que o trame da relação de *preço-valor* é a garantia em que o mercado irá se fundamentar na revelação da verdade. Então, de que maneira isso foi possível?

Não, é claro, que os preços sejam, em sentido estrito, verdadeiros, que haja preços verdadeiros e preços falsos, não é isso. Mas o que se descobre nesse momento, ao mesmo tempo na prática governamental e na reflexão dessa prática governamental, é que os preços, na medida em que são conformes aos mecanismos naturais do mercado, vão constituir um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 44-45).

A chave dessa questão, confere justamente para Foucault na possibilidade do qual a *governamentalidade* tramita no espaço de que se tem no preço natural em que o mercado em

seu funcionamento foi, pois, capaz de determinar, de lançar, de expor, de tal forma que entra a permissão do governo em ditar quais são os mecanismos que determinam a falsificação ou a verificação deste preço natural. Aqui está um momento presente da prática *governamental* que marca a nossa compreensão no sentido de que existe na elaboração da *biopolítica* liberal, na medida em que, a troca é a *pedra angular* de sua funcionalidade. Para isso, deixaremos o próprio Foucault se expressar a partir do Curso o *Nascimento da biopolítica* de 1978-79 o valor que tem à *governamentalidade* no liberalismo, de tal modo que, este novo modelo de formação de mercado que se instaurou a partir da segunda metade do século XVIII como lugar de verificação. Portanto, para que possamos entender melhor tal questão, eis a citação:

Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer, um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental⁵⁷. Por conseguinte, o mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja simplesmente um governo que funciona com base na justiça. O mercado que vai fazer com que o bom governo já não seja um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. Portanto, em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar, a economia política não teve seu papel privilegiado ao fato de que ditaria ao governo um bom tipo de conduta. A economia política foi importante, inclusive em sua formulação teórica, na medida em que (somente na medida, mas é uma medida evidentemente considerável) indicou onde o governo devia buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental (FOUCAULT, loc. cit.).

Para que se possa compreender a argumentação de Foucault acima, é importante dizer que ocorreu uma transformação dentro do liberalismo de mercado que foi justamente quando o mercado passou de sua correspondência jurisdicional para um mercado veridicional. Neste caso, segundo Foucault o mercado tem o poder-saber de ditar a verdade quando se trata da relação sobre à prática governamental; pois bem, segundo o autor de *Hermenêutica do sujeito* (2010) isso vai permitir pensar que o papel de verificação na qual vai comandar de uma forma secundária os mecanismo da *relação de poder* no patamar da *governamentalidade* do mercado; dessa forma, tal verificação tem por importância: ditar, prescrever, organizar, calcular, quais são os procedimentos jurisdicionais ou até “eliminá-los⁵⁸” ao ponto de mostrar quais são os meios

⁵⁷ “Sobre essa nova definição do mercado como lugar de verificação ou de verdade dos preços, cf por exemplo [E. Bonnot de] Condillac, *Le Commerce et le Gouvernement consideres relativement l’un à autre*, Amsterdam-Paris, Jombert & Cellot, 1776, parte I, cap. IV, ‘Des marches ou des lieux où se rendent ceux qui ont besoin de faire des échanges’; ver em particular p. 23, ed. De 1795 (reimpr. Paris-Genebra, Slatkine, 1980: ‘[...] os preços só podem ser regulados nos mercados, porque é somente lá que os cidadãos reunidos podem, comparando o interesse que têm de trocar, jogar o valor das coisas relativamente às suas necessidades. Só podem ser regulados lá, porque é só nos mercados que todas as coisas a troca se põem em evidências: é só nos mercados que se pode julgar a relação de abundância ou de escassez que elas têm umas com as outras; relação que determina seu preço respectivo” (FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 67).

⁵⁸ Pois bem, seria melhor falar aqui em uma jurisdição mínima, isto é, onde a jurisdição iria operar em alguns trames da nova arte de governar.

que deverá se articular (FOUCAULT, loc. cit.). Dentro deste modelo, o mercado em que corresponde à metade do século XVIII, é, indubitavelmente, o lugar de verificação no setor político e econômico, e o professor do *Collège de France* nos relata esta funcionalidade do mercado da seguinte maneira:

Na verdade, para compreender como o mercado, na sua realidade, tornou-se para a prática governamental um lugar de verificação seria necessário estabelecer o que eu chamaria de uma relação poligonal ou poliédrica, como vocês preferirem, entre certa situação monetária, que era a do século XVIII, com, de um lado, um novo afluxo, de ouro e, [de outro], uma relativa constância das moedas, um crescimento econômico e demográfico contínuo na mesma época, uma intensificação da produção agrícola, o acesso à prática governamental de certo número de técnicos portadores, ao mesmo tempo, de métodos e de instrumentos de reflexão e, enfim, a conformação teórica de um certo número de problemas econômicos (FOUCAULT, *ibid.*, p. 46).

Aqui nesta passagem tem um ponto chave no que se refere as pretensões do liberalismo europeu que seria, pois, a *genealogia* da história do poder público. Quer dizer, uma *micro-história* do liberalismo econômico no qual está diretamente relacionado com a noção de *governamentalidade*, eis que surgiu um problema! Com efeito, isto cria um problema de utilidade entre o indivíduo e o coletivo, para resolver este problema a nova *governamentalidade* teve por objetivo limitar os critérios dos limites do setor público – a saber – os limites do direito público; em outras palavras, da formação no espaço particular de um direito público e em consequência pensar o problema do direito administrativo, isso foi importante porque colocou a partir do século XIX os problemas do direito, claro, na medida em que o mercado ganha força em suas modalidades naturais e espontâneas (FOUCAULT, *ibid.*, p. 60). Portanto, o que podemos refletir nesta situação é no sentido de que quando no século XVI e XVII o liberalismo ocidental precisamente o europeu girava em torno da jurisdição, o que isso quer dizer? Quer dizer, que os produtos do mercado necessitavam se adaptar ou estar submetidos aos limites do que se impunha o direito, porém, a partir da metade do século XVIII a jurisdição não impõe mais suas regras e os produtos do mercado vão se adaptando conforme às aplicações do mercado, na verdade, pensamos que, a jurisdição não desaparece, mas perante os direitos naturais dos produtos do mercado se torna frágil, em outras palavras, dança conforme toca a música do mercado de troca, de sorte que, a jurisdição precisava criar constantemente leis que estivesse em consonância com os produtos do mercado, isso somente foi possível na medida em que o mercado elevou a cota da tecnologia da verdade, ou seja, da tecnologia da verificação. Dessa forma, precisamos emitir uma argumentação de fundamental importância do próprio professor Foucault que resume muito bem tais questões. Para isso, usaremos novamente o Curso *Nascimento da biopolítica* no original para compreendermos melhor essa nova ancoragem da razão *governamental*: eis a citação:

Alors, à partir de là, je voudrais faire une remarque. À propos du marché, tout à l'heure, on avait trouvé qu'un des points d'ancrage de la nouvelle raison gouvernementale, c'était donc le marché, le marché entendu comme mécanisme des échanges et lieu de véridiction quanta au rapport de la valeur et du prix. Maintenant, on trouve un second point d'ancrage de la nouvelle raison gouvernementale. Ce point d'ancrage, c'est l'élaboration de la puissance publique et la mesure de ses interventions indexées sur le principe d'utilité. Échange du côté dum arché, utilité. Valeur d'échange et véridiction spontanée des processus économiques, mesures d'utilité et juridiction interne des actes de la puissance publique. Échange pour les richesses, utilité pour la puissance publique: voilà comment la raison gouvernementale articule les principes fondamentaux de son autolimitation. Échange d'un côté, utilité de l'autre avec, vous le voyez bien sûr, pour recouvrir le tout ou comme catégorie générale pour penser tout cela – et l'échange qu'il faut respecter dans le marché puisque celle-ci ne doit s'exercer que là ou ele est positivement utilité, c'est bien, la catégorie générale qui va recouvrir et l'échange et l'utilité, c'est bien entendu l'intérêt, puisque c'est l'intérêt qui est principe de l'échange et l'intérêt qui est critère d'utilité⁵⁹ (FOUCAULT, 2004b, p. 45-46).

Esta citação abre possibilidades na medida em que se remete aos vários questionamentos nos quais preferimos fazer uma interpretação levando em consideração às margens do pensamento de Foucault. Então, são muitos aspectos que devem ser problematizados na citação acima, porém, não é nosso objetivo capital de problematizá-lo todos. Primeiramente, gostaríamos de problematizar o sentido da troca em relação ao capital liberal. Ora, compreendemos que na *biopolítica* liberal a troca tornar-se o fundamento principal que movimenta o capital, ou seja, existe aí uma evidencia a respeito da tecnologia da troca. Em que consiste isso? Pois bem, Foucault menciona a troca como princípio da utilidade no liberalismo, no entanto, nós mostramos, justamente, que a troca é uma tecnologia de utilidades, pois ela dar partida para a verdade dos preços lançados no mercado. Neste caso, a *governamentalidade* da tecnologia da troca garante a autorregulação do mercado, ou para o próprio Foucault o princípio de autolimitação que se baseia fundamentalmente no interesse.

Sob este aspecto, a tecnologia *governamental* da troca implica no interesse do governo, no interesse que o capital gerencia à riqueza, e, tal interesse vai se traduzir no corpo da

⁵⁹ “Então, a partir daí, gostaria de fazer uma observação. A propósito do mercado, havíamos visto há pouco que um dos pontos de ancoragem da nova razão governamental era o mercado, o mercado entendido como mecanismo das trocas e lugar da veridição no que concerne à relação valor/preço. Agora encontramos um segundo ponto de ancoragem da nova razão governamental. Esse ponto de ancoragem é a elaboração do poder público e a medida das suas intervenções indexadas ao princípio de utilidade. Troca, do lado do mercado – utilidade, do lado do poder público. Valor de troca e veridição espontânea dos processos econômicos, medidas de utilidade e jurisdição interna dos atos do poder público. Troca para as riquezas, utilidade para o poder público: eis como a razão governamental articula os princípios fundamentais da sua autolimitação. Troca de um lado, utilidade do outro, tendo, como vocês certamente vêem, para abranger tudo ou como categoria geral para pensar tudo isso – tanto a troca que se deve respeitar no mercado, já que o mercado é veridição, [como] a utilidade para limitar o poder público, já que este só deve se exercer onde é positiva e precisamente útil –, pois bem, a categoria geral que vai abranger a troca e a utilidade é, bem entendido, o interesse, já que o interesse é que é o princípio da troca e o critério da utilidade” (FOUCAULT, 2008a., pp. 60-61). Usamos a tradução de Eduardo Brandão.

população, porém, podemos até falar em interesses individuais porque tudo isso vai implicar em um interesse maior, isto é, o coletivo, do qual o alvo principal é a *governamentalidade biopolítica*, então, “(...) l'utilité sociale et le profit économique, entre l'équilibre du marché et le régime de la puissance publique, c'est un jeu complexe entre droits fondamentaux et indépendance des gouvernés⁶⁰” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 46). Ora, isso pois, justifica muito bem que a *governamentalidade* liberal é algo que manipula interesse na qual a tecnologia da troca é a “espinha dorsal” que marca o interesse dessa nova arte *governamental*; enfim, isso petrifica a estimulação pela riqueza, pelo equilíbrio do mercado, pelo interesse da excelente funcionalidade do corpo da população na qual a *biopolítica* age de forma racionalizada nesses fenômenos políticos e econômicos referentes às táticas de *governamentos*. Então, para que possamos compreender esta noção da tecnologia da troca em virtude das técnicas de governo, eis o que nos mostra Foucault:

Le gouvernement dans son nouveau régime, c'est au fond quelque chose qui n'a plus à s'exercer sur des sujets et sur des choses assujetties à travers ces sujets. Le gouvernement va s'exercer maintenant sur ce qu'on pourrait appeler la république phénoménale des intérêts. Question fondamentale du libéralisme: quelle est la valeur d'utilité du gouvernement et toutes les actions du gouvernement dans une société où c'est l'échange qui détermine la vraie valeur des choses? Eh bien, je crois que c'est là que se posent les questions fondamentales du gouvernement, le problème étant de savoir si toutes les formes politiques, économiques, etc., que l'on a voulu opposer au libéralisme peuvent effectivement échapper à cette question et à la formulation de cette question de l'utilité d'un gouvernement dans un régime où c'est l'échange qui détermine la valeur des choses⁶¹ (2004b, *loc. cit.*).

Destarte, a nossa pesquisa usou particularmente o Curso proferido por Michel Foucault *Nascimento da biopolítica* de 1978-79. Antes de mais nada, pretendemos agora elucidar e relacionar outro Curso ministrado por Foucault no *Collège de France* que é o Curso *Segurança, território e população* de (1977-78) na qual este Curso mostra muito bem a articulação do filósofo francês com esta ideia da economia política e da postura no sentido do objeto da

⁶⁰ “A utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre os direitos fundamentais e independência dos governados” (FOUCAULT, M. *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 61) Novamente usamos a tradução de Eduardo Brandão.

⁶¹ “O governo em seu novo regime é, no fundo, uma coisa que já não tem de ser exercida sobre sujeitos e sobre coisas sujeitadas através desses sujeitos. O governo vai se exercer sobre o que poderíamos chamar de república fenomenal dos interesses. Questão fundamental do liberalismo: qual o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas. Pois bem, creio que é aí que se colocam as questões fundamentais do liberalismo. Foi aí que o liberalismo colocou a questão fundamental do governo, e o problema está em saber se todas as formas políticas, econômicas, etc. que se quis opor ao liberalismo podem efetivamente escapar dessa questão e da formulação dessa questão da utilidade de um governo num regime em que a troca é que determina o valor das coisas” (FOUCAULT, M. *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, 2008a, pp. 63-64). Esta tradução é de Eduardo Brandão.

riqueza. Então, como isso funcionou segundo Foucault a partir dos anos 50 do século XVIII neste Curso de 1977-78?

Creio ser possível mostrar facilmente que o que aconteceu então e que deu ensejo aos grandes editos ou ‘declarações’ dos anos 1754-1764, o que aconteceu então foi, na realidade, talvez através e graças ao intermédio, ao apoio dos fisiocratas e da sua teoria, foi na verdade toda uma mudança, ou melhor, uma fase de uma grande mudança nas técnicas de governo e um dos elementos dessa instauração do que chamarei de dispositivo de segurança. Em outras palavras, vocês podem ler o princípio da livre circulação dos cereais seja como a consequência de um campo teórico, seja como um episódio na mutação das tecnologias de poder e como um episódio na mutação das tecnologias de poder e como um episódio na implantação dessa técnica dos dispositivos de segurança que me parece característica, uma das características das sociedades modernas (idem, 2008b, p. 45).

O rio de interpretação que tem esta passagem nos mostra muito bem como o mercado se apoia em sua plena funcionalidade em seus produtos em circulação, isto é tão evidente porque segundo a meta do mercado, a livre circulação, por exemplo, dos cereais como foi postada na argumentação acima nos mostra que não somente a fonte de lucro que será o interesse dos economistas, mas também de calcular precisamente a administração dos produtos do mercado e, conseqüentemente, isso implica também nos mecanismos de segurança no qual vão garantir que evite a escassez alimentar; isto foi um tipo de *governamentalidade* advinda dos fisiocratas franceses de que o puro comércio liberal fez com que existisse a *relação de poder* entre a política e a regulação programada da economia precisamente nos anos de 1754-1764 (FOUCAULT, loc. cit.). Aqui a interpretação consiste de como o mercado precisa de um equilíbrio. E, para que possamos entender esta perspectiva citaremos Adam Smith no qual foi uma das fontes essenciais de Foucault ao pensar o estigma da população econômica.

Uma taxa tão alta incidente sobre o primeiro dos artigos de necessidade para a vida, de duas uma: ou reduz obrigatoriamente o sustento do trabalhador pobre, ou produz algum aumento de seus salários, aumento este proporcional ao do preço de sua subsistência. Se tiver o primeiro efeito, o subsídio deverá diminuir a capacidade do trabalhador pobre em educar seus filhos e, sob esse aspecto, deverá tender a limitar a população do país. Na medida em que produzir o segundo efeito, deverá reduzir a capacidade de os empregadores dos pobres darem emprego a um contingente tão grande como o que poderiam manter de outra forma, e sob este aspecto, deverá tender a limitar o volume de trabalho do país. Por isso, a extraordinária exportação de cereais provocada pelo subsídio não somente faz diminuir, em cada ano específico, o mercado e o consumo interno, tanto quanto aumenta o mercado e o consumo externos, mas, limitando a população e o volume de trabalho do país, sua tendência final é tolher e restringir a ampliação gradual do mercado interno; conseqüentemente, a longo prazo, tenderá a diminuir o mercado e o consumo geral de cereais, e não a aumentá-los (SMITH, 1985, pp. 11-12).

Antes de mais nada, vale mostrar que, seja importante salvaguardar a interpretação do mercado nulo do qual se portou Michel Foucault. Esta discussão se faz presente no Curso *Nascimento da biopolítica* de 1978-79 precisamente na Aula de 24 de Janeiro. Pois bem,

assinalamos primeiramente que segundo Foucault o mercantilismo foi o processamento do jogo econômico de resultados nulos, isso acarretou no lugar do enriquecimento de um em detrimento dos outros – quer dizer – a ideia de que existe a possibilidade de um Estado enriquecer à custa dos outros; neste caso que a tecnologia de pensamento econômico tenta evitar os dispositivos de resultados nulos para que não haja somente um ganhador no jogo, para isso, a *governamentalidade* econômica liberal vai estabelecer uma tecnologia de pensamento lógico, na qual contorne este fenômeno de natureza nulo (FOUCAULT, 2004b, p. 54-56). Logo, cabe a pergunta como evitar que um jogador tome maiores vantagens em relação ao outro? A palavra chave aqui colocada é: o equilíbrio entre os parceiros. Daí, que entra a tecnologia da troca justa, não no sentido jurídico, mas na medida em que não haja à discrepância de vantagens. Ora, segundo o autor de *Vigiar e punir* (2010c) quando a *governamentalidade* liberal nota que durante o jogo econômico a diferença tornar-se grande demais, para-se o jogo imediatamente, e contorna a diferença, de tal maneira que a marca do liberalismo europeu é claramente manter o equilíbrio, de modo a evitar os resultados nulos. Esta foi, pois, o interesse da *biopolítica* em controlar a população, não qualquer população, ademais, a população econômica que a nossa pesquisa traduziu como *homo oeconomicus I*. Que nada mais é que, a população que participa do mercado da troca, da tecnologia de pensamento da troca. Ora, Foucault vai assinalar o *homo oeconomicus*, mas pensamos, que seja quando ele marca o produto do mercado neoliberal no qual aparecerá uma melhor articulação conceitual no **quarto capítulo** de nossa investigação. Enfim, Foucault lança uma pergunta fundamental a respeito da concorrência, claro, quando se trata do fenômeno da *biopolítica* liberal: “qu’ est-ce qui arrive lorsque dans un jeu à somme nulle, on interrompt le jeu et on répartit les gains entre les partenaires⁶²?” (FOUCAULT, 2004b, p. 55). Tudo isso tem a ver com o equilíbrio do mercado – ou seja – só pode acontecer, na medida em que, deverá manter o equilíbrio entre os Estados, no qual, adotam a livre concorrência de seus produtos, de modo que a tecnologia da troca vai ser à maneira de impor os mecanismos necessários para equilibrar o mercado assegurando, desse modo, a forma de segurança do bom funcionamento real do liberalismo. Daí, que entra a questão para Michel Foucault sobre o liberalismo, na medida em que, ele não questiona o liberalismo ao modo de uma teoria que tem um começo e um fim, mas, sobretudo, uma maneira de pensar, uma forma de articular o liberalismo como uma tática de pensamento que permiti possibilitar dentro do mecanismo liberal, ao passo que, o mercado possa funcionar de maneira equilibrada.

⁶² “O que acontece quando, num jogo de resultado nulo, interrompe-se o jogo e repartem-se os ganhos entre os participantes?” (FOUCAULT, M. *Curso no Collège de France: Nascimento da Biopolítica*, 2008a, p. 73). Tradução de Eduardo Brandão.

3. 3. A crítica foucaultiana sobre a relação de *biopolítica*, *biopoder* e Racismo de Estado:

Nesta tarefa de “ajustamentos” conceituais, em mais uma parte desta pesquisa é de fundamental importância que nós façamos uma abordagem geral sobre a articulação foucaultiana a respeito dos conceitos de *biopolítica* e *biopoder*, na qual, leva-nos a distinguir um traço característico destas duas modalidades. Para isso, é importante que nós esclareçamos a diferença dos conceitos, embora eles não podem ser dissociados, pois, carregam intrinsecamente as mesmas problemáticas no que tange o racismo de Estado. De forma breve, o conceito de *biopoder* aparece na Aula de 17 de Março no Curso proferido por Foucault no *Collège de France* no qual foi intitulado *Il faut défrendre la société*⁶³ – inerentemente como um dispositivo sobre a sexualidade; para depois aparecer em virtude da guerra das raças segundo Edgardo Castro (2009). Neste caso, o “*biopoder* se mostra em sua dupla-face: como poder sobre a vida (as políticas da vida biológica, entre elas as políticas da sexualidade) e como poder sobre a morte (racismo)” (CASTRO, 2009, p. 57). Enquanto que, a *biopolítica* se configura na medida em que exerce diretamente um controle sobre a vida. Este controle se volta para uma tecnologia de segurança que gere vida e atua sobre os corpos. Em outras palavras, a *biopolítica* é uma tecnologia de pensamento e reguladora que se desdobra para tecnologias disciplinares, científica; e, racionalmente tem o controle sobre a população. No entanto, a *biopolítica* funciona, também, segundo Foucault perante as atribuições racistas de acordo como nos evoca Edgardo Castro:

A reinscrição do conceito de raça no Estado moderno passa por uma transformação biologicista. A raça é a raça biológica. Com essa noção foi possível, por um lado, estabelecer uma ruptura, no *continuum* biológico da espécie humana, entre quem deve e quem não viver; por outro lado, foi possível levar a cabo uma seleção (a morte do outro melhora a minha vida). Encontramo-nos aqui com a reelaboração, também em termos biológicos, tal ideia de guerra. Só que agora não se trata da vitória sobre o adversário, mas da eliminação do perigo. O racismo foi utilizado, segundo a análise de Foucault, para justificar o genocídio colonialista, a guerra, o manejo da criminalidade. Devemos ver o racismo, então, como algo muito mais profundo que uma velha tradição ou uma nova ideologia; ele está ancorado na tecnologia moderna do poder (ibid., p. 304).

⁶³ Podemos elucidar que o curso *Em defesa da sociedade* se configura para Foucault mediante a “disposição” da sociedade em uma categoria em “redes” que atravessam a sociedade perante uma multiplicidade de *relações de poder*, que segundo Foucault, esta sociedade é instável por natureza. Quer dizer, a sociedade é justamente o contrário de uma estrutura organizada, pois, aquilo no qual nos referimos como sociedade é simplesmente o oposto para o pensador francês (BERT, 2013, 108-109). Sob este aspecto, a sociedade segundo o “raio x” foucaultiano é “um corpo unitário no qual se exerceria um poder e apenas um, mas é na verdade uma justaposição, um enodamento, uma coordenação, uma hierarquia, também, de diferentes poderes que, não obstante, se mantêm em sua especificidade. [...] A sociedade é um arquipélago de poderes distintos” (FOUCAULT, 1981, *Les mailles du pouvoir*, DE IV, n° 297, p. 187 apud BERT, ibid., 109).

De forma breve, o dispositivo que o Estado moderno trouxe para modificar o conceito de raça somente foi possível quando o racismo entrou a partir da própria sociedade (população, pelo visto, uma certa parte dela) e dos mecanismos de poder quando, se e somente se, “encarregaram da vigilância e das funções de repressão e de controle” (CASTRO, loc. cit.). Neste sentido, Edgardo Castro (2009) interpretando Foucault, nos diz que a noção de Nazismo e Fascismo erigiram das análises marxistas. E, por que? Porque no interior da teoria marxista projetou-se a ditadura “terrorista” de uma possibilidade da fração mais reacionária da burguesia. Quer dizer, pessoas que tinham em seus domínios o poder soberano exerciam o direito de vigilância, por sua vez, conseguiram entrar no interior do poder exercendo, com isso, funções análogas de um soberano do século XVII. Ora, não foi exatamente o que Karl Marx gostaria – no entanto – suas teorias entraram ancoradas na tecnologia do poder em sua plena vigilância e racismo de Estado. Por conseguinte, esta ressonância funcional aparece a partir do Nazismo, na medida em que a própria sociedade alemã tem em seu poder a vigilância de seus membros de sangue, na qual, tem em suas “mãos” uma “tecnologia da denúncia”, isto é, possui o poder de tirar de circulação o sangue de seus próprios conterrâneos, e não somente os sangues ditos impuros – por exemplo: os Judeus, os Ciganos, os Homossexuais, os doentes mentais etc. Dessa forma, no nacional-socialismo – também – deixa-se morrer o próprio sangue, na medida em que, este sangue não seja compatível no cálculo do *biopoder*.

Por meio do dispositivo do *biopoder* que nos séculos XVIII e XIX reformulou-se o direito de soberania. Ou seja, se modifica o contexto político, sem a necessidade de substituir completamente o velho direito de soberania segundo Foucault. Sob este aspecto, para nosso melhor entendimento no assunto veremos no próprio Curso ministrado por Foucault no *Collège de France* intitulado *Il faut défendre la société* como aconteceu tal transformação:

Et jê crois que, justement, une des plus massives transformations du droit politique au XIX^e siècle a consisté, je ne dis pas exactement à substituer, mais à compléter, ce vieux droit de souveraineté – faire mourir ou laisser vivre – par un autre droit nouveau, qui ne va pas effacer le premier, mais qui va le pénétrer, le traverser, le modifier et qui va être un droit, ou plutôt un pouvoir exactement inverse: pouvoir de ‘faire’ vivre et de ‘laisser’ mourir. Le droit de souveraineté, c’ est donc celui de faire mourir ou de laisser vivre. Et puis, c’ est ce nouveau droit qui s’ instale: le droit de faire vivre et de laisser mourir (1997a, p. 214).

Foucault, por sua vez, nos mostra neste trecho o novo tipo de poder que não anula a velha soberania, mas penetra e a modifica, de tal forma que, se investe de outra maneira no “corpo” da população. E o *slogan* nesta nova *biopolítica* também se inverte, pois se na tradição do direito de soberania era de primazia fazer morrer ou deixar viver, agora se faz viver e deixa morrer. Com efeito, fazer morrer significa que o soberano tem o direito de morte sobre seus

súditos, podendo também deixar viver, caso seus súditos beneficiem de alguma forma seu soberano. Pelo visto, quando o *biopoder* usa uma outra estratégia a partir da tecnologia de racionalização, não mais na morte, e sim na vida. Esta, inclusive é, portanto, a primeira face do *biopoder*. Porém, a outra face se configura em uma tecnologia da morte; no entanto, os Estados justificam o deixar morrer quando existe o perigo de morte em relação a soberania ou a própria sociedade. Daí, podemos elucidar que o deixar morrer em sua segunda parte se instaura em um racismo de Estado, pois, estes Estados deixam de lado os súditos em que são insuficientes em uma sociedade de normalização; e, também, àqueles que não possuem biologicamente a “soberania do sangue”. Logo, deixar morrer significa para Foucault um simbolismo do sangue, na qual, se assegura a qualquer custo uma raça no sentido biológico do termo, em manter e deixar viver. E, em contrapartida, deixar morrer significa o sangue, ou seja, a raça que não tem vínculo no cálculo do *biopoder*. Neste caso, o filósofo que ministrou o seguinte Curso de 1976 no *Collège de France* denominado *Il faut défendre la société* nos diz que:

Em gros, le racisme, jê crois, assure la fonction de mort dans l'économie du biopouvoir, selon le principe que la mort des autres, c'est le renforcement biologique de soi-même en tant que l'on est membre d'une race ou d'une population, en tant que l'on est élément dans une pluralité unitaire et vivante. Vous voyez que nous sommes là, au fond, très loin d'un racisme qui serait, simplement et traditionnellement, mépris ou haine des races les unes pour autres. Nous sommes très loin aussi d'un racisme qui serait une sorte d'opération idéologique par laquelle les États, ou une classe, essaieraient de détourner vers un adversaire mythique des hostilités qui seraient tournées vers [eux] ou qui travailleraient le corps social (ibid., p. 230).

Este racismo segundo Foucault de cume evolucionista ou biológico está especificamente ligado a uma tecnologia do poder, pois ao entrar em seu funcionamento exerce obrigatoriamente do Estado soberano sua modificação ao “(...) se servir de la race, de l' élimination des races et de la purification de la race, pour exercer son pouvoir souverain” (FOUCAULT, loc. cit.). Neste sentido, o racismo como um dispositivo do *biopoder* equivale para Foucault à eliminação da raça adversa na medida em que procura selecionar sua própria raça e a luta contínua em relação à vida, pois o foco é justamente de acordo com o filósofo francês a regeneração da própria raça. Então, isto nos leva a pensar a partir de Foucault que “plus nombreux seront ceux qui meurent parmi nous, plus la race à laquelle nous appartnons sera pure” (1997a, loc. cit.). Esta ideia de pureza da raça vai ser levada a cabo pelos nazistas no século XX principalmente pelo führer Adolf Hitler.

Foucault (1997a) vai mais longe quando nos relata que os Estados mais assassinos são justamente os mais racistas, pois, estes Estados expõem sua própria raça à morte. Neste caso, o filósofo nos mostra que o grande exemplo desta análise está no próprio interior do Nazismo

realizado pelos mecanismos do *biopoder* no Estado alemão. Ora, o Estado alemão usa as técnicas do *biopoder* principalmente pelo fato de gerir à vida. Gerir à vida significa no Estado alemão selecionar a população que possui a “mesma” genética, a “pureza do sangue” em que possa entrar no campo biológico como uma raça selecionada, e, equivalentemente, purificada. Deste feito, se pensa em virtude da melhor raça, a melhor genética; mais adaptado ao meio ambiente e, também, em sua instância ao meio político. É através da seleção da raça que a *biopolítica* tem a proposta de gerir à vida, de manter à vida, de selecionar o “sangue mais puro”. Isto é, portanto, o fazer viver, haja vista que o deixar morrer significa retirar de circulação o sangue impuro, não se preocupar com raça adversa, deixar ao descaso a genética de uma raça que não esteja com o simbolismo biológico e compatível no que se refere à raça dita pura. Assim, se começa a entrelaçar o racismo biológico com o ideológico. E, a *biopolítica* funciona: calculando, selecionando os corpos em um quadro múltiplo e transformável. Neste caso, vejamos dois “pareceres” de fundamental importância exibida pelo pesquisador Francisco Diógenes ao interpretar Foucault, e um outro “parecer” do próprio autor de *História da sexualidade I* em que ambos nos mostrarão a relação deste *biopoder* na sociedade Nazista no que tange, pois, o deixar morrer, como expressão *sine qua non* em relação a pureza da raça:

- A) Dessa feita, pode-se analisar, com Foucault, que a tecnologia do racismo apresenta, basicamente, duas funções: a primeira é fragmentar uma população, fazer um corte do tipo biológico (raça) em seu interior; a segunda é promover um tipo de relação positiva entre uma parte dos indivíduos de uma mesma população em detrimento de outra parte. Ou seja, ao mesmo tempo em que considera algumas raças como boas e outras como más – de maneira a defasar alguns grupos e a enaltecer a outros, ao colocar uma hierarquia, considerar uma população como uma mistura de raças, e até mesmo ao decidir quem deve morrer e quem deve viver –, o racismo de Estado traz consigo a antiga ideia guerreira de que há inimigos a serem combatidos e eliminados, mas agora dentro do próprio território e sob outra forma (DIÓGENES, 2013, p. 172-173).
- B) Nas palavras de Foucault: ‘A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, do anormal), é o que vai deixar a vida mais sadia; mais sadia e mais pura’ (Cf. FOUCAULT, 2005, p. 305 apud DIÓGENES, *ibid.*, p. 173).
- C) Em uma palavra, o racismo constitui-se em uma nova forma – mas sob o mesmo tema com o qual atores precedentes fizeram sua nova história – de inserir o poder sobre a morte no *continuum* biológico, de fazer uma contra-história revolucionária plenamente coerente com o *biopoder* (DIÓGENES, *loc. cit.*).

Com efeito, é, por isso, que Foucault nos diz que o socialismo retoma o projeto biológico, na qual, é função dos Estados de incumbir-se ao modo peculiar de gerir à vida, de multiplicá-la, de trabalhá-la, de organizá-la, de tal forma que, consiga delimitá-la a possibilidade biológica, não exatamente focado em um indivíduo, e sim em uma multiplicidade de indivíduos. Em uma só palavra, o controle biológico da população. Ora, dentro desse projeto

socialista, é realmente possível segundo Foucault “exercer le droit de tuer ou le droit d’éliminer, ou le droit de disqualifier” (FOUCAULT, 1997a, p. 233). Quer dizer, isto implica em um Estado extremamente forte, onde dita quem deve estar fora da sociedade de normalização a partir da tecnologia do *biopoder* segundo os traços biológicos ou evolucionista, no qual, projeta-se para um racismo de Estado.

Et c’ est ainsi que, tout naturellement, vous allez retrouver le racisme – non pas le racisme proprement ethnique, mais le racisme de type évolutionniste, le racisme biologique – fonctionnant à plein dans les États socialistes (type Union soviétique), à propos des malades mentaux, des criminels, des adversaires politiques, etc. Voilà pour l’État (FOUCAULT, loc. cit.).

Sob este aspecto, podemos refletir este racismo não étnico e sim biológico quando traçamos o modelo Nazista de um Estado que trabalha de forma eficiente a ideia da pureza da raça, ao passo que, alimenta constantemente “le controle des aléas propres aux processus biologiques était un des objectifs immédiats du régime” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 231). Que se desdobra, pois, para um poder de vida e de morte ao mesmo tempo. Quer dizer, um *biopoder* que se caracteriza de dupla-face.

Vejo que a atividade principal do regime Nazista centraliza-se na pureza da raça. No entanto, é de fundamental importância chamarmos a atenção quando analisarmos o projeto Nazista em sua correspondência geral sobre a pureza da raça; está intrínseco ali a exposição da própria raça a uma possível destruição. Em uma só palavra, cabe, então, pensarmos junto com Foucault a possibilidade da eliminação total da própria raça alemã. Quando Hitler junto com seus membros colocaram o projeto Nazista em execução, põe, evidentemente a sua própria raça a eliminação total. O império Nazista corresponde a uma soberania de Estado que se tratando da noção de racismo, é justamente a marca deste Estado. Mas, como impera o Estado Nazista? Por que ganhou tantos “adeptos” ou “aliados”? Como aflorou o Holocausto? Por que o racismo alemão foi levado ao extremo? E, por que Foucault analisa este projeto Nazista mediante uma tecnologia seguindo os traços da *biopolítica*? Sendo que a *biopolítica* evoca a sua própria “logomarca” prescrita, essencialmente, no gerir à vida, claro! Falando, especialmente, na terminologia foucaultiana: em uma *sociedade de normalização*.

É óbvio que nesta pesquisa não responderemos todas estas questões, no entanto, é interessantíssimo de um certo modo, divulgarmos que o Nazismo foi para Michel Foucault o ponto crucial de um poder de dupla face, que ao eliminar os seus adversários; põe em voga o gerir à vida, de modo que, constrói a pureza da raça ao dizimar o sangue dos seus adversários. A saber, trabalha o biológico restritamente em sua população sanguínea. Pois, quando elimina

o sangue impuro, seleciona, ainda mais a pureza da raça que deve, portanto, imperar. E, este racismo, pela via dos fatos, Nazista, tem duas faces, pois, ao mesmo tempo em que se lança ao gerir à vida, expõe sua própria raça a eliminação total (Foucault, 1997a).

Com postura, é bom mencionarmos que o Nazismo segundo Foucault não é em hipótese alguma uma invenção dos grandes loucos e possivelmente dos eróticos do século da Primeira e Segunda guerra mundial. E, segundo Manoel Barros da Motta na Apresentação da obra de Foucault intitulada *Ditos e Escritos III: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* nos relata que os Nazistas eram pequenos burgueses sinistros e tediosos (MOTTA 2009, p. XLIV) que alcançaram o poder mediante um ritual atroz. Que dispostos a conseguir uma liderança, e por assim dizer, tiveram a coragem para exercer o poder e impor à força suas teorias tecnológicas da morte; por isso, conseguiram ir longe em suas façanhas racistas; principalmente quando “ergueram o mastro” do Holocausto. A respeito desse assunto vejamos como nos coloca Manuel da Motta na Apresentação da obra de Michel Foucault, *Ditos e Escrito III* no **item: Cinema – Política e Poder**:

‘Himmler era vagamente agrônomo, e tinha se casado com uma enfermeira’. É preciso compreender que os ‘campos de concentração nasceram de uma imaginação conjunta de uma enfermeira de hospital e um criador de galinhas’. E uma combinação de hospital mais galinheiro que constitui ‘o fantasma que havia por trás dos campos de concentração’, onde foram mortas milhões de pessoas. Foucault diz isso não para diminuir a condenação, mas justamente para destituir o Nazismo de todos os valores eróticos que quiseram lhe imputar (MOTTA, 2009, p. XLIV).

Pelo visto, Foucault desconstrói a ideia de que se tem no cinema, o composto de erotismo na “sociedade” Nazista em virtude do erotismo de Hitler. Para ele, o Catedrático do *Collège de France*, o Fascismo e principalmente o Nazismo reconstruído no cinema entraram em uma falsa história, na medida em que, buscou centralizar um *sadismo cinematográfico*, em vez de imbuir o valor das estratégias do *biopoder*, porquanto, buscou-se, ritualizasse o próprio Hitler e o Nazismo. Enfim, o Nazismo trabalha para compor um ritual nacional-socialista em que seu “*slogan*” é fundamentalmente deixar morrer em uma sociedade de normalização que requer a pureza da raça; uma *biopolítica* que disciplina e justifica, *grosso modo*, uma tecnologia da morte em virtude de garantir a pureza de seu sangue. Então, de forma geral, como aconteceu o funcionamento do Nazismo para Foucault:

Sem dúvida, o nazismo foi a combinação mais ingênua e mais ardilosa – ardilosa por que ingênua – dos fantasmas do sangue com os paroxismos de um poder disciplinar. Uma ordenação eugênica da sociedade, com o que ela podia comportar de extensão e intensificação dos *micropoderes*, a pretexto de uma estatização ilimitada, era acompanhada pela exaltação onírica de um sangue superior; esta implicava, ao mesmo tempo, o genocídio sistemático dos outros e o risco de expor a si mesmo a um sacrifício total. E a história quis que a política hitleriana do sexo tenha tornado uma

prática irrisória, enquanto o mito do sangue se transformava no maior massacre de que os homens, por enquanto, tenham lembranças⁶⁴ (2014a, p. 162, *nossos grifos*).

⁶⁴ Nesta passagem o tradutores tomaram “o nazismo como uma combinação mais ingênua e ardilosa”; pois bem, gostaria de dizer que na tradução da obra de Edgardo Castro intitulada “Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas conceitos e autores”, me parece que a tradução seja mais coerente a respeito do termo “astuto” do que “ardiloso” na qual fazem Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque para a edição Paz e Terra de 2014a referente ao primeiro volume da *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Para isso, vejamos a tradução no sentido de Edgardo Castro que foi traduzido por Ingrid Muller Xavier do Espanhol para o português da seguinte maneira: “O Nazismo foi, sem dúvida, a combinação mais ingênua e mais astuta – e astuta pelo seguinte – dos fantasmas do sangue com os paroxismos de um poder disciplinar. Um ordenamento eugênico da sociedade, com o que isso podia comportar de extensão e de intensificação dos micros-poderes, sob a cobertura de uma estatização ilimitada, acompanhada por uma exaltação onírica de um sangue superior, que implicava, ao mesmo tempo, o genocídio sistemático dos outros e o risco de expor-se a si mesmo a um sacrifício total” (FOUCAULT, HS1, p. 197 apud CASTRO, 2009, p. 304).

Capítulo 4: Governo econômico de população

Na verdade, este **capítulo** nada mais é que uma complementação dos outros **capítulos**, mas existe aqui algo fundamental, pois, precisamos marcar na era da *governamentalidade* neoliberal quem é de fato tal população que a *biopolítica* gostaria que participasse ativamente na implicação do mercado. Aqui tem algo capital, isto é, quando se trata do valor econômico do mercado em que a mudança ocorre a todo instante. Ademais, gostaríamos de sinalizar que a nossa problemática é na linha germinal do processo filosófico e político, ou melhor, *biopolítico* que de fato vivemos, e que Foucault já havia marcado em seus *ditos* e *escritos* tendo como fonte principal o Curso *Naissance de la biopolitique* de 1978-79, por isso, este Capítulo permitirá problematizar o *governo de populações* a partir dessa empreitada sobre o *capital humano*. Por conseguinte, é importante enfatizar que as últimas Aulas deste curso de 1978-79 vai articular a respeito deste *capital humano*. Mas, isto já inicia na Aula de 14 de Março, é por isso, que nós pensamos nesta pesquisa que tal Aula é o ponto crucial para todo o desenvolvimento desta dissertação, que nós voltamos a problematizar a partir dos questionamento foucaultiano na esfera social, onde a crítica se faz na própria noção de um *capital humano*, na própria esfera de uma linha que explora a força produtiva de um indivíduo personalizado com as características mais adequada para movimentar o mercado concorrencial. Destarte, deixamos de lado as fundamentações do *transhumanismo* para que possamos questionar a nossa própria realidade, a própria economia, claro, estamos falando do questionário europeu, vivido por Michel Foucault. Enfim, como podemos entender o *Governo econômico de população*? Como, então, entender a “genética” do capital econômico; sabendo que o *homo oeconomicus II* é, pois, a peça central para nossa pesquisa em andamento. Neste caso, o *capital humano genético* vai ser fundamental para constituir esse novo eixo do neoliberalismo que Foucault entendeu não somente como plataforma econômica, mas, uma nova arquitetura de pensamento.

Pois bem, qual a real importância de um *governo econômico de população* segundo uma *governamentalidade* neoliberal? Ora, todo nosso percurso foi justamente partir de uma transformação do *homo oeconomicus I*, isto é, o homem da troca, para pensar o *homo oeconomicus II*, ou seja, o da concorrência, aquele, pois, que é *empreendedor de si mesmo*; tudo isso para marcar que a *biopolítica* seja ela liberal ou neoliberal se projetou, por conseguinte, para o controle de uma população em um relevo específico – isto é – uma população selecionada. Nesse sentido, gostaria de articular a partir do gancho da *biopolítica* neoliberal de que reserva para um controle essencial do homem que produz, tendo em vista o gerenciamento qualitativo do capital econômico, tendo, pois, o *capital humano* como o eixo principal da nova

arte de *governabilidade*. Isto tem um preço. Tal preço condiz que a *biopolítica* neoliberal quando percebeu que poderia explorar o *capital humano* ela se voltou para um controle, para uma vigilância não mais pautado no comportamento deste *homo economicus II* no interior da sociedade. Agora o controle *genético* vai ser o ponto central de ter o *capital humano* como mero agente da vigilância, uma tecnologia de pensamento que se transforma em um controle da genética acoplado aos mínimos detalhes do DNA humano. Com efeito, o ponto fundamental aqui, é pensar que a *governamentalidade* neoliberal tem por sinal uma envergadura para selecionar uma devida população que sirva ativamente para o bom ou excelente funcionamento do mercado. Neste caso, não é qualquer população humana que a *governamentalidade* neoliberal quer controlar. Por conseguinte, os países que tem suas populações que não produzem para o funcionamento do capital são descartado do interesse dessa nova *governamentalidade* que tem como passaporte principal o jogo da concorrência. Logo, é importante mencionar que o *capital humano* terá a todo momento de potencializar sua força motriz de produção para que possamos, por vias das dúvidas, participar de maneira competitiva para o mercado de trabalho (DUARTE, 2014, p. 7). Diante desta articulação econômica que gerencia a população e como a *governamentalidade* neoliberal penetra como controladora da população impondo suas táticas de governo, gostaríamos de fazer uma citação que resume, por sua medida, tal noção *panóptica* desde o século XVIII, mas que pode ser *ressignificado* no contexto neoliberal da *relação de poder*. Eis a citação:

Le gouvernement s'exerce toujours sur une multiplicité que Foucault appelle, dans le langage de l'économie politique, « population ». Pour Foucault, le gouvernement comme gestion globale du pouvoir a toujours eu pour objet la « multitude », et les classes (les sujets économiques), les sujets de droits et les sujets sociaux en font partie. Dans l'analyse du capitalisme, la ligne de discrimination se fait entre des techniques et des savoirs qui ont comme objet la multiplicité-population, et d'autres qui ont pour objets les classes. Depuis le début du capitalisme, le problème de la population a été pensé en termes de bioéconomie, alors que Marx avait essayé de contourner la population (la « multitude », dans le langage du pouvoir) et d'em évacuer la notion même, pour la retrouver sous la forme non plus bioéconomique, mais historico-politique, de l'affrontement de classe et de la lutte de classe. La population doit être saisie sous un double aspect. Par un bout, c'est l'espèce humaine et ses conditions de reproduction biologiques (régulation des naissance et de la mortalité, gestion de la démographie, risques liés à la vie, etc.), économiques et sociales, mais par un autre bout, c'est le Public, l'Opinion publique. Les économistes et les publicistes naissent en effet au même moment, comme le note Foucault. Le gouvernement vise, depuis le XVIII^e siècle, à agir sur l'économie et sur l'Opinion. L'action du gouvernement s'étend donc de l'enracinement sociobiologique de l'espèce jusqu'à la surface de prise offerte par le Public, comme autant de dispositifs de pouvoir – et non pas comme « appareils idéologiques d'État ». De l'espèce aux publics, on a là tout un champ de réalités nouvelles, de nouvelles manières d'agir sur les comportements, sur les opinions, sur les subjectivités, pour modifier les manières de dire et de faire des sujets économiques et des sujets politiques (LAZZARATO, 2015, pp. 3-4).

No centro da perspectiva da teoria do *capital humano*, especialmente a *genética* envolvendo a capacidade de produzir indivíduos com um biológico sem risco é essencial para compor este investimento no ser humano como *empresário de si mesmo*, no qual, se projete para uma competição. Então, diante desta posse rotineira da concorrência, vale à pena lembrar que, a escola de Chicago foi o corpo pensante para produzir o *homo oeconomicus II*. Entretanto, foi importante também pensar de maneira muito bem articulada para que os neoliberais americanos aplicasse na grade econômica os fenômenos que aparecem ou vão aparecer na sociedade, isto é um ponto chave para garantir uma sociedade que se satisfaça com suas próprias produções na medida em que é uma *empresa de si mesma*. Uma empresa que tem de se voltar para as correspondências de alguma anormalidade que pode aparecer no social. Neste momento, os neoliberais tem uma política comparada a dos *ordoliberalis* alemães. Portanto, seria impossível querer controlar uma população economicamente ativa esquecendo, por sua vez, do social. Aqui nesta situação gostaríamos de comentar a respeito da forma como Foucault compreendeu o seguinte fato na visão dos neoliberais americanos.

Com efeito, o *governo econômico de populações* pode até mesmo “escapar” de uma postura estritamente econômica. E, por quê? Pelo simples fato de que a população econômica tem uma relação direta com a sociedade, uma troca fundamental para que o ser humano consiga sobreviver a partir de suas relações pessoais, familiares etc., ora, o que nós gostaríamos de apresentar aqui, tomando como ponto de partida o pensamento do autor de *Vigiar e punir* para poder entender que o governo de população utiliza o aspecto da economia de mercado na medida em que deve compor uma relação não-mercantil como decifra o próprio Foucault como particularmente um fenômeno social (2008a, p. 329).

A aplicação da grade econômica a um campo que, no fundo, desde o século XIX e, podemos sem dúvida dizer, já desde o fim do século XVIII, havia sido definido em oposição à economia, como aquilo que em si, por suas próprias estruturas e por seus próprios processos, não pertence à economia, apesar de a economia se situar no interior desse campo. Em outras palavras ainda, é o problema da inversão das relações do social com econômico que, a meu ver, está em jogo nesse tipo de análise (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 339-330).

Neste trecho, o professor Foucault nos revela que o investimento no social composto pelos neoliberais pode ser comparado com o que foi estabelecido na *Gesellschaftspolitik* dos *ordoliberalis* alemães que tinham como temática principal a lei do mercado como um instrumento de regulação dos preços; mas tal regulação vai ser projetado também para organizar a sociedade (FOUCAULT, *ibid.*, p. 330). Percebe-se bem que, no interior da *Gesellschaftspolitik* ela era orientada para compor os mecanismos do mercado; não obstante,

assumia a tarefa de regular os processos sociais tendo como pano de fundo “um espaço de mercado em que os mecanismos concorrenciais poderiam agir realmente” (FOUCAULT, loc. cit.). Neste sentido, a promoção do conhecimento equivalente ao social pela *Gesellschaftspolitik* consistia em um plano muito peculiar a este tipo de *governamentalidade*, no qual seu objetivo era:

Num certo número de objetivos de que lhes falei, que eram, por exemplo, evitar a centralização, favorecer as empresas médias, apoiar o que eles chamam de empresas não-proletárias, isto é, *grosso modo*, o artesanato, o pequeno comércio, etc., multiplicar o acesso à propriedade, procurar substituir o seguro individual pela cobertura social dos riscos, regular também todos os múltiplos problemas do ambiente (FOUCAULT, loc. cit.).

Enfim, resumindo a ideia foucaultiana em que compunha a *Gesellschaftspolitik*, era, pois, concretizar no interior da sociedade a maneira de uma empresa – isto é – retomar o tecido social na medida em que este possa se dividir, na medida em que, possa se desdobrar; não a partir de uma individualidade, e sim, ao grão mínimo de uma empresa (FOUCAULT, *ibid.*, p. 331). Segundo este objetivo do indivíduo como uma *empresa de si mesmo*, vejamos como isso se faz presente no pensamento do professor do *Collège de France*:

A vida do indivíduo não tem de se inscrever como vida individual num âmbito de grande empresa, que seria a firma ou, no limite, o Estado, mas [tem de] poder se inscrever no âmbito de uma multiplicidade de empresas diversas encaixadas e entrelaçadas, de empresas que estão, para o indivíduo, de certo modo ao alcance da mão, bastante limitadas em seu tamanho para que a ação do indivíduo, suas decisões, suas opções possam ter efeitos significativos e perceptíveis, bastante numerosas também para [que ele] não fique dependente de uma só; e, enfim, a própria vida do indivíduo – com, por exemplo, sua relação com a sua propriedade privada, sua relação com sua família, com o seu casamento, com os seus seguros, com a sua aposentadoria – tem de fazer dele como que uma espécie de empresa permanente e de empresa múltipla. É portanto essa reenformação da sociedade segundo o modelo da empresa, das empresas, e isso até no seu grão mais fino, é isso que é um aspecto da *Gesellschaftspolitik* dos *ordoliberais* alemães (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 331-332, *grifos do autor*).

Diante desse quadro que reluz a função da *biopolítica* neoliberal no círculo da sociedade. A finalidade dos neoliberais americano não escapa completamente da perspectiva dos *ordoliberais* alemães, porém, é importante dizer que existe uma diferença fundamental da *biopolítica* neoliberal americana daquela que foi inserida na Alemanha segundo a *Gesellschaftspolitik*. Digamos, então, que o neoliberalismo americano segundo a perspectiva foucaultiana se apresenta a maneira de uma radicalidade bem mais rigorosa. Pois bem, na *governamentalidade* neoliberal americana se trata, dessa forma, de se apresentar sempre no modelo de uma generalização a maneira da economia de mercado (FOUCAULT, *ibid.*, p. 333).

O que isso significa, pois, não está tão claro assim? Para entender tal noção, o filósofo francês nos mostra duas argumentações de fundamental importância em que indica o problema lançado.

A primeira argumentação foucaultiana do neoliberalismo americano implica no princípio de *inteligibilidade* que se aplica, portanto, na inferência das relações sociais tendo como objetivo principal a lei da oferta e procura na qual isto somente pode ser conectado a partir da noção de que vai se explorar campos não econômicos, mas que vai servir para compor a escala neoliberal, por exemplo, o caso familiar entre mãe e filho, é preciso criá-lo ao ponto de garantir no futuro uma peça fundamental quando se trata do valor da produção, pois bem, o **item** seguinte (4.1) falaremos e descreveremos melhor essa posição foucaultiana. Com efeito, a segunda perspectiva consiste, pois, em um ponto de vista crítico –, o que isto quer dizer? Quer dizer que os neoliberais americano pretendem, ou melhor, pretenderam exercer uma crítica que não fosse apenas nos contornos políticos e jurídicos, destarte, a crítica se faz na arquitetura mercantil, isso tem um nó de ancoragem na noção de custos e benefícios; ora, tal crítica pode ser concebida como a grade dos grandes modelo de programas sociais em que são voltados para o investimento no social como, estrutura de saúde, de educação, erradicar a fome etc., (FOUCAULT, *ibid.*, p. 338). Portanto, aqui podemos dizer que Foucault percebe a crítica ao modo mercantil tendo em vista a crítica ao setor *governamental* que precisa fazer uma boa gestão nos setores sociais “logo, criticar, na forma do que poderíamos chamar de um ‘positivo econômico’, criticar permanentemente a política *governamental*” (FOUCAULT, *loc. cit.*, *nossos grifos*).

Por conseguinte, o *governo econômico de população* na visão de Michel Foucault consiste em delimitar uma segurança, em marcar um território em que essa população esteja protegida, logo o bem-estar da população se torna uma peça chave para reluzir no “direito” mercantil o jogo da ação governamental à retribuição a sociedade (Cf. FOUCAULT, 2008b, p. 419-441); (Cf. FOUCAULT, 2008a, p. 339). Sob este aspecto, podemos referir nas palavras do próprio professor Foucault a seguinte assertiva: é, pois, “uma espécie de tribunal econômico permanente em face do governo” (FOUCAULT, *loc. cit.*). Resumindo a ideia, o governo de população se faz em nota como força produtiva. Neste caso, vejamos uma citação de fundamental importância que venha finalizar a nossa descrição a respeito do que entendemos por *governo de população*:

Évidemment, le gouvernement de la population prise comme force productive ne s’est pas limité à des interventions disciplinaires individualisantes. En effet, dans un champ d’action d’avantage <biopolitique>, c’est-à-dire concernant des phénomènes biologiques traversant toute une population et qu’il s’agit de réguler (BORDUAS, 2013, p. 37).

4.1 *Biopolítica Neoliberal: homo oeconomicus II*

Este **item** será na nossa pesquisa o ponto essencial a respeito da transformação de uma *biopolítica* liberal para uma *biopolítica* neoliberal, esta, pois se constituirá em um novo liberalismo de fundo econômico, porém, também acontecerá uma transformação principal no comportamento humano. Antes de mais nada, é importante assinalar, que este novo liberalismo, isto é, o neoliberalismo se pauta na tecnologia da concorrência. Ora, se o modelo e o princípio do mercado na devida *biopolítica* liberal era, pois, a tecnologia da troca, onde o Estado, apenas supervisionava o bom funcionamento do mercado, quer dizer, fazer com que fosse, portanto, garantido e respeitado a liberdade dos que trocam seus produtos – a saber – no qual se respeite a propriedade individual (FOUCAULT, 2004b, p. 122). Ademais, o neoliberalismo, se configurará em uma espécie de concorrência entre os parceiros, digo pois parceiro, porque neste novo sistema é preciso que a concorrência se torne uma *performance* natural entre os parceiros.

Para nosso melhor entendimento no assunto, na Aula de 7 de Fevereiro de 1979 precisamente no Curso *Nascimento da biopolítica* proferido por Michel Foucault no *Collège de France* aparece esta noção de fundamental importância em que marca a perspectiva foucaultiana sobre a articulação do filósofo em decorrência do novo sistema econômico instalado na Europa precisamente vindo da Alemanha. Neste sentido, vejamos como funciona a objetivação no que tange o neoliberalismo:

Or, pour les néolibéraux, l'essentiel du marché ce n'est pas dans l'échange, dans cette espèce de situation primitive et fictive que les économistes libéraux du XVIII^e siècle se donnaient. Il est ailleurs. L'essentiel du marché, il est dans la concurrence. En cela, d'ailleurs, les néolibéraux ne font que suivre toute une évolution de la pensée, de la doctrine et de la théorie libérales au cours du XIX^e siècle. Pratiquement, on admet à peu près partout dans la théorie libérale, depuis la fin du XIX^e siècle, que l'essentiel du marché c'est la concurrence, c'est-à-dire que ce n'est pas l'équivalence, c'est au contraire l'inégalité. Et le problème concurrence/monopole est, beaucoup plus que le problème de la valeur et de l'équivalence, ce qui va constituer l'armature essentielle d'une théorie du marché. Là-dessus les ordolibéraux ne se différencient donc pas du tout de ce qui avait été l'évolution historique de la pensée libérale. Ils reprennent cette conception classique et reprennent le principe que la concurrence, et la concurrence seule, peut assurer la rationalité économique. Elle peut assurer la rationalité économique par quoi? Eh bien, par la formation de prix qui sont susceptibles, dans la mesure même où il y a concurrence pleine et entière, de mesurer les grandeurs économiques et par conséquent de régler choix⁶⁵ (FOUCAULT, 2004b, p. 122).

⁶⁵ “Ora, para os neoliberais, o essencial do mercado não está na troca, nessa espécie de situação primitiva e fictícia que os economistas liberais do século XVIII imaginavam. Está em outro lugar. O essencial do mercado está na concorrência. Nisso, de resto, os neoliberais não fazem mais que seguir toda uma evolução do pensamento, da doutrina e das teorias liberais no decorrer do século XIX. Praticamente, admite-se em quase toda a teoria liberal, desde o fim do século XIX, que o essencial do mercado é a concorrência, isto é a equivalência, mas a desigualdade. E o problema concorrência/monopólio, muito mais que o problema do valor e da equivalência, é o que vai constituir a armadura essencial de uma teoria do mercado. Nisso os *ordoliberais* não se diferenciam em nada do

Uma vez formulada à primeira vista sobre *biopolítica* neoliberal na qual consiste tal teoria do mercado pautado na concorrência, isto somente pode ser possível mediante um controle em que evite, pois, o fenômeno do monopólio, mas diz Foucault que os *ordoliberais* mantêm de certa forma o *laissez-faire* do mercado; todavia, não se pode deixar enganar-se, pois o mercado seja apenas esse dado natural no que nos referimos sob a tecnologia da concorrência (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 122-123). Afinal, o que é a concorrência para o professor do *Collège de France*? A concorrência, é, pois, uma essência, e essa essência tem um fundo, tem um plano, tem uma *performance* cristalizada no princípio de formalização (FOUCAULT, *ibid.*, p. 123). Neste caso, a “concorrência possui uma lógica interna, tem sua estrutura própria. Seus efeitos só se produzem se essa lógica é respeitada. É, de certo modo, um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos” (FOUCAULT, *loc. cit.*). Com isso, Foucault quer mostrar a análise do qual se estabelece o produto econômico como mecanismo intrínseco da natureza formal. Embora, é importante destacar que o ponto crucial foucaultiano é justamente perceber o que torna possível a própria economia de que se pode analisar em seus detalhes pelo qual o objetivo formal dos processos econômicos, haja vista que, o processo “foge da órbita” de uma análise estritamente econômica é, portanto, a história, neste arcabouço, o professor dos Sistemas de Pensamento do *Collège de France* nos revela que “l’ économie analyse les processus formels, l’histoire va analyser les systèmes qui rendent possibles ou impossible le fonctionnement de ces processus formels” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 124). Quer dizer, economia e sociedade estão relacionadas, daí que podemos pensar o funcionamento da *governamentalidade* diante das várias facetas da *biopolítica*, claro, especificamente a *biopolítica* neoliberal.

O que nós gostaríamos de tentar articular no contexto acima é, pois, entender como a história vai se transvestir no ponto de cruzamento entre um tipo novo de *governamentalidade* mostrada, de certa forma, pelo próprio filósofo francês em que libera esta crítica dizendo que a concorrência somente foi possível neste sistema econômico neoliberal a partir do momento em que as ações governamentais foram “necessárias governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008a, p. 165). Ora, é preciso reconstruir o sentido

que havia sido a evolução histórica do pensamento liberal. Eles retomam essa concepção clássica e retomam o princípio da concorrência, e somente da concorrência, para assegurar a racionalidade econômica. Ela pode assegurar a racionalidade econômica mediante o quê? Pois bem, mediante a formação de preços, que, na medida em que há concorrência plena e inteira, são capazes de medir as grandezas econômicas e, por conseguinte, regular as escolhas” (FOUCAULT, M. *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, 2008a, pp. 161-162, *nosso grifo*). Tradução de Eduardo Brandão.

filosófico, o sentido sociológico, o sentido histórico, e por fim, o sentido econômico dessa frase problemática marcada pelo autor de *Vigiar e punir*. Com efeito, a frase citada na nossa perspectiva já tem aí um momento de ajustes e reajustes na necessidade de governar para o mercado; governar para o mercado – quer dizer – governar seguindo os passos fundamentais de um mercado formal ou não. Na verdade, este mercado deve ser baseado na concorrência “espontânea” do fluxo de mercadoria, isto é, governar para o mercado significa estabelecer metas em que o mercado possa ser dinâmico, para isso, é importante mencionar que exista uma tecnologia da vigilância de intervenção permanente, na medida em que possa balancear as articulações racionalizada do mercado. Pois bem, Foucault não concorda com a ideia de que se pode governar por causa do mercado, porque aí indica todo um percurso do qual se tem à vista em que o governo está em segundo plano, como se o mercado projetasse à guisa de se governar caindo no extremo do *laissez-faire*. No entanto, esta noção, Foucault vai tentar reconstruir na *governamentalidade* neoliberal a importância do governo em reajustar sua arte de governar perante um mercado do qual precisa intrinsecamente de uma elaboração teórica a partir de técnicas de *governo* em que garanta a *performance* do mercado, claro, baseado na tecnologia da concorrência (FOUCAULT, loc. cit.). Neste sentido, as técnicas de governo é “colocada sob vigilância do mercado; ele deve governar não apenas para o mercado, mas também em função do que dita a lógica do mercado” (LAGASNERIE, 2013, p. 48). Por conseguinte, o que é este neoliberalismo na concepção do autor de *História da sexualidade II: usos dos prazeres* afinal que libera a possibilidade de interpretação de governar para o mercado?

O que é portanto esse neoliberalismo? Na última vez, procurei lhes indicar pelo menos qual era o seu princípio teórico e político. Procurei lhes mostrar como, para o neoliberalismo, o problema não era em absoluto saber, da mesma maneira que no liberalismo do tipo de Adam Smith, no liberalismo do século XVIII, como, no interior de uma sociedade política já dada, era possível recortar, arranjar um espaço livre que seria o mercado. O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata portanto de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado. É esse, a meu ver, o desafio. E eu lhe havia procurado lhes mostrar que, para conseguir fazer esta operação, isto é, saber até que ponto e em que medida os princípios formais de uma economia de mercado podiam indexar uma arte geral de governar, os neoliberais haviam sido obrigados a fazer o liberalismo clássico passar por certo números de transformações (FOUCAULT, op. cit., p. 181).

Resumindo a ideia foucaultiana, podemos dizer que, o governo é pois um grande regulador do mercado, por sua vez, impõe uma *governamentalidade* geral de controle na sociedade a partir de uma tecnologia de vigilância na qual centraliza à sociedade pautada virtualmente em uma sociedade reguladora. Neste caso, o objetivo de Foucault era de articular a respeito do neoliberalismo, entender, então, como os dispositivos de segurança conseguem

controlar à sociedade a partir dos arranjos do mercado; isto é, saber de certa maneira como o mercado garante de uma forma geral o comportamento da sociedade engendrada no sistema pautado na concorrência. Claro, é importante destacar que, ao mesmo tempo que a concorrência se torna o fator preponderante na *governamentalidade neoliberal*, a própria sociedade, está em segundo plano, terceiro plano etc. Neste sentido, a própria noção de sociedade vai sendo “eliminada” aos poucos; para poder dar espaço ao governo de populações, pois sim, é melhor falarmos em população econômica. Pois bem, gostaríamos de mencionarmos que o conceito de sociedade permanece, porém não estar estagnado no sentido clássico a respeito do conceito puro de sociedade.

Antes de mais nada, é interessante compreender em Foucault, qual seria, pois, a armadura essencial do neoliberalismo em relação a noção de mercado e a sociedade? Para nossa melhor compreensão no assunto, eis o que relata o professor do *Collège de France*:

O neoliberalismo, o governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. Ele não tem de constituir, de certo modo, um contraponto ou um anteparo entre a sociedade e os processos econômicos. Eles tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura. No fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto de espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que sua intervenção vai possibilitar o que é seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade. Vai se tratar, portanto não de um governo econômico, como aquele que sonhavam os fisiocratas⁶⁶, isto é, o governo tem apenas de reconhecer e observar as leis econômicas; não é um governo econômico, é um governo de sociedade. Aliás, no colóquio *Lippmann* houve alguém, um dos palestrantes, que, em 1939, sempre buscando essa definição do liberalismo, dizia: não poderíamos chama-lo de ‘liberalismo sociológico’⁶⁷? Em todo caso, é um governo de sociedade, é uma política de sociedade o que os neoliberais querem fazer. Aliás, foi Muller-Armack que deu a política de Erhard o nome significativo de *Gesellschaftspolitik*⁶⁸. É uma política de sociedade. As palavras, afinal, querem dizer o que [dizem], e a trajetória das palavras indica de fato os processos que elas podem indicar. Quando Chaban, em 1969-70, propõe uma política econômica e social, ele a apresenta como

⁶⁶ “Sobre o conceito fisiocrático de ‘governo econômico’, cf. *Sécurité, Territoire, Population*, op. cit., aulas de 25 de Janeiro de 1978, p. 88, n. 40, e de 1º de Fevereiro de 1978, p. 116, n. 23”. (FOUCAULT, M. *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 215).

⁶⁷ “Essa expressão não se encontra nas atas do *Colloque W. Lippmann* (sem dúvida Foucault confunde-a com a expressão empregada por L. Marlio, p. 102, ‘liberalismo social’: cf. *supra*, nota 15). Ela é empregada entretanto por W. Ropke em *Civitas Humana*, trad. cit. [*supra*, p. 171, nota 21], p. 43: ‘O liberalismo a que chegamos [...] poderia ser designado como um liberalismo sociológico contra o qual perdemos o gume as armas forjadas contra o antigo liberalismo unicamente econômico’” (FOUCAULT, M. *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, loc. cit.).

⁶⁸ “Cf. F. Bilger, *La Pensée économique libérale...*, p. 111 (que não dá a fonte). O termo *Gesellschaftspolitik* só surge, ao que parece, nos escritos de A. Muller-Armack a partir de 1960. Cf. ‘Die zweite Phase der sozialen Marktwirtschaft. Ihre Ergänzung durch das Leitbild einer neuen Gesellschaftspolitik’, 1960 (reed. In A. Muller-Armack, *Wirtschaftsordnung und Wirtschaftspolitik*, pp. 267-91, e in W. Stutzel et al., org., *Grundtexte der sozialen Marktwirtschaft*, op. cit. [*supra*, p. 133, nota 21], pp. 63-78) e ‘Das gesellschaftspolitische Leitbild der sozialen Marktwirtschaft’, 1962 (reed. In *Wirtschaftsordnung...*, pp. 239-317). Ele define então o programa no plano da política interna, da segunda fase da construção da economia social de mercado” (FOUCAULT, M. *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, *ibid.*, pp. 215-216, grifos do autor).

um projeto de sociedade, isto é, ele fará exatamente da sociedade o alvo e o objetivo da prática governamental⁶⁹ (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 199-200, *grifos do autor*).

Nota-se que esta longa citação nos quer mostrar, justamente, que Michel Foucault entende a armadura do neoliberalismo para “além” do circuito restritamente econômico, antes de tudo, o governo de sociedade também irá se transformar em um *Governo econômico de populações*, na medida em que o governo de sociedade é, dessa forma, uma arte de pensar, uma arte de calcular do qual reluz o tecido da sociedade em sua mínima e máxima espessura de que foi aos poucos intervindo como prática *governamental*, atravessando, por conseguinte, a sociedade mediante uma técnica de *governo*. Então, posso entender que, os neoliberais segundo Foucault deve constituir, sem dúvida, um princípio regulador, ao passo que, procuram projetar em seus fundamentos uma sociedade que tenha como modelo à dinâmica concorrencial e não submetida aos traços do efeito-mercadoria (FOUCAULT, *ibid.*, p. 201).

Sob esse aspecto, a arquitetura da *biopolítica* neoliberal se constitui nesta pesquisa quando o professor do *Collège de France* consegue perceber o processo de subjetivação do *homo oeconomicus II*, isto é, um *governo de si mesmo*, aquele que produz “L’ *homo oeconomicus* qu’ on veut reconstituer, ce n’ est pas l’homme de l’échange, ce n’ est pas l’homme consommateur, c’est l’homme de l’entreprise et de la production” (FOUCAULT, 2004b, p. 152); (FOUCAULT, 2004b, p. 180, *passim*). Aqui, está provavelmente a chave da interpretação no sentido do *homo oeconomicus* do neoliberalismo do qual a nossa pesquisa traduziu como *homo oeconomicus II* para poder diferenciá-lo do *homo oeconomicus* clássico – a saber – o homem da troca, o homem da sociedade mercantil, mas “revelar” o homem do neoliberalismo, aquele, pois, que é *empreendedor de si mesmo* ou *empresário de si mesmo*.

A atuação recorrente conduz com as atribuições dos *ordoliberais* alemães e dos neoliberais americanos. Os primeiros pode ser marcado quando dentro de um contexto particular da sociedade alemã conseguem projetar na própria sociedade alemã a “necessidade de uma *Gesellschaftspolitik*, como eles dizem, de uma política de sociedade e de um intervencionismo social ao mesmo tempo ativo, múltiplo, vigilante e onipresente”

⁶⁹ “Jacques Chaban-Delmas (1915-2000): primeiro-ministro na presidência de Georges Pompidou, de 1969 a 1972. Seu projeto de ‘nova sociedade’ apresentado em seu discurso de posse, em 16 de Setembro de 1969, e inspirado por seus dois colaboradores, Simon Nora e Jacques Delors, provocou numerosas resistências da parte conservadora. Denunciando ‘a debilidade da nossa indústria’, declarava notadamente: ‘Mas aqui a economia se une à política e ao social. De fato, o funcionamento defeituoso do Estado e o arcaísmo de nossas estruturas sociais são obstáculos ao desenvolvimento econômico que nos é necessário. [...] O novo fermento de juventude, de criação, de invenção, que sacode a nossa velha sociedade, pode fazer crescer a massa de formas novas mais ricas de democracia e de participação, em todos os organismos sociais assim como num Estado menos rígido, descentralizado. Podemos, portanto, empreender a construção de uma nova sociedade!’ [fonte: www.assemblee-nat.fr]” (FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica*, loc. cit.).

(FOUCAULT, 2008a, p. 221). Resumindo a ideia foucaultiana dos *ordoliberalis* alemães, de fato, o intervencionismo social está longe de ser contra a economia de mercado, na verdade, é um aliado, portanto, este intervencionismo funciona na medida em que abre às condições necessárias sociais e históricas para a possibilidade do fluxo de uma economia de mercado ao passo que introduz às condições referentes aos mecanismos formais da concorrência; ora, para que essa concorrência funcione é preciso que haja uma regulação do mercado concorrencial, deste feito, é importante assinalar que sem a concorrência não era possível calcular os efeitos negativos na sociedade, pois bem, com a *Gesellschaftspolitik* dos *ordoliberalis* deveriam anular, pois, os efeitos antissociais da concorrência, embora, isto somente deveria erigir no interior da própria sociedade (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 221-222). Portanto, para que o leitor aprofunde o tema sobre o *ordoliberalismo* alemão, as Aulas de 14 e 21 de Fevereiro de 1979 do Curso proferido pelo filósofo francês denominado *Nascimento da biopolítica* são, pois, a articulação extensiva de Foucault no que tange esta noção de neoliberalismo advindo da Alemanha. Logo, para finalizarmos esta questão do *ordoliberalismo* alemão, eis a citação de fundamental importância que marca essa noção foucaultiana:

Foi isso que procurei salientar na última vez e, para dar um conteúdo a essa *Gesellschaftspolitik*, creio que há dois grandes eixos sobre os quais os *ordoliberalis* insistiram. De um lado, a formalização da sociedade com base no modelo da empresa – e eu lhes indiquei a importância, sobre a qual tornarei mais tarde, dessa noção de empresa (seria preciso fazer dessa noção toda uma história, ao mesmo tempo econômica, histórica, social, do empresário e da empresa, com toda derivação de um outro desde o fim do século XIX até o meado do século XX) –; formalização portanto da sociedade com base no modelo da empresa. E o segundo aspecto é aquele de que gostaria de lhes falar hoje: a redefinição da instituição jurídica e das regras de direito necessárias numa sociedade regulada a partir e em função da economia concorrencial de mercado; ou seja, *grosso modo*, o problema do direito⁷⁰ (FOUCAULT, *loc. cit.*, *grifos do autor*).

A segunda perspectiva gostaríamos de responder a partir do embasamento teórico do professor Foucault a respeito do neoliberalismo americano chegando a ponto de que o professor do *Collège de France* nos revela que o neoliberalismo americano pode ser considerado típico dessa sociedade. A esse respeito, aproveitamos para iniciar descrevendo a diferença do neoliberalismo americano em relação ao alemão. Com efeito, tal problemática aparece na Aula de 7 de Março de 1979, eis como aparece essa diferença:

(...) Característica dessa difusão do neoliberalismo nos Estados Unidos é que essa *governamentalidade* neoliberal, em vez de ser, de certo modo, propriedade quase exclusiva do pessoal *governamental* e dos seus conselheiros, como acontece na França, apresenta-se, pelo menos em parte, como uma espécie de grande alternativa econômico política que adquire a forma, em todo caso num determinado momento, de todo um movimento de oposição política, se não de massa, pelo menos amplamente

⁷⁰ “FOUCAULT, M. *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 231 et. seq.”

difundido no interior da sociedade americana. Tudo isso faz que seja totalmente impossível tratar, ao mesmo tempo, da difusão do modelo alemão na França e do movimento neoliberal americano. Os dois fenômenos não coincidem, não se superpõem, embora, é claro, entre um e outro exista todo um sistema de troca e de apoios (FOUCAULT, *ibid.*, p. 267, *nossos grifos*).

Pois bem, a nossa pesquisa tentará elucidar como o autor de *Hermenêutica do sujeito* opera um deslocamento muito pertinente sobre o neoliberalismo americano. A partir de então, na Aula de 14 de Março de 1979 neste Curso, por sua vez, vai resumir todo o percurso foucaultiano sobre o neoliberalismo. Sob este aspecto, tal Aula é fundamental para nossa pesquisa porque aqui de fato vai aparecer o *homo oeconomicus II* como o *empresário de si mesmo*, claro, as outras Aulas seguintes em que finalizam o Curso de 1978-79 são o desenvolvimento desse *homo oeconomicus II* como *empresário de si mesmo* que ao mesmo tempo projeta a sociedade como *empreendedora de si mesma* dentro, pois, de uma subjetivação próprio da operação no que tange ao neoliberalismo.

A lógica neoliberal americana condiz com uma maneira de ser e, por conseguinte, de pensar de modo que indica uma relação intrínseca e extrínseca entre governantes e governados, isto, pois, projeta de certa forma uma liberdade no qual vai muito mais longe que uma filiação política, porém como nos descreve Foucault um modo específico de reivindicação global – ou seja – abre espaço para a intervenção tanto quanto do lado da direita quanto da esquerda; com efeito, segundo esta ideia foucautiana o neoliberalismo americano também pode ser considerado como uma maneira utópica, todavia essa utopia, podemos dizer que, sempre está produzindo uma utopia reativada, por sua vez, mostra muito bem um modo de pensamento, um quadro de análise, seja ao efeito econômico, seja ao modo social (FOUCAULT, *ibid.*, p. 301); (Cf. FOUCAULT, *loc. cit.*); (Cf. FOUCAULT, *ibid.*, p. 302).

Em consonância com essa noção, gostaríamos de enfatizar o produto do trabalho na visão dos neoliberais americanos quando eles criticam a ideia clássica de que se aspiravam o modelo político-econômico no qual tinha a ótica de que a produção de bens comportava-se no arcabouço de três fatores que são, por conseguinte, a terra, o capital e o trabalho; com efeito, os americanos criticam tal ideia pois, aí não temos, portanto, uma exploração viva do trabalho – ou seja – para esses neoliberais da América do Norte, o trabalho permaneceu estagnado, ou melhor, inexplorado; com isso, a crítica americana não permanece apenas neste ponto, eles vão anexar um pensamento bastante específico quando se trata deste contexto do trabalho inexplorado, ora eles nos revelam que o trabalho no fundo não estava introduzido, não estava habituado, por via das regras, no campo da análise econômica (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 302-303); (Cf. FOUCAULT, *ibid.*, p. 304-9). Logo, para que nós possamos pensar junto com os

críticos dessa dissertação gostaríamos de elucidar uma passagem muito importante que resume muito bem esta noção foucaultiana sobre o trabalho no circuito da exploração econômica, tal passagem se encontra no livro intitulado *A última lição de Michel Foucault* na qual indica a seguinte problemática:

Um dos golpes de força do neoliberalismo consiste, por conseguinte, em propor decifrar todo um conjunto de realidades e referências não mercadológicas em termos mercadológicos. O homem não é mais pensado como um ser compartimentado que adotaria raciocínios econômicos para suas ações econômicas, mas que obedeceria a valores sociais, morais, políticos, psicológicos, éticos etc., em outros domínios de sua existência. Ele é conceitualizado como um ser unificado, coerente. Portanto, ele deve aplicar o cálculo econômico a todas as coisas, isto é, comportar-se como uma pequena empresa que, pressionada pelos recursos de que dispõe, busca-se a cada instante maximizar sua utilidade: o neoliberalismo propõe utilizar o modelo de *homo oeconomicus* como grade de inteligibilidade de todos os atores e todas as ações⁷¹ (LASGANERIE, 2013, p. 149, *grifos do autor*).

O argumento de outrora, compraz com o *homo oeconomicus II* como um *empreendedor de si mesmo*, de modo que, no neoliberalismo este *homo oeconomicus* deve ser seu próprio capital, de tal maneira que é a fonte de sua renda (FOUCAULT, op. cit., p. 311); (Cf. FOUCAULT, *ibid.*, p. 310). Deste feito, nós gostaríamos de terminar este **item** sobre a *biopolítica* neoliberal a partir do relato do próprio professor do *Collège de France*:

O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor. Produz o quê? Pois bem, produz simplesmente sua própria satisfação. E deve-se considerar o consumo como uma atividade empresarial pela qual o indivíduo, a partir de certo capital de que dispõe, vai produzir uma coisa que vai ser sua própria satisfação⁷². E, por conseguinte, a teoria, a análise clássica e mil vezes repisada daquele que é consumidor, por um lado, mas é produtor e, na medida em que é produtor de um lado e consumidor de outro, está de certo modo dividido em relação a si mesmo, todas as análises sociológicas (porque elas nunca foram econômicas) do consumo de massa, da sociedade de consumo etc., tudo isso não funciona e não vale nada em relação ao que seria uma análise do consumo nos termos neoliberais da atividade de produção. É portanto uma mudança completa na concepção do *homo oeconomicus*, ainda que haja efetivamente um retorno à ideia de um *homo oeconomicus* como grade de análise da atividade econômica (FOUCAULT, *ibid.*, p. 11, *grifos do autor*).

⁷¹ “BECKER, Gary. *The Economic Approach of Human Behaviour*. Chicago: Chicago University Press, 1976, p. 14” (LASGANERIE, *A última lição de Michel Foucault*, 2013, p. 149).

⁷² “G. Becker, *The Economic Approach...*, p. 134: ‘[...] this approach views as the primary object consumer choice various entities, called commodities, from which utility is directly obtained. These commodities are produced by the consumer unit itself through the productive activity of combining purchased Market goods and services with some of the household’s own time’. Foi no seu artigo ‘A Theory of the Allocation of Time’, *Economic Journal*, 75, nº. 299, Setembro de 1965, pp. 493-517 (reed. In *The Economic Approach...*, pp. 90-114), que G. Becker expôs pela primeira vez essa análise das funções de produção das atividades de consumo (cf. M. Riboud e F. Hernandez Iglesias, ‘La théorie du capital humain...’, pp. 241-2). Cf. H. Lepage, op. cit., p. 327: ‘Nesse prisma, o consumidor não é somente um ser que consome; é um agente econômico que ‘produz’. Que produz o quê? Satisfações de que ele próprio é o consumidor” (FOUCAULT, *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 326).

4.2. Genética

O que nós gostaríamos de articular neste **item** é sobretudo pensar como Foucault conseguiu perceber que às condições da genética vai entrar no cálculo econômico de modo que vai ser muito importante para construir este *homo oeconomicos II*, ou seja, o homem que vai ao encontro da concorrência, da produção, haja vista que, vai girar em torno dos mínimos detalhes do código genético. É importante assinalar que esta questão da genética aparece no Curso *Nascimento da biopolítica* precisamente na Aula de 14 de Março de 1979 ministrado por Michel Foucault no *Collège de France*:

En effet, la génétique actuelle montre bien qu' un nombre beaucoup plus considérable d'éléments qu' on ne pouvait [l'] imaginer jusqu'à présent [est] conditionné par l'équipement génétique que nous avons reçu de nos ascendants. Elle permet en particulier d'établir, pour un individu donné, quel qu'il soit, les probabilités de contracter tel ou tel type de maladie, à un âge donné, pendant une période de sa vie donnée, ou d' une façon tout à fait quelconque à n'importe quel moment de sa vie. Autrement dit, l'un des intérêts actuels de l'application de la génétique aux populations humaines, c'est de permettre de reconnaître les individus à risque et le type de risque que les individus courent tout au long de leur existence. Vous me direz: là encore on n'y peut rien, nos parents nous ont faits comme ça⁷³ (2004b, pp. 233-234).

A citação acima é de fundamental importância, pois, nos mostra, claramente quais são os indivíduos de risco ou não, que a Engenharia genética poderá controlar a partir de uma determinada população humana. Neste caso, aparece o homem do capital neoliberal que vai, por sua vez, sinalizar uma “categoria” fundamental para compor a *biopolítica* neoliberal devido o indivíduo moderno ser colocado dentro dessa sociedade em funcionamento a partir de uma complexidade produtiva acelerada e bem tecida organicamente, formando, com isso, um tecido social complexo e de extrema rigidez, de tal forma que a noção aqui apresentada pode ser entendido como um trabalhador-máquina no qual vai produzir tendo em vista o fluxo de renda (FOUCAULT, *ibid.*, p. 230), além do mais, podemos dizer que o *homo oeconomicus II* como *empreendedor de si mesmo* também tem que ser uma “máquina genética” para ser capaz de atravessar todas as barreiras que a natureza e o espaço geográfico lhes impõem, para simplesmente exercer o fluxo do capital de forma eficiente. Com efeito, nesse quadro é

⁷³ “De fato, a genética atual mostra muito bem que o número de elementos muito mais considerável do que se podia imaginar até hoje [é] condicionado pelo equipamento genético que recebemos dos nossos ascendentes. Ela possibilita, em particular, estabelecer para um indivíduo dado, qualquer que seja ele, as probabilidades de contrair este ou aquele tipo de doença, numa idade dada, num período dado da vida ou de uma maneira totalmente banal num momento qualquer da vida. Em outras palavras, um dos interesses atuais da aplicação da genética às populações humanas é possibilitar reconhecer os indivíduos de risco e o tipo de risco que os indivíduos correm ao longo de sua existência. Vocês me dirão: também nesse caso não podemos fazer nada, nossos pais nos fizeram assim” (FOUCAULT, M. *Curso no Collège de France: Nascimento da biopolítica*, 2008a, p. 313). Aqui usamos novamente a tradução de Eduardo Brandão, principalmente para comparar o original e a tradução feita para o português.

importante salientar uma passagem de fundamental importância de que se compraz a ideia foucaultiana de “máquina-fluxo” tendo como ponto de interesse o orgânico, o biológico, deste homem moderno de sorte que, quem traz essa interpretação foucaultiana para o centro de nossa investigação é o autor do livro *Michel Foucault: poder e análise das organizações*:

O indivíduo moderno é colocado em funcionamento por meio de um complexo produtivo e não é constituído para viver a distância, mas sim para compor organicamente esse complexo. Assim por individualidade orgânica, Foucault designa o indivíduo moderno, produzido para ser ativo e útil e integrante de diferentes quadros de produção, já que cada um dos seus atos é medido e utilizado. Além, de celular e orgânica, a individualidade mostra-se genética por ser o meio que permite a acumulação do tempo e que visa a sua maior rentabilidade (SILVEIRA, 2005, p. 85).

Em consequência, sobre a natureza da genética articulada nos escritos de Foucault é importante destacar que em nenhum momento ele quer conservar a noção do racismo biológico; aquele mencionado na Aula de 17 de Março de 1976 no Curso proferido por ele no *Collège de France* intitulado *Il faut défendre la société* (FOUCAULT, 1997a). Na verdade, o que Foucault quer mostra sobre a genética é, por conseguinte, que ela entra como fator importantíssimo no cálculo econômico do sistema neoliberal. Para que a nossa pesquisa compreenda esta perspectiva, temos que escapar da ideia e do propósito da genética indicado segundo o autor do *Governo de si e dos outros* (2010a) nos termos tradicionais do racismo (idem, 2004b, p. 234). Dessa forma, para que possamos compreender os objetivos de Foucault. Eis o que ele descreve:

Si l'on veut essayer de saisir ce qu'il y a de politiquement pertinent dans le développement actuel de la génétique, c'est en essayant d'en saisir les implications au niveau même de l'actualité, avec les problèmes réels que ça pose. Et dès lors qu'une société se posera à elle-même le problème de l'amélioration de son capital humain en general, il ne peut pas ne pas se produire que le problème du controle, du filtrage, de l'amélioration du capital humain des individus, en fonction bien sûr des unions et des procréations qui s'ensuivront, ne soit pas fait ou ne soit en tout cas exigé. Et c'est donc en termes de constitution, de croissance, d'accumulation et d'amélioration du capital humain que se pose le problème politique de l'utilisation de la génétique. Les effets, disons, racistes de la génétique sont certainement quelque chose qu'il faut redouter et qui sont loin d'être épongés. Ça ne me paraît pas être l'enjeu politique majeur actuellement (ibid., pp. 234-235).

4.3. Genealogia do Capital humano

Para entendermos o desfecho da *genealogia do capital humano* que atravessa a América do norte, precisamente os Estados Unidos; estes neoliberais vão colocar em jogo a ideia de que o trabalho precisaria entrar como fator preponderante na análise econômica. Então, cabe a seguinte pergunta qual a fonte de Foucault a respeito desta natureza da *governamentalidade* neoliberal americana?

Foi o que tentou fazer certo número deles, sendo o primeiro Theodore Schultz, que, no correr dos anos de 1950-60, publicou um certo número de artigos cujo inventário se encontra num livro publicado em 1971 chamado *Investment in Humain Capital*. Gary Becke⁷⁴ publicou, mais ou menos nos mesmos anos, um livro com o mesmo título, vocês tem um terceiro texto que é bastante fundamental e mais concreto, mais preciso do que outros, que é o Mincer sobre a escola e o salário, publicado em 1975 (FOUCAULT, 2008a, pp. 303-304).

É preciso considerar, antes de mais, que a assimilação de Foucault em relação ao *capital humano* tem suas facetas e perspectivas, de modo que não podemos considerar o contorno do *capital humano* como uma única via. Pois bem, é justamente neste patamar que a nossa pesquisa gira em torno de um *capital humano*, na medida em que, essa arte *governamental* possa explorar os vários modos de pensar a articulação da produção no mercado financeiro do neoliberalismo em que o ser humano se torna um *empendedor de si mesmo*.

A ideia de *capital humano* pode ser concebido quando existe a noção de que o trabalho pode ser colocado como fator de exploração financeira. Veja bem, este é um modo de conceber a eficácia do trabalho, não somente nesta perspectiva que a natureza do trabalho gira. Gira também em torno do fator tempo, gira em torno dos corpos dos indivíduos, do melhoramento genético etc., enfim, levando em consideração o pensamento de Foucault, o *capital humano* tem que ser pensado desde o berço como nós brasileiros o entendemos. Pois bem, o *capital humano* tem por via das regras seu investimento no legado da educação, este é o ponto que a nossa pesquisa quer mostrar, quer explorar. Todavia, é importante enfatizar essa noção de educação, precisamente na relação de mãe e filho, porque é muito interessante para o desfecho do neoliberalismo.

Com efeito, a educação como formação é um dos passos nos quais os neoliberais irão dizer que constitui um investimento educacional a custo de um *capital humano*; enfim, eles afirmam que este capital de fundo humano vai muito além do simples ato de aprendizado escolar ou o simples fato profissionalizante (FOUCAULT, *ibid.*, p. 315). Além do mais, este investimento educacional vai formar segundo Foucault uma competência-máquina, isto é, o tempo em que a mãe passa cuidado de seu filho quando ele ainda está no berço vai ser, por sua vez, o modo importantíssimo para constituir este indivíduo como possível competência-

⁷⁴ É importante assinalar que em 9 de Maio de 2012 aconteceu um debate muito importante na Universidade de Chicago entre Gary Becker e François Ewald junto com a intervenção de Bernard Harcourt que dialogavam justamente a respeito da recepção de Michel Foucault sobre a teoria do *capital humano* do próprio Gary Becker no qual o diálogo tem como título principal **Gary Becker dialogue avec Michel Foucault** que foi traduzido para o francês por Stéphane Dufois «Cf. BECKER ; EWALD ; HARCOURT, *American neoliberalism & Michel Foucault's 1979 birth of biopolitics lectures: A conversation with Gary Becker, François Ewald, and Bernard Harcourt*, 2012, p. 265-288»

máquina, de modo que vai ser a constituição eficaz do *capital humano* (FOUCAULT, loc. cit.). Neste sentido, podemos compreender que Foucault pensa que o *capital humano* será melhor concretizado se a educação da criança for bem trabalhada desde o berço, mas, para isso, os pais precisam dedicasse mais horas ao cuidado do filho, sendo que, menos horas de dedicação pode afetar no desenvolvimento desde futuro *capital humano*.

O simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um *capital humano*. Tempo passado, cuidados proporcionados, o nível de cultura dos pais também – porque se sabe muito bem, justamente, que, para um mesmo tempo passado, pais cultos vão formar um *capital humano*, para a criança, muito mais elevado do que se não tiverem o mesmo nível de cultura –, o conjunto dos estímulos culturais recebidos por uma criança: tudo isso vai constituir elementos capazes de formar um *capital humano*. Ou seja, vai se chegar assim a toda uma análise ambiental, como dizem os americanos, da vida da criança, que vai poder ser calculada e, até certo ponto, *quantificada*, em todo caso, que vai poder ser medida em termos de possibilidades de investimento em *capital humano* (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 315-316, *nossos grifos*).

Sob este aspecto, podemos compreender que o casamento é o ponto essencial para produzir *capital humano*, e podemos dizer que, quanto mais as famílias possuem um maior poder aquisitivo, mais elevado e eficaz será a transmissão deste *capital humano*, pois, temos aí uma consequência fundamental de um investimento financeiro; por esse ângulo, é importante assinalar que, quanto maior a renda *per capita* das famílias, maior será o investimento nos filhos. E, a ação de uma *governamentalidade* se faz mais produtiva quando existe um maior investimento, isto é óbvio. Pois bem, “Se na economia clássica o indivíduo era explorado pela sua força de trabalho, na *governamentalidade* neoliberal o indivíduo vale enquanto seu *capital humano*, ele é útil para os interesses do mercado” (FILHO; SANITA; VANDRESE, 2015, p. 112, *nossos grifos*). Nessa mesma perspectiva, vale à pena apontar a importância da *genética* como produtora eficaz de *capital humano*, como força pulsional de lançar no mercado os bebês geneticamente produzidos em laboratórios para o simples fato de competir de forma eficiente em um campo econômico-financeiro muito disputado no sentido do indivíduo como *empreendedor de si mesmo*. Neste sentido, que o mercado tornar-se um objetivo de controle, uma tecnologia que pensa a sociedade concorrencial pela modo de custo benefício, não apenas de um só indivíduo, ademais, no relevo fundamental da população economicamente ativa. Pois bem, isso é teoria do *capital humano* de que se leva o neoliberalismo como o fundo de segurança da nova arte de governar se tratando do modo racional da empresa (CASTRO, 2014, p. 116). Neste sentido, a técnica do *si mesmo* do homem converge com o homem da economia, aquele, pois, que estuda o fundamento da economia, pois sim, este homem é evidentemente governável,

manipulado, ao passo que seu comportamento entra verdadeiramente imbuído em dados estatísticos (CASTRO, loc. cit.).

4.4. O Indivíduo como Empreendedor de Si mesmo

A primeira iniciativa, pelo qual, nós gostaríamos de articular sobre o homem como *empreendedor de si mesmo* é justamente pensar como o indivíduo procede dentro de um tipo de *governamentalidade* do qual ele mesmo é manipulado, é vigiado, de tal forma que vai ser um peça chave para compor o cálculo do sistema neoliberal. Portanto, quem será o indivíduo *empreendedor de si mesmo*? Antes de mais nada, é preciso compreender que o *empreendedor de si mesmo* é aquele que busca valorizar e potencializar seu próprio capital, isto é, tal indivíduo produz seu próprio capital, produz sua própria renda, faz um investimento em *si próprio*, tem, por sua vez, a sua própria verdade, claro, quando se trata de um indivíduo do consumo. Mas, ele mesmo se governa? Ou é apenas um *empreendedor de si mesmo* na medida em que gerencia seu próprio capital? Daí, podemos compreender o desdobramento crítico. Será se o homem como *empreendedor de si mesmo* consegue ele mesmo se governar diante de uma mercado aquecedor sobre o efeito da concorrência? Qual seria, pois, o legado e a postura de uma crítica a noção de que o indivíduo é *empreendedor de si mesmo*?

Com efeito, gostaríamos de ampliar tal ideia, levando em consideração a ideia de salário que na nossa concepção é a porta de entrada para que possamos vivenciar o funcionamento deste homem pelo qual a importância de seu salário é essencial para ser atribuído perante o capital, de modo que, este capital vai ser traduzido como *capital humano*. Doravante, voltando a ideia de que o homem é homem-máquina (FOUCAULT, 2008a, pp. 311-312). Tudo bem, articular a respeito desde homem-máquina é fundamental; porém, é importantíssimo não esquecer que o homem empreendedor de seu próprio negócio nada mais é que uma crítica muito importante ao *homo oeconomicus I*, de sorte que tal crítica radical se poli na exploração do trabalho ao *homo oeconomicus I*, aquele homem da troca. Pois bem, o *empreendedor de si mesmo* participa de uma abordagem diferente no mercado financeiro. Por conseguinte, como este contorno se apresenta no pensamento dos neoliberais analisado pelo filósofo francês?

Os neoliberais dizem: o trabalho fazia parte de pleno direito da análise econômica, mas a análise econômica, mas a análise econômica clássica, tal como havia sido conduzida, não era capaz de tomar a si esse elemento, o trabalho. Bem, nós o fazemos. E a partir do momento em que eles o fazem, e o fazem nos termos que acabo de lhes dizer, a partir desse momento eles são levados a estudar a maneira como se constitui

e se acumula esse *capital humano*, e isso lhes possibilita aplicar análises econômicas a campos e a áreas que são totalmente novos (FOUCAULT, *ibid.*, p. 312, *nosso grifo*).

4.5. Como aparece a ideia de Homem a partir do neoliberalismo

Antes mesmo da nossa pesquisa articular sobre a noção de homem dentro da corporificação do neoliberalismo é preciso ressignificar este pensamento do filósofo francês, pois o *homo oeconomicus II*, sem dúvida, participa do contexto neoliberal, na medida em que este *homo oeconomicus II* é o *empreendedor de si mesmo*. Pois bem, vale à pena voltar na obra *As palavras e coisas* (1999a) para entender o porquê de Foucault mostrar que a ideia de homem estar perto do fim. Qual seria o homem que Foucault estaria criticando em *As palavras e as coisas*? Então, qual seria a crítica foucaultiana ao *homo oeconomicus II*? Por conseguinte, a noção de homem morre e depois ressurgiu no neoliberalismo ou não? Pensamos, pois, que é importantíssimo descrever tal problemática, devido tais questões nos quais são de fundamental importância para que possamos entender a articulação inovadora de Foucault ao episódio da história do homem, da história *genealógica* do homem.

Sob este aspecto, na obra *As palavras e as coisas* Foucault vai mostrar que a ideia de homem vai aparecer na medida em que a cultura moderna pensa o homem compatível com as objeções da finitude (FOUCAULT, 1999a, p. 438). Esse acontecimento vai ser percebido pelo professor do *Collège de France* ao passo que ele nos revela que a modernidade vai atribuir a natureza do homem a partir das concepções *empíricas* e por conseguinte no interior do *transcendentalismo*, neste patamar, a modernidade vai colocar o homem ao passo de um saber duplo: o *empírico* e o *transcendental* (FOUCAULT, *ibid.*, p. 439). Em poucas palavras, o ser humano vai ser pensado nos limites de sua fisiologia, nos limites da economia, nos limites das leis jurídicas, seu poder biológico também aparece como um ponto importante, ao passo que, na idade clássica o homem não vai ser colocado nesta perspectiva segundo Foucault, tal que a natureza que o determina (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 427-428) ou seja, pensar o homem como ser natural – isto é – no campo do *empírico* e do *transcendental*. Ora, a partir destes dois atributos vemos como, então, Foucault esboça tal trama entre o *empírico* e o *transcendental*:

Viu-se então aparecer duas espécies de análises: as que se alojaram no espaço do corpo e que, pelo estudo da percepção, dos mecanismos sensoriais, dos esquemas *neuromotores*, da articulação comum às coisas e ao organismo, funcionaram como uma espécie de estética *transcendental*; aí se descobria que o conhecimento tinha condições *anatomofisiológica*, que ele se formava pouco a pouco na nervura do corpo, que nele tinha talvez uma sede privilegiada, que suas formas, em todo o caso, não podiam ser dissociadas das singularidades de seu funcionamento; *em suma*, que havia uma natureza do conhecimento humano que determinava as formas e que podia, ao

mesmo tempo, ser-lhe manifestada nos seus próprios conteúdos *empíricos* (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 439-440, *nossos grifos*).

Enfim, o que nós gostaríamos de apresentar nesta parte dessa dissertação é entender o homem moderno para depois pensar por que Foucault vai dizer que o homem está à beira do falecimento? Com efeito, o objetivo de Foucault vai, portanto, despertar uma conjunção crítica nesta ideia da duplicidade do homem, sem dúvida, Foucault critica os postulados kantiano, no qual, para o filósofo francês a argumentação filosófica do filósofo de Königsberg se desdobra ao ponto de que o *transcendental* deve cobrir de maneira absoluta a *empiricidade* na medida em que o discurso *empírico* vai ser subsumido na presunção *transcendental* (FOUCAULT, *ibid.*, p. 471). Pois bem, tal noção vai ser problematizada no pensamento nietzschiano do qual Foucault “bebeu” desta fonte para dizer que o homem está à beira do falecimento.

Sob este aspecto, para Foucault, Nietzsche vai fazer uma dura crítica ao dogmatismo *transcendental*, de modo que, este dogmatismo busca personalizar e descobrir o fundamento do conhecimento (FOUCAULT, *ibid.*, p. 472). Sabe-se pois, que depois de Friedrich Nietzsche o pensamento filosófico vai ter seu contorno a partir de uma crítica filológica na medida em que o filósofo de *Assim falou Zaratustra* combina a filologia através dos mecanismos biologicistas (FOUCAULT, *loc. cit.*). O que isso significa dizer? Significa dizer que Nietzsche vai penetrar em uma crítica onde o ponto de cruzamento entre o homem e Deus vai, assim, se desmoronar na medida em que a morte de um vai ser, por conseguinte, a morte do outro; então, “*a morte do segundo é sinônimo do desaparecimento do primeiro*” (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 472-473, *nossos grifos*). Logo, a combinação deste pensamento, podemos penetrar na recepção de que Foucault faz de Nietzsche sobre dualidade homem e Deus:

Onde a promessa do *super-homem* significa, primeiramente e antes de tudo, a iminência da morte do homem. Com isso, propondo-nos esse futuro, ao mesmo tempo como termo e como tarefa, marca o limiar a partir do qual a filosofia contemporânea pode começar a pensar; ele continuará sem dúvida, por muito tempo, a orientar seu curso. Se a descoberta do Retorno é, realmente, o fim da filosofia, então o fim do homem é o retorno do começo da filosofia. Em nossos dias não se pode mais pensar senão no vazio do homem desaparecido. Pois esse vazio não escava uma carência; não prescreve uma lacuna a ser preenchida. Não é mais nem menos que o desdobrar de um espaço onde, enfim, é de novo possível pensar (FOUCAULT, *ibid.*, p. 473).

Um novo olhar sobre a noção deste novo homem faz com que o cenário contemporâneo esteja montado. A crítica do qual Foucault recebe Nietzsche, vai, por sua vez, aparecer na medida em que a morte de Deus é por conseguinte a morte do homem. Neste sentido, outro filósofo alemão vai mostrar que a morte de Deus significa a morte da metafísica

(HEIDEGGER⁷⁵, 2007, p. 23), portanto, a morte da metafísica, por sua vez, é a morte do próprio homem. Logo, podemos dizer que, a morte do homem, nada mais é, que a morte da noção de dualidade – a saber – a morte, por conseguinte, do “Eu penso”, da ideia de que existe uma separação entre mente e corpo como pensava Descartes nas *Meditações metafísicas* pelo qual transpunha a ideia de que a mente é diferente do corpo. Pois bem, a crítica nietzschiana segundo Foucault tem toda uma cobertura de pensar que o ser humano necessita de seu corpo para dispor como ferramenta neste mundo, como ferramenta fundamental para se inserir em seu presente, em sua atualidade, em pensar o *governo de si mesmo*, fazer também uma crítica em *si mesmo* do qual não era possível pensar esta perspectiva no arcabouço da duplicidade entre o *empírico* e o *transcendental* ao passo que a razão organizaria o mundo através de suas intervenções metalinguísticas. Doravante, o mais importante é justamente pensar junto com o “Nietzsche de Foucault” que a morte do homem significa ser bem mais fundamental do que a própria morte de Deus. E, por quê? Porque o homem tem a possibilidade de pensar a sua própria morte, isto é, sua própria finitude (FOUCAULT, *ibid.*, pp. 433-434). Pois bem, para que possamos entender melhor a suposição da morte do homem, vejamos o que nos revela o próprio Foucault ao recepcioná-lo Nietzsche:

Durante todo século XIX, o fim da filosofia e a promessa de uma cultura próxima constituíam, sem dúvida, uma única e mesma coisa, juntamente com o pensamento da finitude e o aparecimento do homem no saber, hoje, o fato de que a filosofia esteja sempre e ainda em via de acabar e o fato de que nela talvez, porém mais ainda fora dela e contra ela, na literatura como reflexão formal, a questão da linguagem se coloque, provam sem dúvida que o homem está em via de desaparecer (FOUCAULT, *ibid.*, p. 534).

⁷⁵ Desta maneira, Heidegger interpretando Nietzsche nos “revela” que a morte do conceito de Deus é a representação da falência, do esgotamento, da impossibilidade de entender o ente a partir do *Supra-sensível*. Assim, o filósofo Alemão do século XX quer “chegar” ao *Supra-sensível* pelo viés da sentença “Deus está morto”; chegando a essa interpretação Heidegger nos mostra que o *Nilismo* nietzschiano seria o anulamento do *Supra-sensível*, isto é, o anulamento dos princípios normativos, teológicos, teleológicos, racionais, lógicos e morais. Na verdade, a “morte do conceito de Deus” do *Nietzsche de Heidegger* representa a morte do Deus hebraico-cristão e também a morte da *Metafísica*. Dessa forma, para Heidegger, Nietzsche seria o esgotador da *Metafísica*, a saber, o último dos metafísicos. Para nossa melhor compreensão citamos o próprio Martin Heidegger:

A verdade sobre o ente na totalidade chama-se há muito ‘metafísica’. Toda época, toda humanidade é a cada vez suportada por uma metafísica e colocada por meio dela em uma relação determinada com o ente na totalidade, e, com isso, também consigo mesma. O fim da metafísica descortina-se como colapso do domínio do *supra-sensível* e dos ‘ideais’ dele emergentes. Todavia o fim da *metafísica* não significa de maneira nenhuma uma cessação do fim da história. Ele é o início de um a levar a sério este ‘acontecimento apropriativo’: ‘Deus está morto’. Esse início já está em curso. O próprio Nietzsche compreende a sua filosofia como introdução do início de uma nova época. (Heidegger, 2007, p. 23, *nossos grifos*).

Por conseguinte, Heidegger fala-nos na passagem acima acerca de uma estrutura metodológica a respeito da relação intrínseca do *Nilismo* com a *Metafísica*, por sua vez, seria à perda do ideal *Supra-sensível*. Neste sentido, o *Nilismo* seria a “desvalorização de todos os valores”, e heideggerizado perda da história do próprio ente.

Resumindo a ideia de que Foucault faz de Nietzsche, podemos dizer que, a filosofia é, por sua estatura, quem vai cometer o assassinato sobre o conceito de Deus, por sua vez, vai implicar no assassinato do próprio homem, *em suma*, “*tendo o homem se constituído quando a linguagem estava voltada à dispersão, não vai ele ser disperso quando a linguagem se congrega?*” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 535, *nossos grifos*).

Pois bem, todo nosso discurso até aqui sobre a recepção de que Foucault faz de Nietzsche era justamente pensar como se moldurava a morte do homem, sim, e daí? Ora, com a morte do homem surge portanto outro ser? Com efeito, pensamos nesta pesquisa que será preciso reconstruir tal problemática. Na verdade, com a morte do homem clássico, claro, o homem do século XIX, ou seja, nesta pesquisa vamos traduzir como a morte do homem da troca; e o aparecimento do homem da concorrência como *empreendedor de si mesmo*. Neste caso, tal **item** tem a real importância de problematizar este “novo homem”. Ou seja, o homem como *empresa de si mesmo*. Quer dizer, sua linguagem muda, sua relação com o outro também, sua história é, por conseguinte, sua própria crítica, a relação com a ciência vai também ser outra, seu modo biológico vai ganhar o mercado financeiro, pois sim, sua rotação terá um novo campo de exploração. O homem do neoliberalismo, é, por sua vez, um homem-máquina, aquele, pois, que renova suas capacidades biológicas, renova seu pensamento mecânico, o homem da técnica, de modo que se autoproduz; o homem que é seu próprio capital, penetra em campos inexplorados, o homem que participa de seu processo histórico ativamente, pois o tempo é lucro, o tempo produz capital, o espaço geográfico se “reduz” na medida em que gasta menos tempo. Portanto, o *homo oeconomicus II* é auto-suficiente perante os tramites do capital neoliberal. E, por quê?

Diante deste quadro acima, podemos mencionar que, a *governamentalidade* neoliberal produz um homem que manipula uma tecnologia ampla à qual permite uma progressão da tecnologia do pensamento à tecnologia científica⁷⁶, como estigma do próprio século XX principalmente depois da década de 50 e século XXI. Nesse contexto, vale à pena mostrar que o *homo oeconomicus II* é a peça chave deste novo cenário tecnológico, o homem da técnica que se autorrecria conforme as mudanças do mercado, de sorte que seu conhecimento tem que ser vendido como mero produto do capital. Assim, o homem do século XXI, aquele pois que o capital estar funcionando sobre seus estímulos, sobre seus deslocamentos, sobre sua vida, daí a noção de *biopolítica* em poder controlar seus passos, ela faz uma vigilância de extrema potência

⁷⁶ Tecnologia científica como a produção das ferramentas materiais como o Computador, avião, celulares etc.

perante sua organização no social. Por fim, o homem deste século, ao mesmo tempo que produz seu capital é soberano, porém, é súdito quando não tem mais a capacidade de seu próprio controle, dança conforme às estratégias do mercado. Então, deste feito, *o homo oeconomicus II* não se governa? Entretanto, ele tem a capacidade de produzir seu próprio capital, mas não tem poder de decidir sobre seus procedimentos individuais como, por exemplo, sua sexualidade? Logo, podemos concluir que, o homem do espectro *transcendental* do século XIX chegou ao falecimento na medida em que as redes informacionais desprezam os componentes *metafísicos* e *morais* nos quais é, pois, o mercado quem dita o comportamento dos indivíduos. Com efeito, a depressão pode ser tratada com medicamentos e o Psicólogo com suas terapias estão à beira do fim. Pois bem, se o conhecimento é para ser vendido como nos mostra Lyotard na obra *A condição pós-moderna*, neste caso, o filósofo nos revela que “o saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção” (LYOTARD, 2009, p. 5). Desse modo, Lyotard constrói uma crítica na qual o saber é um agente fundamental da mercantilização de modo que opera segundo uma tecnologia da informação tendo em vista a circulação do capital. Assim, para que possamos entender melhor este jogo da Pós-modernidade, eis que escreve o autor:

Em vez de serem difundidos em virtude do seu valor ‘formativo’ ou de sua importância política (administrativa, diplomática, militar), pode-se imaginar que os conhecimentos sejam postos em circulação segundo as mesmas redes da moeda, e que a clivagem pertinente a seu respeito deixa de ser saber/ignorância para se tornar como no caso da moeda, ‘conhecimentos de pagamento/conhecimentos de investimento’, ou seja: conhecimentos trocados no quadro da manutenção da vida cotidiana (reconstituição da força de trabalho, ‘sobrevivência’) *versus* créditos de conhecimentos com vistas a otimizar as *performances* de um programa (LYOTARD, *ibid.*, p. 7, *grifos do autor*).

Esta última observação, leva-nos a compararmos que todo profissional do século XXI terá que vender seu próprio capital, senão, o próprio mercado lhe solapa; lhe adverte, e se não colocar seu conhecimento em circulação, por conseguinte, fica estagnado, de modo que não gerencia um capital, isso, portanto, se faz norma a todo profissional que detém o conhecimento científico. Ademais, vale à pena assinalar que podemos até falar em um contexto que não seja científico; pois bem, o conhecimento não científico também tem valor mercadológico no contexto Pós-moderno, por exemplo, as religiões em que a “fé” também busca o mercado seja em território americano, brasileiro etc., de que muitos religiosos cristãos pelo qual também vende seu *capital humano* na medida em que trazem fieis para dentro de um Templo e manipulam a “fé”, transformando-a em um mero produto do capital, ao passo que, esses religiosos principalmente os *neopentecostais* pensam que as pessoas precisam se realizar financeiramente dentro de um contexto neoliberal, assim, a transformação da riqueza terrena é

a realização *Divina* do capital neoliberal no qual serve para certos fins. Quer dizer, ser religioso e ao mesmo tempo ser financeiramente bem estabilizado e agrada a Deus. Logo, podemos dizer que no sistema neoliberal, *grosso modo*, seja, pois, o conhecimento científico e não científico, sem dúvida, deverá ser vendido. Dessa maneira, que a *biopolítica* a partir do século XVIII vai se deslocar de tal forma que o *capital humano* será de fundamental importância para compor a esfera do lucro diante do capitalismo, pois sim, aqui podemos evocar, o novo capital liberal, traduzido como neoliberalismo que busca, por sua vez, explorar campos de trabalho que não eram explorados durante a Primeira e Segunda Revolução Industrial. Agora a técnica do ser humano de ser responsável e de produzir seu próprio capital como *empendedor de si mesmo* é, indubitavelmente, uma nova *performance* do capital no qual procura explorar todas as formas de produzir lucros. Dessa forma, a *biopolítica* se renova na medida em que o mercado dita suas próprias regras de mercado.

4.6. A governamentalidade do *Homo Oeconomicus II*

Neste **item**, gostaríamos de problematizar como o *homo oeconomicus II* tem um nível de controle em relação a sociedade econômica muito mais amplo do que o *homo oeconomicus I*. Isto se faz presente na medida em que o conhecimento se tornou informacional. Ora, diante deste contexto, gostaríamos de usar o Curso proferido pelo professor Foucault no *Collège de France O governo dos vivos* de 1980 para poder articular a respeito de como o *homo oeconomicus II* se torna uma presa fácil perante o sistema de controle do século da informação, onde a informação se torna iminente. Então, de que forma o *homo oeconomicus II* é governamentalizado? Esta pergunta pode muito bem ser recepcionada na obra *Vigiar e punir* de Michel Foucault quando o mesmo pensa como a soberania se modifica, de tal maneira que este plano de controle pode muito bem ter uma projeção no século em que o *homo oeconomicus II* está ativamente sendo governamentalizado.

Este problema da *governamentalidade* do *homo oeconomicus II* tem seu efeito na Aula de 9 de Janeiro de 1980 quando o professor Foucault nos lança a seguinte pergunta “como poder-se-ia governar os homens sem saber, sem conhecer, sem se informar, sem ter conhecimento da ordem das coisas e da conduta dos indivíduos?” (FOUCAULT, 2009a, p. 6). Pois bem, a técnica de *governamentalidade* não vai simplesmente governar os homens a partir estritamente do limite econômico, vale à pena, pois, reconstruir este cenário, de modo que o exercício do poder se faz presente na medida em que o social é de fundamental importância

para, logo, tecer esta sociedade econômica, pois temos aí verdadeiramente o governo de quem estar vivo, de quem produz para o mercado; de tal modo que Sétimo Severo marca muito bem a instância de uma tecnologia do poder que nos quer a qualquer custo controlar os indivíduos que participam da produção econômica no neoliberalismo. Este homem plenamente governável não pode decidir pelo seus atos, parece-nos que a *governamentalidade* busca comandar a vida do *empreendedor de si mesmo* a partir de suas verdades operantes de maneira externa a seus súditos. Dessa forma, vale à pena dizer que, este Curso de 1980 é apenas um modo de pensar criticamente as verdades que são projetadas ao modelo do *homo oeconomicus II* de como este participa de um mercado na medida em que estabelece às regras do jogo, sem que, ele possa cobrir ou desfazer a verdade lançada pela técnica de controle.

Com efeito, este *homo oeconomicus II* na medida em que ele produz seu próprio capital não tem a capacidade de estabelecer às regras, pois, a *governamentalidade* neoliberal já impunha suas construções de organização e suas estratégias. Então, é, por isso, que Foucault nos revela no Curso o *Nascimento da biopolítica* de 1978-79 que o *homo oeconomicus II* tornou-se o principal agente como máquina que trabalha intensamente nessa nova era de globalização, no qual, o professor do *Collège de France* traduziu como homem-máquina, aquele, pois, que produz seu próprio capital. Daí, a importância de que o saber tem que ser vendido pois é produto do capital, neste caso, do *capital humano*.

Bom, sendo a crítica a ideia do *capital humano*, gostaríamos de “retroceder” um pouco no momento histórico do qual Foucault se posiciona no Curso *Do governo dos vivos* indicando, dessa forma, a arte de governar em Sétimo Severo, mas que pode muito bem ser reinterpretada no âmbito do contexto atual do *homo oeconomicus II*, desta nova *governamentalidade* que se instaurou de tal forma que produz um *Panóptico* de auto eficiência:

Dir-me-ão que hoje tem-se um exercício de poder que foi racionalizado como arte de governar e que essa arte de governar deu lugar a um certo número de conhecimentos objetivos que são os conhecimentos da economia-política, da sociedade, da demografia, toda uma série de processos etc. (FOUCAULT, 2009a, p. 10).

Esta citação nos revela que Foucault faz de certa maneira uma *genealogia* da história no que diz respeito a gestão da ciência política em seu peculiar desenvolvimento. Destarte, o que nós gostaríamos de articular neste residual problema é posicionar o *homo oeconomicus II* como mero agentes de uma sociedade que se renova a todo tempo; e que ele precisa produzir conhecimentos para serem vendidos na medida em que produz um capital próprio. Todavia, caberia uma pergunta crítica, este *homo oeconomicus II* produz seu próprio capital, porém, tem

a capacidade de possuir um *governo de si mesmo*, será se produz sua própria *governamentalidade*? Enfim, produz sua própria verdade? Ora, a verdade é um ponto muito problemático neste mundo da informação iminente. No entanto, vale à pena descrever nas palavras do próprio autor do Curso *Do governo dos vivos* o seguinte registro desta verdade que tem a possibilidade de cobrir os indivíduos que produz o *capital humano*. Eis a citação:

Bom, o curso deste ano se ocupará em elaborar a noção de governo dos homens pela verdade. Essa noção de governo dos homens pela verdade eu já falei dela um pouco nos anos precedentes. O que significa elaborar essa noção? Trata-se de deslocar um pouco as coisas em relação ao tema atualmente utilizado e repetido do saber-poder, tema que foi ele mesmo apenas uma maneira de deslocar as coisas em relação a um tipo de análise no domínio, digamos, da história do pensamento; domínio de análise que foi mais ou menos organizado ou que girou em torno da noção ideologia dominante. *Grosso modo*, se vocês quiserem, dois deslocamentos sucessivos: um da noção de ideologia dominante para essa noção de *poder-saber* e agora um segundo deslocamento da noção saber-poder para a noção do governo pela verdade (FOUCAULT, *ibid.*, p. 16, *nossos grifos*).

A partir do comentário de Foucault em que envolve a plataforma do governo pela verdade à qual tal noção tende por via das regras de girar em torno da dominação. Neste sentido, o *homo oeconomicus II* é plenamente governável, mas, a nossa questão é problematizar e saber como a tecnologia de controle opera a partir de uma *performance* cuja às normas que o legitimam e asseguram um controle super-eficaz nesta população que detém o *capital humano*. Para isso, a obra de Foucault *Vigiar e punir* à qual sua publicação de 1975 trouxe para o centro do debate político e filosófico, no qual, se percebe como o campo social é vigiado e punido. Todavia, aqui neste **item** gostaríamos de chamar a atenção pelo objetivo que esta obra traz perante a sociedade de controle na qual “foge da órbita” do simples ato de punir. Pois bem, Michel Foucault vai, por conseguinte, mais longe nesta obra de extrema importância para o diálogo em diversos temas de que *Vigiar e punir* oferece-nos. Neste sentido, gostaríamos de trazer tal reflexão para o contexto do *homo oeconomicus II* como *empreendedor de si mesmo*, pois quando mais este *homo* produz, também será mais vigiado e controlado. Quer dizer, é como se ele estivesse em um cárcere transparente ou melhor, invisível e claro, extremamente panoptizado.

No seio do jogo da vigilância se apresenta a ideia de *Panóptico* criado por Bentham que projetou um modo de arquitetura em que servia para vigiar os indivíduos. Neste caso, o *Panóptico* serve para fazer uma maquinaria de experiência, pois bem, tem sem dúvida em um primeiro momento uma experiência com animais, se apresentando desta forma como uma espécie de instrumento natural, mas seu maior desdobramento, é a experiência humana, uma experiência ampla que tem como ponto de vista principal a modificação do comportamento

humano, é pois, uma tecnologia de controle que cria várias táticas de vigilância, para simplesmente possuir o poder e a vigilância da própria sociedade (Cf. FOUCAULT, 2010c, pp. 192-193). Ora, sabemos que o *Panóptico* é uma arquitetura física, porém, ela vai muito além desta noção de físico⁷⁷.

A partir dessa problemática, é importante pensar qual seria em nossa atualidade o novo *Panóptico* que cerca o *homo oeconomicus II*, este homem que produz seu capital? Quais são as formas de *Panóptico* neste novo horizonte concorrencial? Quais seriam, por conseguinte, o esquema *Panóptico* de nosso presente, claro, sempre pensando no fato de que os indivíduos estão sempre sendo vigiados a partir de uma *governamentalidade* neoliberal?

O problema da grade do *homo oeconomicus II* no neoliberalismo giram em torno de uma aplicabilidade interessante porque não está em jogo somente sua conduta econômica, pois bem, existe aí todo um credenciamento também social. Para isso, o próprio Foucault nos revela a seguinte noção:

Todos estes problemas giram em torno de um tema e de uma noção: a noção, é claro, do *homo oeconomicus*, do homem econômico. Em que medida é legítimo e em que medida é fecundo aplicar a grade, o esquema e o modelo do *homo oeconomicus* a todo ator não só econômico, mas social em geral, na medida por exemplo em que ele se casa, na medida em que comete um crime, na medida em que cria seus filhos, na medida em que dá afeto e passa tempo com os filhos? Validade, portanto, da aplicabilidade dessa grade do *homo oeconomicus*. Na verdade, esse problema da aplicação do *homo oeconomicus* tornou-se agora um dos clássicos, digamos assim, da discussão neoliberal nos Estados Unidos. O background dessa análise, enfim, o texto princeps é o livro de *Von Mises* que se chama *Human Action*, e vocês encontrarão sobretudo por volta dos anos 1960-[19]70, enfim nessa década e principalmente em 1962, toda uma série de artigos no *Journal of Political Economy*: o artigo de *Becker*, de *Kirzner*, etc (FOUCAULT, 2008a, p. 366, *grifos do autor*).

Doravante, a *governamentalidade do homo oeconomicus II* deve ter a postura e o dever de aceitar a realidade – isto é – resulta, por sua medida, de aceitar a realidade econômica de tal maneira que essa estrutura não pode em nenhum momento ser aleatória, ela se apresenta de maneira racional, uma tecnologia de racionalização que governa o *homo oeconomicus II* através de formas sistemáticas. No entanto, é importante assinalar que o *homo oeconomicus II* visa seus objetivos, visa seu interesse e que isso vai, por conseguinte, convergir com o interesse dos outros (FOUCAULT, *ibid.*, p. 368-369). Com efeito, qual seria, pois, a importância fundamental das táticas de *governo* em relação a este homem econômico como seu próprio produto? Para entendermos melhor a temática em questão, eis o que escreve Michel Foucault:

⁷⁷ Ver o **item** (2.3) sobre a tecnologia do *panoptismo* na obra *Vigiar e Punir* desta dissertação.

O *homo oeconomicus* é, do ponto de vista de uma teoria do governo, aquele em que não se deve mexer. Deixa-se o *homo oeconomicus* fazer. É o sujeito ou o objeto do *laissez-faire*. É, em todo caso, o parceiro de um governo cuja regra é o *laissez-faire*. E eis que agora, nessa definição de Becker tal como eu lhes dei, *homo oeconomicus*, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como o correlativo de uma *governamentalidade* que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio (FOUCAULT, *ibid.*, p. 369, *grifos do autor*).

Sob este aspecto, o *homo oeconomicus II* é soberano de si mesmo, é aquele cuja vida se moldura para fazer o *produto de si mesmo*, é sujeito e objeto ao mesmo tempo, dirige sua própria produção. No entanto, dentro da grade do neoliberalismo é plenamente *governamentalizado* pelas táticas de governo. Neste caso, a *relação de poder* se faz presente de forma múltipla, pois, não temos aí um poder em si, mas um fluxo calculável entre às diversas táticas de *governo* em volta do *empreendedor de si mesmo* para compor uma sociedade eficiente a partir de governo de população em que o objetivo principal é explorar o homem do capital como agente fundamental da *biopolítica* neoliberal.

4.7. A crítica de Foucault a Teoria do capital humano

Para compreendermos e contextualizarmos este último **item** da dissertação no panorama político e filosófico de Michel Foucault, precisamos entender que só foi possível empregar esta nova perspectiva mediante a crise do liberalismo. Na verdade, Foucault somente conseguiu articular tal ideia sobre o *capital humano* tendo como pano de fundo a perspectiva no investimento no (*gens*), isto é, na pessoa humana através de um *governo econômico de população* a partir de uma *governamentalidade*⁷⁸ neoliberal. E, por quê? Porque essa *governamentalidade* neoliberal trata, por via das regras, de uma população específica, isto é, a *população econômica*. Esta problemática do *capital humano* se articula mediante a regulação e

⁷⁸ “Um dos significados apontados por Foucault (1979) para o termo *governamentalidade* é o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, cálculos, reflexões que permitem exercer uma forma de poder que tem por alvo a população, por forma de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. Tais dispositivos lidam com uma série de eventos possíveis e prováveis, avaliam por meio de cálculo de custos comparativos e não prescrevem uma demarcação binária entre o permitido e o proibido, mas agem por meio da especificação de uma média ótima com uma variação tolerável. As *governamentalidades* variam ao longo das épocas históricas, buscam os objetivos específicos para o governo e fazem com que seus dispositivos funcionem em conjunto para assegurar uma dada finalidade” (SILVEIRA, R. A. *Michel Foucault: poder e análise das organizações*, 2005, p. 126-127).

o controle administrativo das populações, ao passo que, se possam garantir os melhores resultados econômicos dessa gestão⁷⁹. Ou seja, um tipo de controle econômico, *genético* e, por sua vez, disciplinar, tanto de forma interna quanto externa. Quer dizer, na análise do empreendimento do próprio sujeito – isto é – como seu próprio gestor, como também tem uma *performance* de se comportar na sociedade, de maneira que não venha comprometer os outros sujeitos agentes de suas próprias gestões. Dessa forma, escreve Rafael Silveira: “(...) tais procedimentos foram assumidos mediante uma série de intervenções e controles reguladores para fazê-los variar, formando uma *biopolítica* das populações como tentativa de gerir a vida” (2005, p. 89). Dentro dessa descrição, é possível analisar a questão da verdade econômica em seu núcleo ou no interior *governamental*. Em poucas palavras, a *biopolítica* neoliberal se estrutura de uma forma que se “(...) encontra em fusão entre o *homo oeconomicus* e o *capital humano* (...)” (DUARTE, 2014, p. 7, *nossos grifos*).

Para Foucault a teoria do *capital humano* se “manifesta” em uma economia neoliberal na medida em que, pode ser pensado na possibilidade de reinterpretar a partir de fins econômicos o homem que pode ser colocado em uma economia de sorte que adentra nas perspectivas competitivas do mercado econômico; fazendo, com isso, o ser humano ganhar mais valor no mercado. Neste sentido, Foucault denomina de *teoria do capital humano*.

Sob este aspecto, da *teoria do capital humano*, essa questão aparece na Aula de 14 de Março de 1979 no Curso *o Nascimento da biopolítica* ministrado por Michel Foucault no *Collège de France*; ou seja, para o filósofo francês, ele quer saber, o importante valor que o ser humano tem na economia. Sob esta conjuntura, pode ser assim descrita:

Primeiro, a *teoria do capital humano*. O interesse, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado *não-econômico* (FOUCAULT, 2008a, p. 302, *nossos grifos*).

O que Foucault nos revela nesta passagem é sem dúvida que o *capital humano* toma por intermédio uma análise a partir de fins econômicos. Ou seja, o ser humano se torna uma nova modalidade econômica quando o mesmo acelera na economia sua capacidade de produção.

⁷⁹ “Os objetos do governo seriam não só os contrastes e as regularidades populacionais como também uma atividade que buscava moldar, guiar ou “afetar” a conduta de um grupo de pessoas, ao mesmo tempo em que buscava agir nelas isoladamente” (BURCHELL et al., 1991 apud SILVEIRA, R. A. *Michel Foucault: poder e análise das organizações*, 2005, p. 126).

Quer dizer, quando o ser humano é reintroduzido como uma mercadoria lucrativa; o capital econômico se volta para ele com um “olhar” diferente. Então, podemos descrever segundo o professor do Curso *Il faut défendre la société*, à medida que a “sociedade econômica” incita o argumento no investimento do *capital humano*, isto pode muito bem ser pensado no investimento educativo do ser humano, a partir da ideia de que devemos investir na educação de forma ampla e eficiente, pois um aluno que faz vários cursos e fala mais de duas línguas é o carro “chefe” para o empreendimento do *capital humano*. Quer dizer, quando se investe em educação, está, por sua vez, se investindo em um *capital humano* de extrema potência, pois quem detém o conhecimento científico é, sem dúvida, um agente fundamental desse novo empreendimento do mercado global no eixo da economia neoliberal. Em poucas palavras, podemos refletir que o próprio Michel Foucault não fugiria desse contexto neoliberal do *homo economicus II* como *empresário de si mesmo* dentro da esfera do *capital humano*. Neste sentido, que o *governo econômico de população* funciona, pois, escolhem uma população considerada culta e de um padrão educacional acima da média para dar mais fluxo mercadológico. Assim, o capitalismo neoliberal tenta explorar todas as possibilidades que garanta empreendimento e renda para o mercado, e o *homo economicus II* foi bem aproveitado nesse contexto neoliberal.

(...) Foucault compreendeu que, sob o neo-liberalismo econômico do pós-guerra, o homem havia sido compreendido e mesmo fixado em termos do *homo oeconomicus*, isto é, como agente econômico que responde aos estímulos do mercado de trocas, mais do que como personalidade jurídico-política autônoma. Neste curso, Foucault pensa o mercado como a instância suprema de formação da verdade no mundo contemporâneo (...) (DUARTE, 2014, p. 6, *nosso grifo*).

O filósofo de *Microfísica do poder* ao diagnosticar que no neoliberalismo o controle *biopolítico* não opera mais a partir do poder soberano da troca. E, sim, pela economia de mercado, o filósofo notou que o eixo principal desse controle sobre a população é pela estrutura econômica que deve estar de acordo com as leis e regras do mercado global. Ora, o controle, às regras, às disciplinas, às normalizações etc., continuam, mas dentro de uma nova modalidade, isto é, controlar a *população econômica* no âmbito de uma nova *governamentalidade* erigida como o processo de gerenciamento através do investimento no *capital humano*.

Vale à pena identificarmos que essa população seletiva tem seus órgãos, suas membranas, seus tecidos vitais ao mesmo tempo rígidos e flácidos, pois, na medida em que uma determinada população não faça mais parte do interesse do mercado, esse mesmo mercado solapa e descarta tal população de sorte que foge do seu controle e de sua administração. Pois

bem, a população que não produz *capital humano* deve ser suprimida do gerenciamento do capital neoliberal.

Por conseguinte, quando Foucault compõe a articulação de *governo econômico de população* vinculando com o conceito sobre a genética dentro de uma partitura que é a *biopolítica*, o filósofo tem o roteiro de problematizar a sua própria sociedade dita moderna e acelerada no vínculo da política econômica neoliberal, tendo como ressonância o *capital humano*. Então, podemos dizer que, a natureza do conceito de *governo econômico de população* constitui o objeto da política neoliberal segundo Foucault; e a *genealogia* foucaultiana do *capital humano* aparece como uma força produtiva na medida em que o princípio da riqueza é determinado pela população economicamente ativa, na qual, garante o funcionamento de um mercado inovador e concorrencial nas suas aplicações perante o mercado que a desenvolve por si mesma.

Assim, é importante enfatizar como opera este mercado em que gerencia o *capital humano* levando em consideração o biológico humano como instrumento fundamental:

Para além dessa modalidade particular de exercício da *biopolítica*, o curso de 1978-79 centra a atenção na caracterização dos sutis processo de *governamentalização* do indivíduo que, por sua livre e espontânea decisão, assume submeter-se e subjugar-se ao reger sua conduta segundo os princípios flexíveis do *homo oeconomicus* e da *teoria do capital humano* acoplada à biogenética, tornando-se assim, a presa voluntária de processos de individuação controlada flexivelmente pelo mercado. Em poucas palavras, Foucault descobriu nessas lições a gênese do indivíduo que estamos prestes a nos tornar, ou seja, o indivíduo plenamente governável e manipulável por meio das leis econômicas de mercado associados às determinações científicas da *biogenética* (DUARTE, 2014, p. 8, *nossos grifos*).

Destarte, gostaríamos de ampliar esta problemática sobre o *capital humano*, nesta segunda parte deste **item** na qual Foucault problematizou o sentido ficcional do homem do capital em 1979 no Curso *Nascimento da biopolítica*. Pois bem, usaremos um documento de fundamental importância que esclarece melhor a *teoria do capital humano*. Isto, pois, ocorrerá a partir de um diálogo bem recente que aconteceu em 9 de Maio de 2012 e publicado em 2014 na cidade de Chicago nos Estados Unidos. Um debate entre Gary Becker, François Ewald e Bernard E. Harcourt que foi intitulado *American neoliberalismo & Michel Foucault's 1979 birth of biopolitics lectures*. Então, caberia a pergunta: qual seria, pois, a natureza do debate? Na nossa concepção, do ponto de vista estrutural, o debate trais algo inovador no sentido de que o autor Gary Becker faz uma recepção dos escritos de Foucault sobre a natureza do *capital humano* dentro do modo particular do neoliberalismo do próprio Gary Becker. Em outras palavras, no Curso proferido por Foucault no *Collège de France* intitulado *Nascimento da biopolítica* de 1978-79 na qual o professor francês concede um *status* particular aos

economistas, do qual ele nos revela que os economistas são uns produtores da verdade em que o *capital humano* vai ser mais uma *performance* fundamental de gerenciamento da economia; e Ewald nos afirma justamente isso neste debate que Foucault não quis elaborar uma teoria jurídica muito menos uma teoria moral, mas escrever sobre economia tendo como análise essencial o *capital humano*. Logo, o diálogo entre Gary Becker, François Ewald e Bernard Harcourt vem mostrar-nos que este diálogo aproxima o debate entre Foucault e Gary Becker no final da década de 70 em que François Ewald e Harcourt vão ser o porta voz de Foucault a despeito de Gary Becker, este é o autor do livro intitulado *Human Capital* (...) de 1964 na qual todo trabalho do autor de *Vigiar e punir* sobre a teoria do *capital humano* tem como referência fundamental o trabalho de Becker. É, justamente estas questões que vão ser levado em consideração na Conferência em Chicago nos Estados Unidos.

Pois bem, na concepção de Ewald a relação entre Foucault e Becker corresponde com o fato de que para Foucault, Becker se tornou um autor que tenta dizer a verdade, ou melhor, diz a verdade, claro, a verdade da economia, neste caso, ele seria um dos produtores da verdade. Muito bem, Ewald nos revela que “pour Foucault, Gary Becker représente un moment particulier dans la longue histoire du dire vrai, le moment d’un dire vrai libéré du cadre moral et juridique⁸⁰ (BECKER; EWALD; HARCOURT, 2014, p. 5). Então terminaremos este parágrafo mencionando que segundo Ewald, Foucault pensa que a teoria de Gary Becker nada mais é que uma teoria da ficção. Para que possamos entender melhor, deixaremos nas palavras do próprio François Ewald tal questionamento:

Deuxièmement: la question de la *fiction*, même si elle ne se trouve pas dans ce cours-là mais juste avant. Foucault évoque la *théorie de la fiction*. C’est un point très importante pour lui parce qu’il considère que l’homme que vous produisez par l’analyse économique n’est pas réel. Il est une fiction. Cette fiction est intéressante car elle ouvre de *nouvelles possibilités*. Elle peut être dangereuse, mais aussi intéressante. Em tout cas, *c’est une fiction*⁸¹ (BECKER; EWALD; HARCOURT, *ibid.*, p. 7, *nossos grifos*).

Tendo como o cerne da questão o debate, gostaríamos de descrever como Bernard Harcourt moldura o pensamento de Michel Foucault, claro, tendo como ressonância o pensamento articulado de Gary. De certa forma, existe toda uma crítica bem ponderada de Foucault a Becker e conseqüentemente de Ewald e Harcourt sobre Gary. Em contrapartida,

⁸⁰ “Para Foucault, Gary Becker representa um momento particular no longo da história do dizer a verdade, o momento de dizer a verdade, significa libertar-se da moldura moral e jurídica” (*nossa tradução*).

⁸¹ “Segundamente: a questão da *ficção*, ela não se encontra mesmo nesse curso, mas justo antes. Foucault evoca a *teoria da ficção*. É um ponto muito importante para ele, porque ele considera que o homem que você (Gary Becker) produz pela análise econômica não é real. Acha isso uma *ficção*. Esta *ficção* é interessantíssima pois ela abre novas possibilidades. Ela pode ser degenerada, mas bastante interessante. Em todo caso, é uma *ficção*” (*nossa tradução*).

Gary Becker lança críticas tanto na recepção de Foucault por ele, quanto aos seus críticos no presente debate, isto é, Ewald e Harcourt. Pois bem, para Harcourt é de fundamental importância que a crítica deve girar da seguinte maneira: “une part de ce que je vais dire va largement recouper et s’appuyer sur ce que François Ewald vient de nous proposer. Je reviendrai notamment sur cette question fondamentale du pouvoir sans coercition, qui est à mon sens la plus importante des critiques” (BECKER; EWALD; HARCOURT, *ibid.*, p. 9). Por conseguinte, esta noção de Harcourt confere com as perspectivas de Ewald, na nossa concepção, Harcourt marca a questão do *poder*, ou melhor, da *relação de poder*, ver de certa forma, que o *homem do capital* se moldura à maneira de uma crítica negativa, ao ponto de mencionar que o *homo oeconomicus* do neoliberalismo é verdadeiramente manipulável; neste sentido, nós marcamos nesta pesquisa como *homo oeconomicus II*. Sob este aspecto, Harcourt nos revela neste diálogo que “l’idée de capital humain ou la notion d’*homo oeconomicus* vienendraient nourrir le *behaviorisme*, ce qui serait particulièrement problématique” (BECKER; EWALD; HARCOURT, *loc. cit.*). Resumindo a ideia de que Harcourt faz de Foucault, corrobora que o *homo oeconomicus II* faz parte de um estigma comportamental, isto é, um homem da ficção. Na verdade, tal ficção tem um ponto chave neste debate, pois, a teoria da ficção é uma fricção, a saber, um rompimento com a ideia do homem clássico. Então, qual seria a principal crítica feita por Foucault na visão de Harcourt?

Foucault fait référence à cette critique dans le cours. Il y revient dans la leçon du 28 mars mais il évoque ce danger spécifique aux alentours de la page 235 lorsqu’il traite du problème de l’eugénisme. Il dit alors que ‘dès lors qu’une société se pose à elle-même le problème de l’amélioration de son capital humain en général’, c’est-à-dire dès que nous disposons d’une théorie du capital humain et dès que nous considérons que le principal enjeu est l’amélioration du capital humain, ‘il ne peut pas ne pas se produire que le problème du contrôle, du filtrage, de l’amélioration du capital humain des individus (BECKER; EWALD; HARCOURT, *loc. cit.*).

A citação acima nos remete pensar que o *eugenismo* corresponde em gerir um melhoramento do *capital humano*, quer dizer, um aperfeiçoamento do *capital humano* ao passo que este melhoramento serve para a *governamentalidade biopolítica* neoliberal que se reveste de um poder coercitivo, é portanto, neste patamar que Harcourt pensa na crítica negativa do *homo oeconomicus II* manipulado pelas técnicas do *biopoder*.

Com efeito, agora, gostaríamos de evocar o pensamento de Gary Becker, pois, pensamos que seja um dos argumentos mais fundamentais desta Conferência, porque é o próprio autor que faz a recepção de Foucault e constrói sua própria argumentação naquilo que Foucault elaborou – isto é – uma crítica a *teoria do capital humano*, de modo que, Becker se surpreendeu com os escritos de Foucault sobre o autor de *Human Capital: A Theoretical and Empirical*

Analysis, with Special Reference to Education de 1964. Através deste texto, Foucault tomou boa parte de suas Aulas no *Collège de France* no Curso intitulado *Nascimento da biopolítica*, no qual, arquitetou de tal forma que, as críticas e as questões que admirou o próprio Gary Becker. Enfim, os próximos parágrafos nós articularemos o pensamento de Gary Becker principalmente sob o raio-X do Curso *Nascimento da biopolítica* escrito pelo filósofo francês. Então, Becker nos diz que a *teoria do capital humano* “c’est une théorie qui traite du comportement des individus dans différentes circonstances et, de manière évidente, cela implique des relations de pouvoir et différents types de pouvoir comme le pouvoir du droit par exemple” (BECKER; EWALD; HARCOURT, *ibid.*, p. 12). Então, Becker nos revela que para Foucault a *teoria do capital humano* trata por via das regras do comportamento das pessoas que estão ativamente inseridas no fluxo do capital, isso, pois, produz de certa forma uma *relação de poder*; com efeito, a importância fundamental desta teoria é justamente compreender o comportamento do *homo oeconomicus II* nos diferentes tipos de jogos do poder econômico. Para que possamos entender melhor tal argumentação de Becker, eis o que escreve ele:

Je voudrais dire ceci: la théorie du capital humain met les gens au centre de l’économie. La Science économique traditionnelle met au centre de machines, le capital physique, la terre et, d’une certaine manière, le travail au sens générique (et Foucault en parle). La théorie du capital humain dit: ‘Non. La terre, même si elle n’occupe plus la même place dans les économies modernes, et le capital physique sont des dimensions importantes, mais la forme de capital la plus importante ce sont les gens. Les gens. Pas seulement ce qu’ils sont par la naissance, mais ce que le gouvernement ou les parentes leur font, ou ce qu’ils se font à eux-mêmes, ce que l’on appelle ‘investir dans les gens’. J’estime que c’est un point auquel devraient penser ceux qui considèrent que les gens sont au centre toute réflexion sur l’économie ou sur le développement. C’est une perspective libératrice: les gens sont au centre de l’économie. Toute la théorie malthusienne de la population, celle qui nous dit: ‘Il y a tous ces gens-là, et nous, nous sommes en pleine croissance’, celle qui veut couper la croissance et établir des aides pour les pauvres, etc., est battue en brèche par l’analyse en termes de capital humain. Cette dernière dit: ‘Non. Les gens sont importants’. Ce ne sont pas les masses informes d’une grande quantité de gens. L’action publique investit, bien que de manière différenciée, dans les gens (BECKER; EWALD; HARCOURT, *ibid.*, p. 13)

Esta passagem, do ponto de vista do argumento aproxima Foucault e Becker no que diz respeito a problemática de um elemento essencial em que amplia o fluxo do capital no neoliberalismo. Muito bem, Becker nos evoca que a interpretação foucaultiana é muito importante porque o filósofo coloca o ser humano como um agente central nas atividades de fluxo econômico, na medida em que este novo objeto vai penetrar de tal forma que Becker a julga, mas partindo do ponto de vista de Foucault que é, por sua vez, uma transição libertária no setor da economia. Logo, esta ideia de Becker ao interpretar Foucault não foge também desta dissertação, pois, em geral o *homo oeconomicus II* é justamente o centro de nosso debate seja do ponto de vista da genética, seja do ponto de vista da pessoa (gens), seja do ponto de vista da

economia etc., O que está em jogo neste projeto é o *governo econômico de população*, ou seja, o olhar retrospectivo desta dissertação coloca o homem do capital como holofote principal da inovadora *performance* do Curso *Nascimento da biopolítica* do qual discute muito bem tais questões em que o *Human Capital* de 1964 de Gary Becker é uma das peças que movimentam o cenário foucaultiano sobre a *biopolítica* neoliberal. Por conseguinte, gostaríamos de dizer que existe pois um ponto em comum entre os debatedores Gary, Ewald e Harcourt que a teoria do *capital humano* é uma teoria ficcional; todavia, as várias maneiras de interpretá-la vai ser a postura inovadora de cada autor, enfim, cada um terá, portanto, uma maneira de articulá-la, gostaríamos de não entrar em maiores detalhes sob o assunto de uma teoria da ficção na esfera da conduta do *capital humano*. Portanto, gostaríamos de elucidar que a teoria do *capital humano* não escapa da noção de Michel Foucault de uma teoria da *ficção*, claro, no viés do gerenciamento da nova esfera da *relação de poder* – isto é – da *governamentalidade neoliberal* que nós podemos também mencionar como *biopolítica* neoliberal.

Dessa forma, nós gostaríamos de terminar este último **item** deixando a luz do pensamento de Gary Becker uma longa citação que faz, por sua vez, a diferencia entre *capital humano* e a diferença de outras formas de capitais. Eis o que escreve ele:

Il existe une grande différence entre le *capital humain* et d'autres formes de capital. Si je possède du *capital humain*, je dois l'emporter partout où je vais. Si je possède une machine, elle peut fonctionner n'importe où. Nous ne nous préoccupons pas de savoir si la machine veut fonctionner ou pas. Dans nos sociétés modernes, si j'investis dans le *capital humain*, je ne peux pas l'utiliser comme garantie pour contracter des emprunts. C'est la raison pour laquelle le marché commercial des emprunts et des investissements est si peu développé. Prenez les prêts étudiants: ils se sont autant développés aux États-Unis parce que le gouvernement offre sa garantie et les subventionne. Sinon, le marché serait tout petit. Pourquoi? En raison de la différence fondamentale entre le capital et le *capital humain*. Si j'achète une maison, je peux l'hypothéquer. Si je ne règle pas mes traites, on peut me prendre ma maison, comme cela se produit de plus en plus, actuellement. Je ne peux pas m'offrir en garantie. Par le passé, l'esclavage et d'autres formes de servitude contractuelle permettaient de le faire. La société moderne a mis un terme à tout cela, et pour de bonnes raisons. On ne peut plus faire cela, mais cela empêche les pauvres, ceux qui n'ont aucune autre forme de capital, d'investir en eux-mêmes. Le sous-investissement dans les pauvres provient en partie de cette spécificité du *capital humain* (BECKER, EWALD; HARCOURT, *ibid.*, pp. 17-18, *nossos grifos*).

Considerações Finais:

Ceci étant dit, je voudrais dans cette perspective, continuant le fil de l'analyse de la gouvernementalité libérale, voir un peu comment elle se présente, comment elle se réfléchit, comment à la fois elle se met en œuvre et s'analyse elle-même ; bref, comment elle se programme à l'heure actuelle. Je vous avais indiqué quelques-uns de ce qui me paraît être les caractères en quelques sorte premiers de la gouvernementalité libérale telle qu'elle apparaît au milieu du XVIII^e siècle. Je vais donc faire un saut de deux siècles, car je n'ai pas la prétention de vous faire bien sûr l'histoire globale, générale et continue du libéralisme du XVIII^e au XX^e siècle. Je voudrais simplement, à partir même de la manière dont se programme la gouvernementalité libérale actuellement, essayer de repérer et d'éclairer un certain nombre de problèmes qui ont été récurrents du XVIII^e au XX^e siècle. Si vous voulez et sous réserve de changements – parce que, vous le savez, je suis comme l'écrevisse, je me déplace latéralement –, je pense, j'espère, il se peut que j'étudie successivement le problème de la loi et l'ordre, *law and order*, le problème de l'État dans son opposition à la société civile ou plutôt l'analyse de la manière dont a joué et dont on a fait jouer cette opposition. Et alors, enfin, si la chance me sourit, on arrivera au problème de la biopolitique et au problème de l'aviation. Loi et ordre, État et société civile et politique de l'aviation: voilà les trois thèmes que je voudrais essayer de repérer dans cette histoire large et longue, enfin dans cette histoire biséculaire du libéralisme⁸² (FOUCAULT, 2004b, p. 80).

Pois bem, o objetivo principal dessa dissertação foi justamente investigar a diferença entre a *biopolítica liberal* da *biopolítica neoliberal* em que Michel Foucault se apropria de uma pesquisa sobre a política desde os meados do século XVIII até o século XX na medida em que o filósofo busca entender o tipo de *governamentalidade* que se instaura em uma determinada época à vista de disciplinar um tipo de sociedade. Então, seguindo esse raciocínio, o tipo de *governamentalidade liberal* que pode ser traduzida como *biopolítica liberal* se projetou para poder em seus mínimos detalhes disciplinar o corpo da população, de manipulá-lo de tal forma que não escape sequer o mínimo detalhe deste corpo sobre um intenso projeto de vigilância que se instaurou desde a segunda metade do século XVIII precisamente na Europa. No entanto, a *governamentalidade neoliberal* segue também essa lógica, porém, com uma tecnologia de

⁸² “Dito isso, gostaria, nessa perspectiva, continuando o fio da análise da *governamentalidade liberal*, ver como ela se apresenta, como ela se pensa, como ao mesmo tempo se aplica e se analisa a si mesma; em suma, como ela se programa no momento atual. Eu lhes havia indicado algumas coisas das que me parecem ser as características de certo modo primeiras da *governamentalidade liberal*, tal como aparece no meado do século XVIII. Vou portanto dar um pulo de dois séculos porque não tenho a pretensão, é claro, de lhes fazer a história global, geral e contínua do liberalismo do século XVIII ao século XX. Gostaria simplesmente, a partir da maneira como se programa a *governamentalidade liberal* atualmente, de tentar identificar e esclarecer certo número de problemas que foram recorrentes do século XVIII ao século XX. Se vocês quiserem e reservando-me o direito de fazer mudanças – porque, como vocês sabem, sou como o lagostim, ando de lado –, creio, espero, pode ser que estude sucessivamente o problema da lei e da ordem, *law and order*, o problema do Estado em sua oposição à sociedade civil, ou antes, a análise da maneira como agiu e fizeram agir essa posição. E então, se a sorte me sorrir, chegaremos ao problema da *biopolítica* e ao problema da vida. Lei e ordem, Estado e sociedade civil, política da vida: eis os três temas que gostaria de procurar identificar nessa história larga e longa, enfim, nessa história duas vezes secular do liberalismo (FOUCAULT, M. *Curso no Collège France: Nascimento da biopolítica 1978-79*, 2008a, pp. 106-107, Tradução de Eduardo Brandão).

pensamento em que faz trabalhar o corpo da população em campos que não eram explorados no tipo em que, a nosso ver, foi pensado por Foucault se referindo a *biopolítica liberal*. Em outras palavras, a *biopolítica neoliberal* aparece sendo problematizada por Foucault porque ela intensifica mais a exploração do corpo, isto é, não cabe apenas nesse novo tipo de *governamentalidade* a vigilância total, mas explorar o máximo possível o corpo da população; e, isso somente faz sentido se e somente se o corpo seja cuidado, seja preservado, logo, podemos dizer que a intenção de preservar, é por conseguinte, para poder explorar. Explorar o trabalho humano. Não é à-toa que para Foucault os neoliberais disseram que o trabalho não era explorado durante muito tempo. E, por quê? Porque se valorizava a troca, o trabalho de troca, e não a exploração do indivíduo de seu próprio trabalho como *empreendedor de si mesmo*. Dessa forma, a *biopolítica neoliberal* segundo Foucault, a população aparecerá como uma *empreendedora de si mesmo*, isto é, uma *sociedade-empresa*.

Como concepção política, o núcleo do liberalismo está constituído pela determinação das formas de autolimitação do exercício do poder do Estado. Os liberais clássicos do século XVIII haviam encontrado no mercado o mecanismo que lhes permitia estabelecer quando se governava demasiado, ou seja, correta ou incorretamente. Por isso haviam posto o Estado sob a tutela do mercado. Nesse sentido, para Foucault, o mercado constitui um dispositivo de *veridicção* que funciona na medida em que se supõe que seus mecanismos são, de alguma maneira, naturais e têm suas próprias leis. Para os neoliberais, em contrapartida, o dispositivo de *veridicção* já não é o mercado (cuja natural espontaneidade é inclusive posta em dúvida por alguns dele), mas a empresa. O objetivo do neoliberalismo é que a trama da sociedade tenha a forma da empresa. O princípio regulador de autolimitação da ação governamental, então, já não é a racionalidade que emerge das formas de intercâmbio, mas a que emerge do exercício da competitividade, a saber, do cálculo de custo e benefício (CASTRO, 2014, p. 115, *nossos grifos*).

Com efeito, descrevendo as ideias dos capítulos, gostaríamos de mencionar que no primeiro Capítulo dessa dissertação foi elaborado principalmente para entendermos o uso do conceito de população em que está diretamente relacionado com o conceito de *biopolítica*, então, tal objetivo neste determinado Capítulo traz a aproximação dos conceitos, de população, *biopolítica*, biologia, política etc. Ora, vale a pena enfatizar que o uso da população de outros reinos animais, nada mais foi que uma estratégia para entendermos a população humana, uma vez que, a biologia junto com a política, é sem dúvida, o pano de fundo para compreendermos a *governamentalidade* racional da *biopolítica*. Por conseguinte, neste Capítulo, a nossa pesquisa usa diversos argumentos para que possamos em geral compreender a *genealogia* da *biopolítica*.

No segundo Capítulo, a estratégia da pesquisa buscou entender a formação do conceito de *biopolítica*, ora, não pela simples pergunta: o que é a *biopolítica*? Não obstante, tais argumentos procurou entender como funciona a *biopolítica*? E, saber sua relação a partir de um

emaranhado de perspectivas de relações humanas, como o aspecto da vigilância traduzido por Foucault como Panoptismo seguindo os traços de Bentham, a formação de uma mudança sobre a Soberania e como esta se relaciona com as disciplinas do poder, enfim, o objetivo principal deste Capítulo buscou compreender a importância da história da *biopolítica*, da história do *Panoptismo*, da história da soberania e de seus cruzamentos com a história das disciplinas do poder.

Sob esse aspecto, o terceiro Capítulo é onde a pesquisa tem sua articulação inovadora, uma vez que, a diferença da *biopolítica liberal* aparece de maneira crítica a outras pesquisas que trabalham a *biopolítica*, como por exemplo André Duarte, Edgardo Castro etc., ao passo que, não demarcam a diferença entre a *biopolítica liberal* da *biopolítica neoliberal*. Com efeito, o nosso objetivo, além de diferenciar tais momentos da pesquisa foucaultiana, também demarcamos o *homo oeconomicus I* para que possamos diferenciar do *homo oeconomicus II*, o *homo do neoliberalismo*. A partir desses esboços de demarcações, vale a pena enfatizar que tal pesquisa não teve o objetivo de querer diferenciar *biopolítica* e *biopoder*, mas pensar, justamente, a relação em que procuramos seguir a mesma chave de interpretação, embora, alguns manuais tentam diferenciar tais conceitos, por exemplo, o livro de Edgardo Castro intitulado “Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores” (2009, pp. 57-60) faz tal diferença entre *biopolítica* e *biopoder*. Portanto, tal diferença pode ser analisada, porém, não fomos escavando sob este aspecto, uma vez que, requer uma pesquisa mais ampla e sofisticada sob a diferença dos termos, porém, apenas elucidamos tal diferença de forma introdutória sem, portanto, escavarmos a *genealogia* de tais conceitos.

Datado o quarto Capítulo, aqui se expressa o “fim” da pesquisa, na medida em que aparece a articulação sobre a *biopolítica neoliberal*, onde o governo econômico de população, as questões da genética e o homem como *empreendedor de si mesmo* serão, sem dúvida, os pressupostos fundamentais que produziram um novo sujeito do capital humano. Que Foucault traduziu como *homo oeconomicus* e que essa pesquisa demarcou como *homo oeconomicus II* – o *homo* da *biopolítica neoliberal*, por sua vez, um novo tipo de *governamentalidade* aflorará sobre neoliberalismo. Por conseguinte, no último **item** deste Capítulo, a crítica de Foucault vai aparecer através de um diálogo muito importante entre François Ewald, Bernard Harcourt e Gary Becker onde a teoria do capital humano nada mais é que uma teoria da ficção.

O neoliberalismo, por sua vez, é bem diferente – e seu projeto, bem mais radical. Foucault apreende suas características, baseando-se em duas tradições: o ordoliberalismo alemão do Pós-guerra, reunido em torno da revista *Ordo* (Walter Eucken, Franz Böhm...), e os economistas da escola de Chicago (Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Gary Becker...). Segundo Foucault, essa concepção não pretende em

absoluto disponibilizar um espaço específico e próprio para o mercado, que, por sinal, coexistiria com outras racionalidades, em especial com a razão de Estado. Ao contrário, trata-se aqui de *disseminar o mercado globalmente*. Os mecanismos concorrenciais não devem se circunscrever a determinados setores. Devem ser estendidos a toda a sociedade; devem desempenhar a função reguladora o mais amplamente possível, no maior número de setores do mundo social. A utopia neoliberal consiste em inserir o máximo de realidades na esfera de um contexto de mercado (LAGASNERIE, 2013, pp. 47-48, *grifos do autor*).

Por fim, pensamos que é de fundamental importância terminarmos esta pesquisa mostrando justamente que a *biopolítica* pensada por Michel Foucault se apresenta como ambígua. Por quê? Pois bem, se a *biopolítica* é processo de gerenciar a vida através de suas técnicas precisas de disciplinas do poder, por que foi permitido o surgimento do nazismo dentro de um Estado que gerenciava vida? sabemos, pois, que o exemplo do nazismo quanto do fascismo, foram regimes que gerenciaram a morte em massa, principalmente o nazismo. Na verdade, a *biopolítica* pensada por Foucault se apresenta em sua dupla face. Outro autor que complementa a nossa pesquisa de forma brevíssima é o filósofo italiano Giorgio Agamben que recepciona muito bem o trabalho de Foucault sobre a *biopolítica*. Pois bem, Agamben nos revela que essa fase da História Contemporânea se apresenta como *tanatopolítica*, isto é, uma política que gerencia a morte. Dentro desse contexto, se em Foucault a *biopolítica* já contém uma política da vida e, por conseguinte da morte, em Agamben também podemos pensar essa política da morte e da vida; se Foucault enfatiza mais a vida do que a morte, contrário de Agamben que na obra intitulada *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* enfatiza mais a morte do que a vida. Dessa forma, a nossa pesquisa não favorece o conceito mais importante, se o de Foucault ou de Agamben, embora, a nossa pesquisa deu ênfase a Foucault, pensamos que é possível unirmos os conceitos e eliminarmos a contradição do conceito, na medida em que os filósofos articulam pontos em comuns sobre o controle da vida e da morte, no sentido de que, *biopolítica* e *tanatopolítica* ambos gerenciam vidas e mortes, então, a nossa pesquisa quer mostrar que o melhor conceito não é de Foucault e nem de Agamben e sim o conceito de *biotanatopolítica* no qual já mostra de forma mais clara a contradição e ambiguidade do próprio conceito.

Referências Bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burico. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2ª edição, 2010.

BECKER, Gary; EWALD, François; HARCOURT, Bernard. **American neoliberalism & Michel Foucault's 1979 birth of biopolitics lectures: A conversation with Gary Becker, François Ewald, and Bernard Harcourt (version original); Gary Becker dialogue avec Michel Foucault**. Traduction de Stéphane Dufois. s'est tenu à l'université de Chicago le 9 mai 2012, p. 265-288; *Socio* [En ligne], 3 / 2014, mis en ligne le 22 octobre 2014. Disponible em: URL: <http://socio.revues.org/702> Consulté le 28 de Avril 2015.

BENTHAM, Jeremy et al. **O Panopticon**. Organização de Tomaz Tadeu: traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2ª edição: Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo/SP: editora Parábola, 2013.

BIGO, Didier. **Technologies de contrôle dans la mondialisation: enjeux politiques, éthiques et esthétiques**, P.-A. Chardel and G. Rockhill (dirs.), Paris, Editions Kimé. Disponible en: www.bigo.zgeist.org. Consulté le 31 de Mars de 2015.

BORDUAS, Joel. **Le gouvernement de l'avie dans les sociétés libérales: une relecture critique de la persctive biopolitique chez Michel Foucault, Nikolas et Giorgio Agamben**. Dissertation presenter em Université du Québec À Montréal comme exigence partielle de la Maitrise en sociologie en Novembre de 2013.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: 1ª edição – Editora Autêntica, 2014.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica Walter Omar Kohan e Alfredo Veiga-Neto. MG-Belo Horizonte: editora Autêntica, 2009.

CHEDIAK, Karla de Almeida. **Filosofia da biologia**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Jorge Zahar, 2008.

CHOMSKY, Noam; FOUCAULT, M. **Natureza humana: justiça vs. Poder: debate entre Chomsky e Foucault**. Tradução de Fernando Santos e Editado por Fons Elders. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

DANNER, Fernando. **Biopolítica e Liberalismo: a crítica da racionalidade política em Michel Foucault**. Tese apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS Faculdade de Filosofia e Ciências humanas – FFCH Programa de Pós-graduação em Filosofia para obtenção do grau de Doutor. Porto Alegre, Agosto de 2011.

DANNER, Fernando. **Genealogia do Poder em Michel Foucault**. IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução: Claudia Sant' Anna Martins; Revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo, editora Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia**. Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1ª edição 1992, 2ª edição 1997 e 3ª edição 2010.

DIÓGENES, Francisco Bruno Pereira. **Racismo de Estado e Tanatopolítica: sobre o paradoxo do Nazismo em Michel Foucault e Giorgio Agamben**. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea; Brasília, n° 2, Ano 1, 2013.

DUARTE, André. **Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno**. In **Revista Foucault: filosofia & Política**. Organizadores: Guilherme Castelo Branco e Alfredo Veiga-Neto. São Paulo/SP. Editora Autêntica, 2013.

DUARTE, André. **Sobre a biopolítica de Foucault ao século XXI**: Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org.pdf>, acesso em 2014.

FILHO, Amílcar M. P; SANITA, Anderson; VANDRESE, Daniel Salésio. **Trabalho, capital humano e neoliberalismo: impasses e críticas**. Revista Litteris – ISSN: 19837429 Ano 4; n. 10 – setembro 2012 – Filosofia. Disponível em: www.aufklarungsofia-pbworks.com/fartigo_trabalho.pdf Acesso em 28 de Abril de 2015.

FONSECA, Márcio Alves. **Pensar a democracia**. **Revista Foucault: filosofia & Política**. Organizadores: Guilherme Castelo Branco e Alfredo Veiga-Neto. São Paulo/SP. Editora Autêntica, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II, curso dado no Collège de France (1983-84)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo/SP. Editora wmf Martinsfontes, 2011a.

_____. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-82)**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo/SP. Editora: Martins Fontes, 2006.

_____. **A ordem do discurso (Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970)**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo/SP. 21ª edição. Edições Loyola, 2011c.

_____. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Tradução de Elisa Monteiro. Organização e seleção dos textos por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção dos textos por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro/RJ: editora Forense Universitária, 2011b.

_____. **As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo/SP. Editora Martins Fontes, 1999a.

_____. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980**. Tradução, transcrição e notas de Nildo Avelino. São Paulo/SP: Editora Centro de Cultura Social, 2009a.

_____. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro 2ª ed. Editora Forense Universitária, 2009b.

_____. **Filosofia, diagnóstico do presente e verdade**. Tradução de Abner Chiquieri; organização e seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro/RJ: 1ª edição: Editora Forense Universitária, 2014e.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa A. e J. A. Guilhon. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2014a.

_____. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa A. Revisão técnica José Augusto Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo/SP: Editora Paz e Terra, 2014b.

_____. **História da Sexualidade III: o cuidado de si.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed., São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014c.

_____. **Il faut défendre la société: cours au college de france 1975-1976.** Paris, Gallimard Seuil, 1997a.

_____. **Microfísica do Poder.** Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2014d.

_____. **Nascimento da biopolítica.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008a.

_____. **Naissance de la clinique.** Disponível em: www.psycha.ru/Fr/Foucault/1963/naissance_clinique.odt. Acesso em 23 de Dezembro de 2015.

_____. **Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France (1978-79).** Paris, Gallimard-Seuil, 2004b.

_____. **O governo de si e dos outros: curso dado no Collège de France (1982-1983).** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo/SP. Editora wmf Martinsfontes, 2010a.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975).** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo/SP WMF Martins Fontes, 2010b.

_____. **O nascimento da clínica.** Tradução de Roberto Machado. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2015.

_____. **Philosophie anthologie.** Anthologie établie et présentée par Arnold I. Davidson et Frédéric Gros. Paris: Éditions Gallimard, 2004a.

_____. **Resumo dos cursos do collège de France (1970-1982).** Tradução: Andrea Dalter, Consultoria Roberto Machado. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1997b.

_____. **Segurança, penalidade e prisão.** Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização, seleção de textos e revisão técnica: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2012.

_____. **Segurança, território e população.** Tradução de Eduardo Brandão e Revisão da tradução por Claudia Berliner. São Paulo/SP: Editora Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 38ed. RJ/Petrópolis, editora Vozes, 2010c.

FRANTESCHI, Yara Adário. **A Física da Política: Hobbes contra Aristóteles.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.

GADDAR, Saâd. **Surveiller et punir (naissance de la prison) ou penser la prison autrement.** (Chef du service de la Formation et des Stages au sein de la DRH – Ministère de la justice) Doctorat en littérature Française DEA en psychopathologie et sémiologie. Disponible en: www.adala.justice.gov.ma Consulté le 31 de Mars de 2015.

GEWANDSZNAJDER, Fernando; LINHARES, Sérgio. **Biologia hoje.** São Paulo: Ed. Ática, 2010.

HACHEN, Daniel Wunder; Pivetta, Saulo Lindorfer. **A biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault: o Estado à sociedade de segurança e a vida nua.** Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 10, n. 10, p. 340-361, jul./dez. 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Nietzsche II.** Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

HOBBS, T. **Do cidadão.** Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo/SP: Editora Martins Fontes, 1992.

HORROCKS, Chris; Jevtic, Zoran. **Entendendo Foucault: um guia ilustrado.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Editora Leya, 2013.

LAGASNERIE, Geoffroy. **A última lição de Michel Foucault.** Tradução de André Telles. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

LASCOUMES, Pierre. **La gouvernementalité: de la critique de l'État aux Technologies du pouvoir.** Le Portique [En ligne], 13-14/ 2004, mis em le 15 Juin 2007. Disponible en URL: <http://www.leportique.revues.org/625> consulté le 14 Février 2015.

LAZZARATO, Maurizio. **Biopolitique et bioéconomie.** Disponível em: www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/0401-lazarato-FR.pdf Acesso em 28 de Abril de 2015.

LÉVI, Pierre. **O que é virtual.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo/SP: Editora 34, 2011.

- LINS, Daniel. **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1997.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silvinho Santiago – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2009.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.
- MAIA, Antônio. **Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder**. Revista: Currículo Sem Fronteiras, v.11, n. 1, pp. 54-71, Jan/Jun2011: Pontifícia Universidade Católica/PUC-Rio www.curriculosemfronteiras.org acesso do material online 05/03/2015.
- MILLER, Jacques-Alain. **A máquina panóptica de Jeremy Bentham**. In: BENTHAM, Jeremy et al. **O Panopticon**. Organização de Tomaz Tadeu: traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2ª edição: Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.
- MOTTA, Manoel Barros. **Cinema – Política e Poder**. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro 2ª ed. Editora Forense Universitária, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NOGUEIRA-RAMÍRES. **A governamentalidade nos cursos do professor Foucault**. IN **Revista Foucault: filosofia & Política**. Organizadores: Guilherme Castelo Branco e Alfredo Veiga-Neto. São Paulo/SP. Editora Autêntica, 2013.
- PERROT, Michelle. **O inspetor Bentham**. In: BENTHAM, Jeremy et al. **O Panopticon**. Organização de Tomaz Tadeu: traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2ª edição: Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: discurso sobre a economia política**. Tradução de Márcio Pugliesi e Noberto de Paula Lima. Curitiba/PR: Editora Hemus, 2011.
- SARDINHA, Diogo. **O Silêncio de Foucault sobre o que é a política**. **Revista Foucault: filosofia & Política**. Organizadores: Guilherme Castelo Branco e Alfredo Veiga-Neto. São Paulo/SP. Editora Autêntica, 2013.
- SILVEIRA, Rafael Alcadipani. **Michel Foucault: poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Tradução de Luíz João Baraúna com Introdução de Edwin Cannan; e apresentação de Winston Fritsh. São Paulo/SP: Editora Nova Cultural, 1985.

SPINDOLA, Pablo. **A arte e o ofício de historiar: Foucault e a invenção do panoptismo**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

STEWART, Donald Jr. **O que é o liberalismo**. Rio de Janeiro: Editora Instituto Liberal; 5ª edição, 1995.